

RAMIRO ESDRAS CARNEIRO BATISTA
KATIA CILENE NERES DOMINGOS
GILBERTO SILVA LIMA
IZAIONARA COSMEA JADJESKY
(Organizadores)

TRABALHO, SINDICALISMO E IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: MULTI-NACIONALIDADES E DIREITOS HUMANOS NO ESPAÇO GUYANENSE



RAMIRO ESDRAS CARNEIRO BATISTA
KATIA CILENE NERES DOMINGOS
GILBERTO SILVA LIMA
IZAIONARA COSMEA JADJESKY
(Organizadores)

TRABALHO, SINDICALISMO E IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: MULTI-NACIONALIDADES E DIREITOS HUMANOS NO ESPAÇO GUYANENSE



© 2024 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com

Organizadores

Ramiro Esdras Carneiro Batista
Katia Cilene Neres Domingos
Gilberto Silva Lima
Izaionara Cosmea Jadjesky

Capa

Ramiro Esdras/Montagem MultiAtual

Revisores do texto em Português

Ramiro Esdras
Katia Domingos
Gilberto Silva Lima

Transcrição das falas

Gilberto Silva Lima

Organização do acervo de fotos

Thaysa Neres e Ramiro Esdras

Título original dos Relatórios Síntese que compõem a presente obra:

"O Trabalho na Fronteira na percepção de Trabalhadores e Trabalhadoras do Amapá e da Guiana Francesa"

"Síntese do I Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira do Amapá com a Guiana Francesa realizado no Oiapoque pelo SINDSEP em 2013 e 2014. "

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B333t Trabalho, Sindicalismo e Imigração na Fronteira: Multi-Nacionalidades e Direitos Humanos no Espaço Guyanense
/ Ramiro Esdras Carneiro Batista; Katia Cilene Neres Domingos; Gilberto Silva Lima; Izaionara Cosmea Jadesky (organizadores). – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2024. 163 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6009-077-4

DOI: 10.29327/5399694

1. Trabalho. 2. Sindicalismo. 3. Imigração na Fronteira. I. Batista, Ramiro Esdras Carneiro. II. Título.

CDD: 331.88

CDU: 331

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoramultiatual.com.br/2024/05/trabalho-sindicalismo-e-imigracao-na.html>



Ramiro Esdras Carneiro Batista
Katia Cilene Neres Domingos
Gilberto Silva Lima
Izaionara Cosmea Jadjesky
(ORGANIZADORES)

TRABALHO, SINDICALISMO E IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: MULTI-NACIONALIDADES E DIREITOS HUMANOS NO ESPAÇO GUYANENSE



Dedicatória

***Aos companheiros do movimento sindical
Odete e Meré (in memorian), que seguem em
ultravida nos inspirando a prevalecer na luta...***



Membros da Gestão Colegiada do Sindicato dos Servidores Públicos Federais Cíveis no Estado do
Amapá

Foto : Arquivo SINDSEP/AP (2014)

SUMÁRIO

Nota introdutória – dos organizadores.....	11
Apresentação – Errolflyn Paixão.....	13
Prefácio – Gilberto Silva Lima.....	17
As sínteses temáticas.....	25
01 Economia e distribuição de renda como Projeto de Desenvolvimento da Amazônia.....	27
02 Soberania, Integração e a Solidariedade na Política Externa.....	39
03 Imigração e o Trabalho Decente na Fronteira.....	48
04 Reforma Agrária, Agricultura Familiar e a Política Ambiental.....	54
05 O papel do (a) Servidor (a) Público (a) no processo de desenvolvimento.....	63
06 Educação: Direito de todos e de todas.....	73
07 Juventude: Perspectivas e Emprego Decente.....	78
08 Proteção à Saúde dos (as) trabalhadores (as): segurança e prevenção.....	84
Encaminhamento do Encontro Internacional na Fronteira Amapá/Guiana Francesa.....	90
Apêndice.....	96
Entrevista - Educação & Direitos Humanos na Fronteira Franco-amapaense, com Kátia Domingos.....	97
Conteúdo das plenárias / temáticas traduzidas em língua francesa.....	105



Foto: Ramiro Esdras (2020)

Nota introdutória

A obra que ora apresentamos começou a ser resenhada há uma década, mas, em função do acúmulo de instabilidades como crises políticas e institucionais, pandemia e sindêmias e, claro, a debauche do movimento sindical brasileiro experimentado no governo Bolsonaro – jamais foi levada a prelo. Isto acabou por ensaiar o silenciamento de uma memória do movimento social, tido e havido dentre diferentes sujeitos históricos transfronteiriços, que não podemos e não devemos admitir que se materialize no egoísmo de manuscritos, ou em papéis e imagens perdidas em arquivos empoeirados.

Dito isto, cumpre considerar (também) que prevalecem entre os organizadores muitas dúvidas sobre – como e qual – seria o melhor formato para democratizar uma memória e uma história, que possa ser tida como uma tradução didática, cultural e esteticamente adequada, em relação aos eventos e as pessoas neles/as envolvidos/as. Sem conseguirmos dar termo ao dilema, e, sabendo que o formato científico pode não dar conta da necessidade de tradução de uma realidade socialmente produzida e historicamente situada, a partir e com diferentes classes de sujeitos fronteiriços, resolvemos por proceder o registro de experiências da/na realidade em tela a partir de uma publicação de formato livre, híbrido, em alguma medida descolado do formato acadêmico, o que – mal comparando – pode coincidir com os estilos, as vivências e os constructos sociais dos povos e populações que compõem e (re)significam seus arranjos vivenciais de forma não linear.

Agradecemos a todas / todos / todes que conosco colaboraram na organização/consolidação da referida memória, e esperamos que o formato de comunicação aqui proposto atravesse os meandros do inter, do trans e do multicultural, encontrando acolhida nos perfis pluriétnicos e multilíngues que tanto caracterizam as pessoas, os viveres e os fazeres guianenses.

Fronteira *Uyapkun*, dezembro de 2023.

Os organizadores.



Mulheres do Movimento Sindical Amapaense
Foto : Arquivo SINDSEP/AP (2014)

APRESENTAÇÃO

Errolflynn de Souza Paixão¹

Como lembra a companheira Marly Tavares em seu “Histórico do SINSEP/AP”², a nossa organização sindical – presente a quase três décadas no interior da sociedade amapaense – tem desempenhado um importante papel na vida dos trabalhadores e trabalhadoras do extremo norte amazônico, sobretudo no que diz respeito a uma educação politizadora que estimule a reflexão sobre os valores pertencentes ao estado democrático de direito, a liberdade de expressão com responsabilidade e a convivência em uma sociedade pluralista, socialmente justa e permanentemente solidária.

Grande parte dos companheiros e companheiras que hoje ocupam a gestão de nossa unidade sindical são pioneiros de uma história de luta por direitos dos trabalhadores que, desde os anos 70 do século XX, não se furtaram a organização de inúmeros movimentos grevistas mesmo na ausência de uma guarida legal que somente viria tempos depois, com o advento do novo sindicalismo brasileiro. Este movimento foi caracterizado pelo reconhecimento do direito de greve e organização sindical para os servidores públicos, somente efetivado após encerrada a longa noite da ditadura civil-militar e finalmente demarcado em nossa Constituição cidadã de 1988. Portanto, importa dizer que a Carta Magna de 1988 vai incorporar as práticas que os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público já vinham realizando mediante formas organizativas forjadas por eles/elas e cristalizadas no processo mesmo de suas lutas.

A porosidade da legislação sindical para a incorporação do ramo dos servidores foi realizada sem que os princípios gerais e a estrutura do sindicalismo brasileiro sofressem abalos substanciais, mantendo o mesmo espírito que inspirou a

¹ Turismólogo, especialista em Educação Ambiental. Secretário de Finanças do SINDSEP/AP.

² Cita-se o texto editorial da companheira Marly Tavares. Disponível em: www.sindsep-ap.org.br/institucional/historico Acesso em 13 ago. 2022.

sua criação pelo varguismo na década de 30, cujo modelo corporativo não concebia a organização de tipo sindical para os servidores públicos. Até então, aos trabalhadores do serviço público era permitido no máximo a criação de associações com caráter recreativo, mutualista e cultural. Mas será precisamente no interior dessas associações – em grande parte criadas nos anos 60 e 70 – que os trabalhadores do setor público realizarão o trabalho lento e persistente de construção das suas lutas e organizações de classe.

É principalmente durante os anos de 1978 e 1979 que o movimento sindical ressurgiu à cena política brasileira, após o longo silêncio imposto à classe trabalhadora nos chamados “anos de chumbo”. No período que vai de 78 à 89, os trabalhadores do setor público organizaram-se e unificaram suas lutas em amplos movimentos reivindicativos quase sempre acompanhados por longas greves, resultando num total de jornadas perdidas superior às computadas no setor privado no mesmo período. Mas o fato de não encontrarem enquadramento na estrutura sindical vigente permitiu que as organizações sindicais dos servidores nascessem desembaraçadas dos seus vícios corporativos e pudessem, com isso, levar mais longe a liberdade e a democracia sindicais, pelo menos nesse primeiro momento.

Como elemento distintivo está o fato de que as Associações foram desde sempre sustentadas unicamente pela contribuição dos seus associados, longe, portanto, das contribuições compulsórias que ainda hoje formam um dos pilares de apoio da estrutura sindical corporativa que persiste a despeito das mudanças ocorridas nos regimes políticos. Além disso, os servidores públicos tiveram que praticamente inventar um sistema de relações de trabalho que atendesse aos seus interesses, sem precisar abrir mão do modelo associativo que lhe deu origem.

Posteriormente, a convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu artigo 3º – ratificado pelo legislativo em 2010, e consolidado pelo poder executivo por meio do Decreto nº 7.944, de 6 de março de 2013, anuncia que, para os efeitos da presente Convenção, a expressão “organização de trabalhadores da Administração Pública” designa toda a organização, qualquer que seja a sua composição, que tenha por fim promover e defender os interesses dos trabalhadores da Administração Pública. A Convenção fortaleceu a luta dos servidores públicos para que se garantisse o texto da Constituição de 1988 com respeito ao direito de livre associação e organização sindical na estrutura do Novo Sindicalismo, defendido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O marco da OIT foi e segue sendo muito importante, mas, no caso do Território do Amapá – então transformado em ente federado autônomo concomitante a proclamação da nova Constituição de 1988 – vale dizer que a organização dos servidores públicos federais civis foi realizado de forma imediata a aprovação da Carta Magna, visto que em janeiro de 1989 foi realizado o 1º congresso da categoria no Amapá, entre os dias 20, 21 e 22. O que culminou com sua fundação formal elegendo-se o primeiro presidente, Paulo Sergio Alves Bezerra, para o mandato que foi de janeiro de 1989 à dezembro de 1991. Nosso segundo presidente, Augusto de Oliveira Junior, foi eleito para o período de 1991 à 1994, tendo Aracildo dos Santos Fonseca sido nosso terceiro presidente no período de 1994 à 1999. Assim encerraram-se os três primeiros mandatos em que tem fim o modelo de gestão presidencialista.

No mesmo ano de 1999, iniciam-se os mandatos Colegiados, elegendo-se este companheiro que lhes escreve, Errolflynn de Souza Paixão, como o primeiro Secretário Geral em mandato que percorri de 1999 à 2002. Em 2002, elegemos o companheiro Hedoelson Silva Uchôa como secretário Geral do SINDSEP/Amapá que permanece até a presente data, no modelo vigente de gestão colegiada.

Encerrando nossa breve apresentação importa dizer que o novo sindicalismo, ensaiado a moda amapaense, impactou não somente a consciência de classe de nossos companheiros e companheiras associados/as – uma grande comunidade amazônica que hoje soma quase dez mil filiados. Nossa organização sindical, em um processo de autocrítica e maturação permanente e reconhecendo as peculiaridades do viver amazônico – as carências e as potencialidades de nosso povo, bem como a ausência de um poder público historicamente concentrado nas regiões sul e sudeste do país – transcendeu aqueles primeiros objetivos de interesses de classe, mobilizando pessoas e recursos que visam combater a invisibilidade e violência que vitimiza nossos irmãos e irmãs não sindicalizados, que tentam uma vida melhor nas faixas fronteiriças de Oiapoque/Cayena.

Que venham mais Encontros na Fronteira nos permitindo melhor conhecer, debater e solidarizar-nos com a luta pela vida e o trabalho digno e protegido nas fronteiras do setentrião amazônico.

Viva as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros!



**Programa de rádio realizado no curso do
Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira
Foto : Arquivo SINDSEP (2014)**

PREFÁCIO

Gilberto Silva Lima³

A presente publicação é resultado do esforço do movimento sindical amapaense em traduzir os emocionantes depoimentos das pessoas que vivem as adversidades naturais e antrópicas da fronteira contemporânea do Amapá com a Guyana Francesa,⁴ colhidos durante o Encontro Internacional Sobre Trabalho Decente na Fronteira realizado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais Civis no Estado do Amapá – SINDSEP/AP – no ano de 2014, juntamente com entidades sociais da Guiana Francesa. Utilizamos-nos do termo neocolonial “Guiana Francesa” para referir o atual território ultramarino francês da Guyane, por ser esta a designação ainda utilizada pelos sujeitos sociais em ambos os lados daquele espaço fronteiriço.

Cumpramos registrar ainda que o I Encontro Internacional Sobre Trabalho Decente na Fronteira foi idealizado em 2012, pela então Presidente da CUT no Estado do Amapá e Secretária Adjunta da Secretaria de Relações Internacionais do SINDSEP/AP, a companheira Benedita Odete Gomes Figueiredo. Sua experiência de luta, como presidente da CUT/AP, a movia no sentido de empenhar-se no processo de Formação de Dirigentes Sindicais CUTistas de Norte a Sul do Estado. Assim, o planejamento do I Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira teve como espaço motivador as reuniões do planejamento estratégico

³ Educador Popular. Assessor sindical do SINDSEP/AP.

⁴A fronteira franco-brasileira inicia no planalto das Guianas, numa tríplice fronteira onde se encontram os marcos divisórios Brasil-Suriname e França-Suriname. Esse ponto é chamado "Koulimapopann" nos mapas do Instituto Geográfico Nacional Francês, e fica em 2°20'15,2" N, 54°26'04,4" W. Deste ponto, corre ao longo de 303,2 km², nos montes Tumuc-Humac ao longo da divisória de águas entre a bacia do rio Amazonas e os rios da Guiana, que deságuam no oceano Atlântico. Borda o limite das comunas de Maripasoula e Camopi frente ao município brasileiro de Laranjal do Jari. Toma a direção do rio Oiapoque, que corre para norte na floresta equatorial, e que serve de fronteira por 427,2 km² entre os territórios de Camopi e Saint-Georges de um lado e outro do rio. Chegando à foz do rio a oeste do cabo Orange em 4°30'30"N, 51°38'12"W. Deste ponto, situado na baía de Oiapoque, prolonga-se por uma fronteira marítima que separa as águas territoriais dos dois países. (Fonte: Wikipédia. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Fronteira_Brasil%E2%80%93Fran%C3%A7a Acesso em 13 de julho de 2015.)

deste Sindicato, no ano de 2012 e amadurecidos posteriormente em Belém, no período de 06 a 08 de setembro de 2013, durante o II Módulo do Curso de Formação de Formadores da Escola de Formação Sindical Chico Mendes da Amazônia – CUT, da qual participaram a Secretária Adjunta Benedita Odete e a então sindicalizada e militante de base, Kátia Cilene Neres Domingos, atual titular da Secretaria de Relações Internacionais.

Quase um mês após o retorno das companheiras à Macapá/AP, no dia 12 de outubro de 2013, Odete Gomes veio a falecer em um naufrágio que também vitimou outros queridos companheiros e companheiras do Sindicato. No entanto, sua bandeira de luta contra a insalubridade, o assédio moral e sexual, salários indignos, desvalorização pessoal, dificuldades de acesso à formação continuada, e ainda por maior aproximação do sindicato com a base de trabalhadores e trabalhadoras da fronteira do Estado do Amapá, permaneceu viva no “Planejamento Estratégico” do SINDSEP/AP, que diante do grandioso e honrado ideal, concretizou em 2014, através da Secretaria de Relações Internacionais – tendo a frente a companheira Kátia Domingos – o I Encontro Internacional sobre trabalho decente na fronteira, que fora tão apaixonadamente sonhado pela saudosa Odete Gomes.

Para sentir a vigor dos debates entre amapaenses e guianenses – imbuídos de mesmo desejo de conhecimento do mundo social em que vivem, mas oriundos de culturas, formações escolares e crenças políticas diferentes – recomenda-se que o leitor também assista ao debate que suscitou o relatório e a presente obra, reproduzido no vídeo-documentário em gestação. Nele encontram-se gravados para a posteridade o entusiasmo e a visão crítica dos Servidores Públicos⁵ que geram inclusão, ensino, pesquisa, extensão e defesa da vida na fronteira, assim como uma franca amostra da atuação de sindicalistas, lideranças e agentes comunitários⁶, engajados em educação sócio-política num lado e outro dos rios Oiapoque (fronteira

⁵ Trata-se dos participantes dos dois momentos do evento: servidores da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBIO, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Promotoria de Justiça e Defesa da Mulher, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Hospital Estadual de Oiapoque, Prefeitura Municipal de Oiapoque, Polícia Federal brasileira, Polícia Civil do Amapá e Receita Federal do Brasil.

⁶ Aqui referimos membros do Conselho de Cidadania de Brasileiros da Guiana, Associação Comercial de Oiapoque, Conselho Municipal de Saúde de Oiapoque, Central Única dos Trabalhadores – CUT/Brasil, SINDSEP/AP, Fédération Syndicale Unitaire da França, Instituição Colibris Guyane, Grupo de Proteção e Direito dos Estrangeiros na Guiana – CIMADE, Equinoxe Formation Guyane, Liga Francesa dos Direitos Humanos, Rede de Educação Cidadã Amapá, Espaço Ninho e Centro Cultural Franco Amapaense.

do Amapá com a Guiana Francesa) e Maroni (fronteira da Guiana Francesa com o Suriname).

Um Encontro em duas etapas

Antes de se abordar os conteúdos produzidos na realização do Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira é sempre pertinente pensar sobre o espaço geográfico que abrange o evento, para que melhor se compreenda a importância e necessidade desta ação para o Sindicato dos Servidores Públicos Federais Civis do Estado do Amapá – SINDSEP/AP, a(s) sociedade(s) e os povos envolvidos.

O Estado do Amapá, por sua localização geográfica, – extremo norte do Brasil, região Amazônica – faz fronteira com a Guiana Francesa (Guyane) ao norte, pelo município de Oiapoque, distante 600 km da capital amapaense pela BR 156, onde a altura da rodovia não asfaltada, constata-se a presença de povos e populações indígenas desde tempos imemoriais – a exemplo dos *Galibi Kalinã*, os *Galibi Marworno*, os *Karipuna* e os *Palikur Arukwayene*, além de territórios quilombolas em processo de reconhecimento, como os do histórico vilarejo do *Cunani*.

No município de Oiapoque é o talvegue do rio de mesmo nome que delimita a fronteira franco-brasileira. Do lado francês a delimitação inicia no mesmo rio que margeia Saint-Georges-de-l'Oyapock, uma comuna do departamento ultramarino da Guyane com poucas informações oficiais disponíveis, mas que historicamente recebe imigrantes de diversas regiões do Brasil. Essa Guyana dita Francesa tornou-se departamento da França em 1946, e atualmente é considerada parte da União Europeia, possuindo uma área territorial de 83.500 Km² com densidade demográfica de 2,5 hab/km² e população de 280.000 habitantes, aproximadamente.

Já do lado brasileiro do rio Oiapoque, o Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE) considerava que até o ano de 2014, o município de Oiapoque apresentava população de 23.628 habitantes, com densidade demográfica de 0,91hab/km², numa área de 22.625 Km². A Economia do município assentava-se no setor de serviços, na pecuária, pesca e na agricultura de subsistência, além de uma presumida atividade garimpeira que não aparece nos números oficiais.

Considerando os inúmeros relatos de desrespeito à dignidade da pessoa humana numa região de fronteira pouco assistida pelas políticas governamentais e marcada pela ilegalidade – garimpagem, tráfico de pessoas, de armas e de drogas – o Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira foi realizado pela Secretaria de Relações Internacionais do SINDSEP-AP com o objetivo de confrontar os diferentes pontos de vista de amapaenses e guianenses sobre aquela realidade fronteiriça, para conjuntamente tecer reflexões favoráveis a novas relações trabalhistas, organizacionais, ambientais, ou seja, discutir e propor qualidade da vida laboral de todos e todas que vivenciam a faixa de fronteira do extremo norte.

O primeiro momento do Encontro Internacional realizou-se na capital amapaense, Macapá, no dia 21 de fevereiro de 2014, no auditório do Centro Cultural Franco Amapaense, parceiro na atividade, e contou com a presença, dentre outros, do Desembargador **Gilberto Pinheiro**, o Vice-reitor da Universidade Federal do Amapá **Antonio Filocreão**, o Procurador de Justiça do Amapá **Nicolau Crispino**, a então Deputada Federal **Dalva Figueiredo**, o Cônsul da França no Estado do Amapá **Jean-François Le Cornec**, o Engenheiro Sanitarista Francês, **Benoit Van Gastel**, o Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará - UFPA, **Elielson Pereira da Silva**, o Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP, Mestre **José Marcelo Medeiros**, o Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Amapá, **Nadielson Gonçalves**, o Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Amapá (CUT/AP), **Geovane Grangeiro**, a Educadora da Escola de Formação Sindical Chico Mendes da Amazônia, **Thalita Neri Coelho**, o Pesquisador da EMBRAPA, Doutor **Adriano Marini**, a então Diretora do Instituto Estadual de Floresta do Amapá, **Ana Margarida Euler**, as senhoras **Rosilene Pinheiro Palheta** e **Sulenir Soudine**, representantes do Conselho de Cidadania Brasileira na Guyana, o Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Amapá, **Roberto Bauer** e alguns secretários de governo no Estado do Amapá, como o secretário de Tecnologia e Ciência do Amapá, o Professor Doutor da Universidade Federal do Amapá **Antônio Cláudio Almeida de Carvalho**, o secretário de Trabalho e Empreendedorismo **Sivaldo da Silva Brito** e o Diretor da Escola de Administração Pública do Amapá, Professor Doutor **Adalberto Carvalho**.

A diversidade de conhecimentos desses expositores garantiu à plenária, composta por secretários e secretárias do SINDSEP/AP, acadêmicos e funcionários públicos de diferentes esferas e ramos, uma rica sinergia.

Em Oiapoque, o segundo momento do encontro foi realizado nos dias 19 e 20 de setembro de 2014, no auditório do Fórum de Justiça e contou com forte participação de quinze (15) cidadãos franco-guianeses ligados a movimentos de direitos humanos como o Instituto Colibris Guyane, a LDH (Liga dos Direitos Humanos), a Associação de Proteção dos Direitos dos Estrangeiros (CIMADE) e, a Fédération Syndicale Unitaire. Este expressivo quantitativo foi possível graças à capacidade de articulação da Secretária Adjunta de Relações Internacionais do SINDSEP, **Katia Cilene Neres Domingos** que, apoiada pela francobrasileira **Sulenir Soudine** e pelo francês **Benoit Van Gastel**, ambos residentes em Caiena, viajou à Saint-Georges e a Caiena e reuniu-se com vários representantes de entidades sindicais e associações locais, estendendo-lhes o convite e motivando-os a participar.

Nesta mesma ocasião, a contribuição da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, através do Campus Binacional de Oiapoque consolidou-se na pessoa do companheiro **Ramiro Esdras Carneiro Batista** e foi imprescindível, pois mediou com sucesso a mobilização dos estudantes, do corpo docente e da população local. O professor também ajudou na coordenação do evento como mediador em um dos debates e foi o elo entre os agentes do SINDSEP/AP e a aldeia indígena Manga, na Terra indígena Uaçá, possibilitando à equipe de professores do Centro Cultural Franco Amapaense – coordenada pelas Secretárias do SINDSEP/AP **Kátia Domingos** (Relações Internacionais) e **Neuziana Castro** (Comunicação) – ministrar uma oficina de customização em camisetas para 25 (vinte e cinco) mulheres indígenas do povo *Karipuna*.

De fundamental importância também foi a participação dos agentes públicos e políticos locais, como o Secretário de Agricultura do município de Oiapoque senhor **Genival da Silva Campos**; a Assistente Social do Hospital Estadual de Oiapoque, a senhora **Ediellen Gardenha**; a Promotora de Justiça e Defesa da Mulher, senhora **Neusa Borges**; o representante do Conselho de Cidadania Brasileira na Guiana, senhor **Alan Ribeiro**; o representante dos estudantes indígenas **Davi Marworno**; os Professores da UNIFAP, **Gean Carlo Livman Frabetti**, **José Mauro Palhares** e **Arnaldo José Ballarini** (*in memoriam*); o representante do Instituto Chico Mendes

da Biodiversidade de Oiapoque, **Ivan Vasconcelos**; o Agente de Polícia Federal, Oficial de Ligação em Saint-Georges de l'Oyapock na Guiana Francesa **Luciano Brito Senna**; o delegado de polícia civil de Oiapoque, **César Augusto Vieira** e o agente da Receita Federal de Oiapoque, senhor **Vagner Oliveira**.

De igual importância partiram de Macapá, na caravana do SINDSEP ao Oiapoque, os senhores e as senhoras: **Wardson Lustrino Borges** (EMBRAPA), **Cacia Ceres Evangelista** e **Marta do Socorro Oliveira** (Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatísticas - ASSIBGE), **Edvaldo de Azevedo Souza**, **Marco Antônio de Lima Nunes**, **Idelcy Maria dos Santos Nunes**, **Errolflyn de Souza Paixão**, **Hedoelson Silva Uchôa** (SINDSEP), **Geovane Granjeiro da Silva** (CUT), **Paulo Zab** (Espaço Ninho), **Wemerson Costa** e **Merlane Mikureto Tiriýó** (Juventude RECID), **Rita Helena Ferreira**, **Benedita Enilda** e **Maria Pinho Gemaque** (Centro Cultural Franco Amapaense).

A tradução simultânea dos diálogos bilíngues do I Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na fronteira foi realizada pela Mestra em Linguística Aplicada Senhora **Josiane Ferreira da Silva** e pela Especialista em Educação **Daniella Ramos**, a época, funcionárias do Centro Cultural Franco Amapaense, parceiro na atividade.

Conhecer, a partir do debate, as condições de trabalho e as expectativas dos brasileiros e guianenses da região de fronteira para subsidiar propostas de políticas públicas aos dois países, foi o propósito do Encontro Internacional realizado em dois momentos, uma vez que há em ambas as margens diferentes realidades econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais que se misturam e se complementam nas relações tecidas no lado brasileiro, que por vezes, conflitam no lado francês.

Cumprir dizer que a extensão da fronteira e a dificuldade em monitorá-la resultaram na criação de muitas rotas para a clandestinidade e consequente captura e deportação de muitos brasileiros pela polícia francesa, sobrecarregando o serviço social do governo amapaense, deixando, assim, muitas sequelas sociais. Parece haver concordância entre os Oiapoqueenses de que a renda do Município é fortalecida com o euro francês, proveniente do comércio com guianenses no lado brasileiro ou das atividades, consideradas ilegais, de transporte fluvial, garimpagem, prostituição de mulheres e casas de shows.

Observou-se que tanto no lado brasileiro quanto no lado francês existem Organizações Cívicas de luta e defesa dos direitos humanos e ambientais, com pautas comuns e necessidade de intercâmbio com instituições de mesmos princípios. Assim como existem franceses de diferentes instituições procurando parcerias com instituições governamentais e não governamentais brasileiras. Existem também brasileiros com dupla cidadania preocupados em estabelecer parcerias com franceses/guyanenses dedicados a minimizar os sofrimentos dos imigrantes. Destaca-se aí a troca de experiência entre EMBRAPA/AP e Instituto Colibris Guyane na produção de alimentos agroecológicos, que já dialogam com os grupos macapaenses Beija Flor, Espaço Ninho e RECID, bem como a Liga de Direitos Humanos de Caiena, representada pelo engenheiro sanitário, senhor **Benoit Van Gastel**, somando esforços com os professores da Universidade Federal do Amapá, Campus de Oiapoque, no que diz respeito à troca de informações para o combate à febre *chikungunya*, também transmitida pelo mosquito *aedes aegypti*.

Tanto no primeiro quanto no segundo momento do Encontro Internacional o nível de participação superou as expectativas da organização, somando aproximadamente 400 participantes nas duas oportunidades. Esperamos que o trabalho de registro e transcrição dos diferentes anseios e opiniões sobre os dilemas da fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, estimule o aprofundamento do estudo de caso por governos, instituições de ensino e organizações cívicas, tanto brasileiras quanto francesas, em favor da solidariedade nas relações interpessoais e interinstitucionais, contribuindo assim para a atenção aos direitos fundamentais inerentes a toda pessoa humana, historicamente ratificada pelos dois países fronteiriços, mas jamais levados a bom termo.



Membros da gestão colegiada do Sindicato dos Servidores Públicos Federais Cíveis no Estado do Amapá
Foto : Arquivo SINDSEP/AP (2014)

AS SÍNTESES TEMÁTICAS

As aberturas solenes dos dois momentos do Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira contaram apenas com representações da cultura amapaense, por dificuldades de viabilizar a vinda de algum grupo cultural guianense ao evento.

Em Macapá o público foi presenteado com uma divertida sátira às regras gramaticais brasileiras, premiada nacional e internacionalmente, denominada “Seu Portuga e a Língua Portuguesa”, encenada pelos atores amapaenses **Carlos Lima** e **Josiane Ferreira**, provocando muitas gargalhadas na platéia. No sentido de divulgar e socializar o que há de melhor na cultura amapaense e brasileira, foi apresentado também uma dança típica do Amapá, o Marabaixo, onde o **Mestre Jacundá**, da Comunidade quilombola Campina Grande levou o público a dançar e cantar ao som das harmoniosas caixas de percussão.

No momento vivenciado em Oiapoque, antes da composição da mesa institucional e a execução dos hinos brasileiro, francês e amapaense, foi oportunizada a apresentação artística do grupo de dança da Escola Estadual Joaquim Caetano da Silva, com a coreografia intitulada “Dança da Fronteira”.

Para saudar os participantes, o Secretário Geral do SINDSEP/AP **Hedoelson Silva Uchôa**, esta Secretária de Relações Internacionais **Katia Cilene Neres Domingos** e o presidente da CUT Amapá **Geovane Grangeiro da Silva**, compuseram as mesas de abertura acompanhada de convidados Guianenses e Francobrasileiros. No mesmo ato solene do Encontro em Oiapoque, tivemos a grata satisfação de entregar os Certificados de participação da oficina de customização de camisetas, realizada em parceria com o Centro Cultural Franco Amapaense entre os dias 15 a 18 de setembro de 2014 com as mulheres *Karipuna* da comunidade do Manga (Terra Indígena Uaça).

Por questões didáticas, optamos por transcrever⁷ e relatar os diálogos tecidos em diferentes momentos do **Encontro Internacional sobre Trabalho decente na Fronteira** desde as percepções locais para as globais, e das experiências empíricas para as científicas, ou seja, a partir de Oiapoque e adjacências, onde de fato existe o encontro da desejada bi-nacionalidade em seus aspectos interinstitucionais e sóciopolíticos.

Nosso cuidado em ser fiel aos diálogos tecidos no Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira, como já explicado, realizado num primeiro momento na cidade de Macapá, e posteriormente no município de Oiapoque, em fevereiro e setembro de 2014, permitem uma imersão nos contextos de vida e atuação política de pessoas e organizações sociais de distintas origens, desenhados a partir dos testemunhos pessoais e dos estudos dedicados sobre os oito temas abaixo relacionados, que foram previamente selecionados pela organização do evento, quais sejam:

- ✓ **Economia e distribuição de renda como Projeto de Desenvolvimento da Amazônia;**
- ✓ **Soberania, Integração e a Solidariedade na Política Externa;**
- ✓ **Imigração e o Trabalho Decente na Fronteira;**
- ✓ **Reforma Agrária, Agricultura Familiar e a Política Ambiental;**
- ✓ **O papel do (a) Servidor (a) Público (a) no processo de desenvolvimento;**
- ✓ **Educação: Direito de todos e de todas;**
- ✓ **Juventude: Perspectivas e Emprego Decente;**
- ✓ **Proteção à Saúde dos (as) trabalhadores (as): segurança e prevenção.**

Vamos a cada um deles.

⁷ O trabalho de documentação, transcrição e resumo das falas dos participantes do evento foi possível graças ao compromisso e dedicação de nosso companheiro Gilberto Lima (SINDSEP/AP), que também é um dos organizadores da presente publicação.

TEMA 01:
ECONOMIA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COMO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA





Pesqueiros da região do mar do Cabo Orange – Oiapoque/AP
Foto de Ramiro Esdras (2016)

Em Oiapoque, o encontro iniciou com o painel “A Economia e a Distribuição de Renda na Fronteira do Amapá com a Guiana Francesa”. Foram expositores além do Secretário Adjunto do SINDSEP-AP, Sr. Errolflynn Paixão; o coordenador da Instituição Colibris Guyane, Professor Christoph Delamare; o presidente da Associação Comercial de Oiapoque, Empresário Isaac Silva e Silva; e a Promotora de Justiça e Defesa da Mulher, Senhora Neuza Borges.

Nas palavras do empresário Isaias Silva, a expectativa da Associação Comercial do Oiapoque (ACOI) é ver maior organização das instituições locais para garantia do desenvolvimento econômico e distribuição de renda com trabalho decente na região, já que *“o município não vive mais à custa do garimpo e do serviço ilegal, e busca outra atividade primária que subsidie a economia de forma sustentável”*, afirmou. A ACOI, segundo Isaias, conta com a parceria da Câmara de Comércio da Guyana Francesa no intercâmbio comercial, mas carece de um Plano de Ação transfronteiriço, elaborado e executado com a ajuda das instituições de estudo e pesquisa brasileiras, que frequentemente os convocam para debater o tema e ainda não conseguiram viabilizar um planejamento econômico sustentável e pró-trabalho decente à comunidade. O Empresário concluiu reiterando seu apelo às entidades organizadoras do I Encontro Internacional sobre trabalho decente na fronteira em prol da construção de um Planejamento econômico sustentável para a região.

A Promotora de Justiça e Defesa da Mulher de Oiapoque, Senhora Neuza Borges, iniciou sua exposição identificando os ramos de atividade que geram economia no município de Oiapoque – Serviço Público, Pesca artesanal e marítima, agricultura familiar, garimpagem de ouro ilegal e exploração sexual de mulheres – salientando as limitações geográficas e ambientais do município para o desenvolvimento econômico da base industrial ou agropecuária – grandes áreas de proteção ambiental (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange). Citou como exemplo restritivo ao desenvolvimento local a dificuldade da própria Promotoria do Meio Ambiente para implantar o aterro sanitário em Oiapoque, visto que não consegue terreno que não esteja na área do exército brasileiro – bem extensa segundo ela –, nos parques nacionais, ou nas áreas de proteção de mananciais hídricos.

Deteve-se no problema da exploração sexual de mulheres, que considera parte da grande exploração de pessoas na garimpagem ilegal de ouro. Citou que por

se tratar de tráfico internacional, os órgãos de justiça consideram o Amapá/Oiapoque/Caiena uma rota de exploração de alta complexidade, “...*porque a exploração sexual das mulheres não começa lá fora. Ela começa desde que as mulheres são capturadas em suas cidades, geralmente pequenas cidades do Pará, do Maranhão e do Amapá, passam pelo Oiapoque para a Guiana, o Suriname (consta que o Suriname é o destino mais cruel para essas mulheres), até os cativeiros da Europa*”.

A Promotora mencionou ainda as ações dos Ministérios Públicos Federal e Estadual na faixa de fronteira. Leu um documento em que o Ministério Público Federal (MPF) no ano de 2013 denunciou uma brasileira por crime de aliciamento de jovens nos anos de 2005 a 2008, inclusive menores de idade, nos municípios de Macapá, Laranjal do Jari e Oiapoque, para prostituição nos garimpos da Guyana Francesa e Suriname. A denúncia é de que essa brasileira financiava as despesas de viagem e mantinha as vítimas em condições de prostituição até o pagamento da dívida. Asseverou que o Ministério Público Estadual atua na contenção dos crimes contra pessoas, inclusive de estrangeiros que sofrem algum crime no território brasileiro.

Para ela a distribuição de renda no município assenta-se no salário dos servidores públicos, no comércio informal de ambulantes, no transporte fluvial, nos programas de renda mínima, e em muito trabalho não decente, que necessita da atuação do Estado para evitá-lo.

O ativista ambiental Christoph Delamare a sucedeu explicando a filosofia da instituição *Colibris Guyane*, integrante do Grupo francês Beija-flor da qual faz parte, e criado a partir da fábula do beija-flor, que diante de um incêndio na floresta voava entre um lago e o local do incêndio carregando água em seu bico acreditando que fazendo sua parte minimizaria as chamas e motivaria os outros a também fazer.

Criado em 2007 na Guiana, o grupo *Colibris Guyane* tem como missão, nas palavras de Christoph, “*preparar e acompanhar a transição humana, social e ecológica ao novo modelo de sociedade, de vida, que começa a aparecer com algumas iniciativas, ainda difíceis de propor e engajar os cidadãos, porque supõem mudanças de hábitos no cotidiano... e, nossa missão é estar em campo, e não somente dentro da célula de reflexão temática, mas com ações concretas que sejam mudanças de paradigmas... Tanto na Guyana como na França nós, da Beija Flor, buscamos mudar nossa própria maneira de viver, tendo como principal riqueza a*

nossa qualidade de vida... nossa militância não é para protestar contra o sistema, mas para se ajudar mutuamente, cada um com consciência de plena responsabilidade sobre o equilíbrio da vida hoje e para as futuras gerações...dentre os princípios que propomos como ações aos grupos, e que podem ser aplicados como um contrato entre os cidadãos, o primeiro é a alimentação saudável, porque cada pessoa pode vir a ser um cultivador de sua própria alimentação e ser livre, tanto em saúde como economicamente, em grupo... Outro princípio é a educação, que precisa mudar seu paradigma e indagar 'quê crianças vamos deixar para nosso planeta', em vez de perguntar 'quê planeta vamos deixar para nossas crianças'....É evidente que temos que questionar a maneira educativa que está sendo aplicada.. ainda tem a energia, o transporte, a governança e muitas outras coisas no mundo todo que ainda não estão em evidência como deveriam... nossa associação escolheu a governança da sociocracia, com comunicação no nível horizontal (não piramidal), e economia de nível local, economia solidária... nós propomos reorganizar a economia, produzir e consumir localmente, em sistemas de solidariedade, como já vemos na Inglaterra e em outros países onde o cidadão cultiva nos espaços públicos para que muitos possam se servir... cada um age para que se escape do poder econômico baseado no dinheiro... essas iniciativas começam a ganhar corpo na Europa, e mostra que outra economia é possível”.

Christoph Delamare lembrou que é necessário se opor a tudo que é individualizado, impessoal, e induz à competição, assim como é preciso cultivar as parcerias e ler sobre estes conceitos porque nós não os encontraremos na grande mídia. Encerrou agradecendo a oportunidade da troca de ideias sobre outro mundo possível num Encontro Fronteiriço.

A contribuição da Plenária se iniciou pelo Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos do SINDSEP Edvaldo Azevedo, que elogiou a iniciativa da Instituição *Colibri Guyane*, mas refutou o discurso do Desenvolvimento Sustentável Local com base em suas observações da situação econômica dos castanheiros do sul do Amapá, e fez três questionamentos aos expositores:

1ª pergunta: Exploração sexual e o Garimpo, embora ilegal, é um trabalho decente ou um trabalho indecente? (não do ponto de vista moral ou social, mas do ponto de vista de renda para o Oiapoque).

A Promotora Neuza respondeu a partir da classificação da Organização Internacional do Trabalho que defende condições dignas de trabalho e de salário:

“Há liberdade de escolha, inclusive de trabalhar como prostituta, o que não é crime. Crime é explorar o trabalhador, coagir as pessoas a trabalhos indecentes, sem amparo legal. O fator econômico não pode ser maior que o respeito aos direitos das trabalhadoras.”

2ª pergunta: Considerando a experiência de uma cidade da África do Sul, que reduziu consideravelmente os índices de pobreza, prostituição e tráfico de drogas ao definir uma área da cidade para a construção de Cassinos e a consequente atração turística, pergunta principalmente ao Empresário, se essa não seria uma alternativa ao Município de Oiapoque que está prestes a inaugurar uma ponte bi-nacional interligando-se a um país com forte moeda como o Euro.

Na visão do Empresário Isaias, o município possui outros potenciais econômicos que podem ser explorados de forma saudável tanto para a economia do município como para a qualidade de vida de seus moradores. *“..A brita, a pesca, os parques ecológicos são potenciais em Oiapoque e podem substituir essa realidade de prostituição, herdada da época do garimpo de ouro”.*

O Conselho do Rio Oiapoque, composto por órgãos públicos e entidades de classe dos dois países, criado há algum tempo para auxiliar a comissão mista dos governos brasileiro e francês também poderá dar bons frutos em sua visão. A descoberta de petróleo na costa marítima amapaense é outra possibilidade.

3ª pergunta: Qual é a influência da economia de Oiapoque em Caiena e da economia de Caiena no Oiapoque?

Para Errolflynn Paixão, Secretário Geral Adjunto do SINDSEP/AP, que participou tanto em Macapá quanto em Oiapoque como expositor desse tema, a economia do Oiapoque e do Amapá, assim como da maioria dos Estados periféricos, depende dos interesses das corporações financeiras internacionais. Citou o exemplo da construção da base de lançamento espacial de Kourou, que foi o único empreendimento francês na Guiana a recrutar trabalhadores de maneira oficial, criando sonhos de trabalho bem remunerado, mas de curta duração. Para ele a economia de Caiena só precisa dos brasileiros por ocasião dos interesses estratégicos da França assim como a Guiana se beneficia da clandestinidade de brasileiros para executar os trabalhos braçais.

Em sua exposição enfatizou o papel dos grupos políticos de cooperação internacional – G7, BRICS, G20 – na (des)organização geopolítica mundial, e a

participação do Brasil nesse contexto, que afeta diretamente as relações sociais e trabalhistas locais. Considerando a Fronteira com a Guiana Francesa, a França é membro do G7 enquanto o Brasil, por ser um país emergente se articula politicamente desde 2011 com outros emergentes: China, Índia, Rússia e África do Sul (BRICS), discordantes das decisões do Fundo Monetário Internacional – FMI, e Banco Mundial (organismos financeiros do G7) onde o lema tem sido “*dinheiro é que gera dinheiro*” e não o trabalho como fonte de desenvolvimento. “...*Ora, por esse pensamento, não há distribuição de renda, há ao contrário, mais concentração de renda nas mãos de uma minoria, obrigando os trabalhadores a se organizarem mais para intervir nas decisões dos governos nacionais. O Brasil é líder no MERCOSUL, que é outra estratégia de desenvolvimento regional dos países da América do Sul, e que precisa do apoio do conjunto da classe trabalhadora para não ser derrotada pelos Estados Unidos, que já tentou com a ALCA – Área de Livre Comercio das Américas – e agora aposta na Aliança do Pacífico*”.

No Encontro de Macapá, Errolflynn Paixão arriscou dizer que “*a concentração de riqueza é o fator de maior degradação e empobrecimento dos povos, inclusive dos povos dos países ricos que recentemente têm assistido a subjugação de seus governos às grandes potências econômicas planetárias... as inúmeras artimanhas desses acumuladores de riqueza têm engessado os Estados Nacionais*”.

Segundo ele o lobby das multinacionais no congresso nacional é a causa da perda de direitos da classe trabalhadora, e não bastou o Presidente Lula ter quitado a dívida brasileira com o FMI porque enquanto esta foi possível pagar, a ‘dívida pública’, que obriga o governo a fazer cortes no orçamento da União, é tida como impagável.

Para ele, a vocação extrativista sustentável da Amazônia e a provisão de infraestrutura adequada para sua promoção precisam ser priorizadas nos projetos de desenvolvimento dos governos. “*Ainda bem que em seus 30 anos a CUT continua na luta pela defesa do Brasil e dos brasileiros*”, concluiu Errolflynn.

Francis Trisch, Diretor de um centro de formação profissional privado com atividade em 09 departamentos da Guiana – *Equinoxe Guyane* –, felicitou os organizadores do Encontro considerando a importância da iniciativa numa região geoestratégica da América do Sul, com uma parcela da Europa, que é a Guiana, com problemas iguais e com extremos contrastes entre pobres e ricos. Para ele, “*não é porque nós temos um rio entre nós, que os problemas são diferentes nas*

fronteiras”.”a Guiana é, talvez, um pouco mais desenvolvida em relação ao Amapá, mas há extremo contraste de pessoas muito ricas com pessoas muito pobres que moram na mesma cidade... nós temos a floresta primária, temos a riqueza das culturas indígena, crioula, metropolitana e não fazemos nada com isso.graças a iniciativas como essa, graças ao movimento Colibris, graças ao SINDSEP, graças a CUT, nós podemos ser iniciadores de outros projetos para reforçar essa proposta... é bom que a Guyane 1^{ère} (emissora de TV da Guiana) esteja filmando para mostrar que nós podemos fazer coisas extraordinárias”. Concluiu.

O Guianense, professor de Português, Denis Belloiseaux ponderou sobre o nível de desenvolvimento do Estado do Amapá e da Guiana, discordando da afirmação de seu colega francês Francis Trisch de que o Departamento Guiana Francesa é um pouco mais desenvolvido que o Amapá. Para Belloiseaux a diferença é que o Estado do Amapá possui estrutura e autonomia administrativa que lhe possibilita produzir e distribuir a produção em seu território, enquanto na Guyana bastaram duas semanas de greve dos especialistas do Porto de Dégrad des Cannes (aonde chegam os produtos de consumo da Guyana franceses), para que população da Guyana começou a passar fome: “...não temos uma produção capaz de sustentar a população da Guyana Francesa....As pessoas que conseguem alimento quando tem uma greve assim, são as pessoas que moram na ribeirinha, a beira do rio Maroni e a beira do rio Oiapoque”.

Outro exemplo da insustentabilidade de Caiena foi percebido, segundo Belloiseaux, quando o próprio Tribunal de Caiena (a administração francesa) empregou clandestinos para reformar o prédio do tribunal: “...quer dizer que os próprios juízes que julgam as empresas por contratar pessoas não declaradas, tinham pessoas ilegais trabalhando no tribunal.”

Sobre a exploração sexual de Caiena, segundo Dennis, com a globalização e a tecnologia as pessoas que atuam nesse ramo não precisam mais ir ao Oiapoque para recrutar mulheres: “....agora, uma pessoa estrangeira, e eu vejo muitas pessoas jovens nesse comércio, telefonam para pessoas de Oiapoque no início da noite, e marcam encontros, e você vê jovens passando a atuar nesse ramo. Essa maneira existe e está se espalhando agora... as mulheres que estavam na prostituição em Caiena, não ficam mais em Caiena, vão para a Europa, vão para Madri, para Barcelona, Alemanha porque ganham três vezes mais o que podem

ganhar na Guyana. Atualmente, a maioria das mulheres adultas na prostituição na Guyana Francesa vem de Santo Domingo (Republica Dominicana)."

No encontro de Macapá, a abordagem foi "Macroeconomia e Amazônia, com distribuição de renda", abordada pelo Vice-reitor da UNIFAP, Doutor Antônio Filocreão; pelo Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Elielson Pereira da Silva; pela representante da Câmara do Comércio Internacional na França, Sophie Lamaire; e pelo Secretário Geral Adjunto do SINDSEP, Errolflynn Paixão.

O Doutor Filocreão enfatizou a desigualdade econômica característica da globalização e a posição brasileira no cenário econômico mundial. A seu ver, a concentração capitalista vitima a Amazônia ao mirar a exploração dos recursos naturais impedindo seu desenvolvimento sustentável.

Concentrando 25 milhões de pessoas vivendo em cidades com infraestrutura precária – saneamento básico, educação, saúde - a Amazônia conta com percentual pequeno da renda nacional e ínfimos investimentos em Ciência e Tecnologia, apesar de todo o discurso governamental priorizando a Amazônia como patrimônio natural.

O otimismo do pesquisador Filocreão, quanto a uma Amazônia desenvolvida sob os princípios da distribuição de renda, alimenta-se na luta de resistência e conquistas do povo cubano que apesar das hostilidades e embargos econômicos, imposto pelos Estados Unidos, alcançou significativos avanços em políticas públicas de educação e saúde, e altos índices de desenvolvimento humano e preservação de seus recursos naturais, o inverso do que acontece nos países desenvolvidos sob as diretrizes do capitalismo.

Para ele, a resistência cubana às 'exigências do mercado' garantiu produção de alimentos orgânicos (livres das garras das multinacionais dos agrotóxicos) que refletiu positivamente na saúde de seu povo.

O Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, **Elielson Pereira da Silva**, abordou o tema a partir de três aspectos estruturantes, fundamentais segundo ele, para o desenvolvimento da região amazônica:

✓ Energia Elétrica: "...se todas as usinas em construção ou por construir nos rios da Amazônia fossem para suprir as necessidades regionais, a Amazônia se desenvolveria. Acontece que toda a energia gerada será vendida a outros Estados sem sequer gerar impostos aos Estados produtores". Elielson lamentou que a região

norte continuasse apenas a exportar matéria prima sem gerar trabalho/renda aos moradores da região.

✓ Riqueza Mineral: “.....este segundo aspecto tem deixado passivos econômicos e ambientais às populações amazônicas, a exemplo do manganês no território amapaense, do ouro em vários municípios do Pará e na fronteira do Amapá com a Guyana Francesa, e de outros preciosos minerais que com uma legislação mineral justa poderiam favorecer melhor distribuição de renda aos trabalhadores e a sociedade em geral”. Contestando o atual modelo de desenvolvimento da Amazônia, o pesquisador paraense relatou inúmeros problemas sociais decorrentes do Projeto Carajás, que ampliará sua área de exploração mineral sem considerar a vida de povos indígenas que habitam secularmente a região.

Segundo ele, o subsolo amazônico está todo mapeado pelas empresas mineradoras multinacionais para ser explorado sem o controle do Estado brasileiro e sem o retorno econômico para quem sobre ele vive.

✓ Preservação ambiental: “...este tem sido um aspecto irrelevante nos projetos de exploração das riquezas naturais da região amazônica, apesar da fragilidade desse bioma e da ameaça à vida na terra que sua destruição representa.” Elielson apontou como maior golpe ao desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Brasil a articulação da bancada ruralista no congresso nacional que inviabilizou um Código Florestal de defesa da soberania nacional.

A última expositora desse painel no encontro de Macapá foi a representante da Câmara de Comércio Internacional da França, senhorita **Sophie Lamaire** que após saudar o público, agradecer à organização do evento e esclarecer os fundamentos da Câmara de Comércio, informou sobre um Projeto para a implantação de um escritório da instituição na fronteira Brasil-Guyana a facilitar a comunicação com os comerciantes brasileiros, e consequentemente, as transações comerciais entre os dois países.

INTERVENÇÕES DA PLENÁRIA/DEBATE EM MACAPÁ

✓ **Edvaldo de Azevedo (Meré)** – “Gostaria de comentar sobre o atraso econômico do meu Estado abordado pelos senhores, principalmente pelo meu ilustre colega Filocreão... nós nunca enfrentamos todos esses problemas porque nós, e aí eu me incluo, somos “frouxos”, porque continuamos sendo politicamente corretos, porque

entramos na onda das ONG's que dizem que o meu Estado tem que ficar assim, sem explorar as riquezas minerais, madeiras que temos. Aí eu pergunto: como aproveitar desse potencial que ainda temos para melhorar a vida do nosso povo? A Ciência & Tecnologia que está aí não vai ser aproveitada a nosso favor? Eu insisto que a gente não dê ouvidos a esse bando de ecologista e aproveite toda a nossa riqueza, porque os agricultores e ribeirinhos do meu Estado continuam na miséria. Concordo com um dos senhores quando diz que falta poder político da Amazônia no cenário nacional, para que não sejam os outros a decidir o que fazer com nossa riqueza".

✓ **Katia Mendonça**, Secretária de Formação da CUT/AP e presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Amapá: *"...na condição de presidente do Conselho de Segurança alimentar e nutricional do Amapá me pergunto como é que nós, filhos da Amazônia, não discutimos o bioma amazônico?... num encontro nacional de que participei debatia-se esse tema com o sentimento dos centros urbanos e com poucas vozes amazônicas. Acredito que temos que debater mais sobre esses problemas porque não dá para desenvolver a Amazônia com as velhas práticas, sem considerar seu bioma....Em 2014 comemora-se o Ano Internacional da agricultura familiar com o intuito de incluirmos na pauta dos governos a necessidade de maior investimento na Segurança Alimentar e Nutricional, e garantias trabalhistas aos agricultores familiares".*

✓ **Jorge Penha**: *"...a gente vê muita crítica à construção das hidrelétricas, então eu pergunto ao Elielson: e os outros modelos de geração de energia – aeólica, solar – poderiam superar a quantidade de energia justificada na construção das barragens?"*

RESPOSTAS DOS DEBATEDORES

Filocreão: *"Vou tentar responder a partir de uma concepção ideológica: O problema é político, ou melhor, econômico, porque a representatividade política da região amazônica é pequena para defendê-la da ganância dos capitalistas, que têm grandes interesses em suas riquezas. Também, não temos ainda toda a capacidade técnica para gerar outros instrumentos, menos predatórios, de aproveitamento dessa riqueza, diminuindo as diferenças regionais".*

Errolflyn Paixão replicou exemplificando a rebelião dos funcionários que constroem a hidrelétrica de Ferreira Gomes, e que continuam presos no IAPEM porque fizeram greve por melhores condições de trabalho. “*Que desenvolvimento é esse que não respeita os direitos dos trabalhadores*”, desabafou.

Elielsom: “*Precisamos nos livrar de dois rótulos, o de ‘coitadinhos’ e o de ‘estamos buscando construir um projeto para a Amazônia’.* Ora, nós já temos vários projetos bem elaborados para a Amazônia, construídos por diversas ‘cabeças’, das universidades, do movimento sindical e social, políticos e empresários, que só precisam ser implementados. O Plano Amazônia Sustentável é um bom plano que ficou por aí, em alguma gaveta. O Código Florestal em seu 1º artigo atribui ao Estado brasileiro a defesa das florestas para usufruto de todos os brasileiros”.

TEMA 02:
SOBERANIA, INTEGRAÇÃO E A SOLIDARIEDADE NA
POLÍTICA EXTERNA





Embarcação Fluvial de transporte de passageiros e cargas – Terra indígena Uaçá/Oiapoque/AP
Foto de Ramiro Esdras (2015)

Em Oiapoque foram convidados para contribuir com as reflexões sobre “Soberania, Integração e Solidariedade na Política Externa” o Professor Doutor da UNIFAP Gean Carlo Livman Frabetti; o Diretor da Instituição francesa CIMADE: Proteção e Direito dos Estrangeiros, Marc Bodin; e o Técnico da EMBRAPA Wardson Lustrino Borges.

Gean Carlo analisou a relação bi-nacional sob o prisma da Integração, ou melhor, *‘da intenção integradora como fator de desintegração’*. Esse pensamento decorre de sua participação na 1ª reunião de grupos temáticos do Conselho do rio Oiapoque, parte brasileira, realizada nos dias 22 e 23 de outubro de 2013, no Museu Kuahi, e de seus pensamentos sobre *‘a vida dos povos indígenas que há décadas transitam por toda a faixa de fronteira, tecendo relações familiares e comerciais (especialmente na cultura da mandioca), transcendendo a fronteira político-administrativa e caracterizando uma região de domínio de natureza, de cultura, de parentesco, cujo fluxo das relações transfronteiriças independe até hoje, de acordos institucionais, e se dá principalmente pelo rio’*.

Para Gean Carlo, os acordos e documentos pensados e elaborados a partir dos diversos fóruns de debates, seminários, encontros entre instituições amapaenses e guianenses (Brasil e França) e que vêm regulando esse relação, intentam restringir geograficamente as relações transfronteiriças (que se davam por toda a extensão do rio Oiapoque, por meio dos hábitos, da convivência, da apropriação direta do espaço) substituindo-as por interesses de soberania administrativa dos Estados.

Os conflitos gerados, principalmente pelo aumento do fluxo de trabalhadores brasileiros na fronteira, como os garimpeiros, levam os governos a firmar acordos de cooperação para acabar com o fluxo migratório na fronteira, que ainda se dá pelo rio, restringindo-o com a construção da ponte bi-nacional. *“...acredito que o fluxo das relações transfronteiriças pelo rio preocupa o Estado porque é mais difícil controlar os conflitos do tráfego fluvial, daí a Ponte, como uma imposição normativa para garantia de determinadas políticas de soberania territorial, que são para mim, pouco humanitárias, contraditórias aos direitos humanos na fronteira... na globalização da economia é o capital que tem livre acesso nas fronteiras, não o trabalho, que sofre restrições cada vez mais fortes.as exigências do capital destroem relações horizontais para atender interesses da verticalidade, como diria o Professor Milton Santos... o que acontece de fato é que o Oiapoque está inserido na lógica espacial*

dos fluxos de capital, que requer a sua normatização própria, restritiva, que destrói e criminaliza relações de parentesco construídas há muito tempo, para dar lugar a fluxos internacionais de mercadorias. ...essa lógica (com a construção da Ponte bi-nacional) visa aproximar pólos econômicos, com a articulação ponte-rodovia-portos”.

Diante da pergunta de ‘Porque e pra quem se inventou a globalização?’ feita pelo Secretário do SINDSEP Edvaldo Azevedo, após contestar a existência da integração e da solidariedade entre povos ‘soberanos’, o professor Gean-Carlo chamou atenção ao fato de que ao Capital não interessa as condições de super-exploração do garimpeiro da fronteira, mas interessa o ouro extraído. Então, globalização só para universalizar o lucro, não os direitos trabalhistas. ‘*Globalização só da perversidade*’, concluiu.

Respondendo ao questionamento da servidora do IBGE Marta Oliveira, o Professor Gean Carlo aprofunda as reflexões sobre horizontalidade e verticalidade: “*...então, o Professor Milton Santos, que é um Geógrafo, propõe o termo Horizontalidade para aquilo que Belloiseaux falou sobre o trânsito dos surinameses entre a Guyana e o Suriname, enquanto Verticalidade refere-se às condições impostas pelos tecnocratas às relações vividas horizontalmente num espaço imaginariamente separado pela soberania de nações. Por isso considero que a ponte-porto-rodovia é um obstáculo à integração há décadas construída. A desintegração das horizontalidades”.*

Integrante da Instituição de Proteção dos Direitos dos estrangeiros – CIMADE, na Guyana, Monsieur Marc Bodin sucedeu o Professor Gean Carlo apresentando alguns elementos importantes para a compreensão do sentimento humanista francês presente na fronteira do rio Oiapoque.

Marc Bodin disse que o direito trabalhista francês é base do trabalho da CIMADE na defesa do trabalhador imigrante na Guyana (onde esses direitos ainda são negados) porque à CIMADE interessa respeitar os direitos humanos e do trabalhador, mas por ser muito grande o número de imigrantes na Guyana (brasileiros, surinameses e haitianos), e por não possuir o documento de regularização – Carta de *sejour* – eles são, infelizmente, úteis aos serviços pesados e mais difíceis: “*...é aí que nós trabalhamos, junto a esses trabalhadores, orientando para que eles consigam seus documentos, acolhendo e ajudando suas famílias e oferecendo alguma condição para que vivam em boas condições na Guyana Francesa... porque sabemos que essas pessoas são impulsionadas a ir para outro*

país pelas dificuldades econômicas, e é necessário que os acordos transfronteiriços considerem a realidade da fronteira”.

Em resposta ao questionamento de Marta Oliveira quanto à possibilidade de flexibilização das leis européias em favor dos imigrantes na fronteira com a Guyana Francesa, senhor Marc Bodin disse considerar uma maneira desonesta usar a mão-de-obra dos trabalhadores ilegais sem que os responsáveis pela empresa sejam penalizados por isso. Ele disse conhecer situações em que imigrantes são retirados do local de trabalho (em geral obras de construção civil) e deportados, sem receber nada, por não terem documento francês. *“...há certa hipocrisia nisso porque esses imigrantes ajudam amplamente na economia da Guyana, e é necessária atenção especial nessa questão, e a Associação procura fazer um trabalho junto ao poder público, junto ao governo, junto a quem decide... nós também debatemos o território, que influencia nessas questões.* Completou.

O guianense Denis Belloiseaux concordou com o Secretário Edvaldo Azevedo quanto ao esvaziamento dos termos ‘Soberania’, ‘Integração’ e ‘Solidariedade’, nas relações internacionais e revelando contradições do Departamento Francês no trato dos imigrantes: *“... a Guyana, que tem área do tamanho de Portugal, foi transformada em Departamento em 1946... muito antes, os povos quilombolas, descendentes de africanos que fugiram das plantações do Suriname, se estabeleceram na beira do rio Maroni, que, se bem me lembro, assim como o rio Oiapoque, tem 500 km de extensão e é considerado pela França, até hoje, como um rio não navegável, mas, desde muito tempo os povos se comunicavam tanto pelo rio Maroni, com surinameses, como pelo Oiapoque, com os indígenas... e esses povos guerreiros, os quilombolas do Suriname estabelecidos na Guyana Francesa não aceitam a exigência de passaporte para atravessar o rio Maroni porque eles são parentes tanto do lado de cá da Guyana como do lado de lá do Suriname. Ao contrário de eu [sic], nativo da Martinica, radicado na Guyana, tenho que esperar assinar o controle na alfândega para atravessar o rio Maroni e chegar a fronteira do Suriname... A população da Guyana Francesa é pequena, o último censo populacional constatou uns 280 mil habitantes.... Há dois anos atrás um grande professor falou num curso para os professores do Caribe que os caminhões brasileiros, não poderão chegar até o lado Francês da ponte binacional (Brasil-Guyana) porque os crioulos da Guyana não têm poder político para garantir essa passagem, a Guyana não tem poder de decisão. A Guyana obedece a França e a*

França obedece a União européia. Então os bens (as mercadorias) que nós precisamos terão que ser repassados aos caminhões franceses no outro lado da ponte para chegarem a Caiena. Também tem certos produtos, principalmente da agricultura, como da Empresa Monsanto, que são proibidos de entrar na França e noutros territórios Franceses. E como vai ficar isso, se nós, os crioulos nativos da Guyana, não temos poder decisório para deixar entrar os caminhões brasileiros com mercadorias?” Indagou.

A reflexão do técnico da EMBRAPA/AP, Wardson Borges, tem o tema a partir do princípio de que *“modernizar ou evoluir consiste em introduzir melhorias considerando a realidade ambiental e social local, que supere a idéia da verticalização – implementação de políticas públicas de cima para baixo, sem ouvir a sociedade, copiando modelos ou pacotes de outros países, e que deixam vários problemas, tanto no meio rural quanto no meio urbano – porque os sistemas são integrados”*.

Quanto à integração e à solidariedade na política externa, Wardson expôs alguns trabalhos realizados na fronteira pela EMBRAPA que priorizam a solidariedade e a democracia participativa, como o ‘Projeto Interagir’, que objetiva promover a transferência de tecnologia para os agricultores familiares do Estado do Amapá através de ações de pesquisa, desenvolvimento e extensão rural, visando melhoria nas condições de vida dos agricultores e a conservação dos recursos naturais, e que tem ajudado no intercâmbio de práticas agroecológicas entre agricultores familiares amapaenses, guianenses e surinameses. Além de visitas de agricultores guianenses ao Centro de Pesquisa Agroflorestal da EMBRAPA em Macapá (Cooperativas de produtores biológicos da Guyana Francesa), a Cooperativa de produtores biosavane da Guyana Francesa visitou em 2013 o Centro vocacional de tecnologia e agroecologia da EMBRAPA no Estado do Acre.

Ele expôs fotos do projeto ‘ABC da Fruticultura Familiar nas Comunidades Indígenas do Oiapoque: Açaí, Banana e Cítricos’, realizado com indígenas da região, em parceria com a FUNAI, que ajuda na reflexão do tema em questão e principalmente reforça a necessidade de fortalecimento da organização social em prol de políticas públicas consonantes às necessidades comunitárias e de respeito às dinâmicas da natureza.

Diante da pergunta do Edvaldo Azevedo (Como é possível integrar Guiana e Oiapoque, do ponto de vista da pesquisa da Agricultura familiar, se não há

efetividade das pesquisas da EMBRAPA na alteração das condições de vida do agricultor amapaense?) Wardson respondeu que a EMBRAPA tem trabalhado para estimular políticas públicas que facilitem aos agricultores familiares o acesso às tecnologias de melhoramento da produção por ela elaboradas. Para ele, o modelo agrário concentrador de terras e riquezas, de base exportadora e, pautado pela 'revolução verde' impede a efetiva integração dos esforços pró-solidariedade na política externa. Além disso, o Amapá tem baixo nível de organização social e pouquíssimas políticas públicas governamentais para assentados de reforma agrária, ribeirinhos, indígenas, agricultores familiares, onde a EMBRAPA possa contribuir com suas pesquisas tecnológicas.

No encontro de Macapá outro pesquisador da EMBRAPA, o Sr. **Adriano Marini** havia demonstrado a viabilidade econômica da Agricultura familiar no Amapá com base no trabalho desenvolvido por sua empresa junto aos agricultores familiares amapaenses para mantê-los confortavelmente na área rural. Ele destacou também a parceria da EMBRAPA com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá na expansão do sistema integrado de produção agroecológica (Sistema bragantino para EMBRAPA), onde é disponibilizado aos agricultores familiares diferentes variedades de mandioca, de maior rendimento e lucratividade.

Também em Macapá esse tema recebeu a contribuição da Presidente do Conselho de Cidadania Brasileira na Guyana, senhora Rosilene do Socorro Pinheiro Palheta, do Procurador de Justiça do Amapá Nicolau Crispino, e de vários sindicalistas que da plateia compartilharam suas experiências.

A senhora Rosilene Palheta, uma amapaense formada em Letras, casada com brasileiro que trabalha de pedreiro em Caiena e com dois filhos de dupla cidadania, dedica-se a mobilizar os brasileiros residentes na Guyana para a organização e denúncia das discriminações sofridas. Ela faz parte do Conselho de Cidadania Brasileira em Caiena e seu trabalho também alcança iniciativas governamentais brasileiras no território francês, como a participação voluntária no diagnóstico de brasileiros sub-escolarizados para participar do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos a brasileiros residentes no exterior – ENCCEJA, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, e articulado pelo vice-cônsul do Brasil em Caiena junto ao Centro Cultural Franco Amapaense e em parceria com o Núcleo de

Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Amapá.

Rosilene Palheta lamentou a demora da então Secretária de Educação do Amapá para assinar um acordo de cooperação proposto pelo INEP, credenciando a SEED a certificar brasileiros aprovados no ENCCEJA/Guyana Francesa. Sugeriu que a certificação dos/as brasileiros/as aprovados/as seja feita pelo Estado do Amapá já que a distância geográfica entre Guyana e Brasília dificulta a ida do INEP a Guyana.

Insistindo na busca de apoio à causa do conselho, do qual participa como conselheira desde 2013, Rosilene encerrou com a seguinte frase: *“as autoridades brasileiras não podem esquecer dos brasileiros que, legalmente ou não, vivem fora do Brasil. Somos brasileiros e não desistimos nunca”*.

Na oportunidade, o sindicalista Marcos Nunes propôs uma coleta de assinaturas com os participantes para pressionar a Secretária Estadual de Educação a assinar o acordo de cooperação proposto pelo INEP, e a então Diretora do Centro Cultural Franco Amapaense, Josiane Ferreira, propôs a criação de um Centro de Acolhimento de brasileiros expulsos de Caiena ou de Guyanenses em passagem pelo Amapá, já que recebe, frequentemente, pedidos de ajuda e não pode fazê-lo.

Ao abordar o tema, o Promotor Nicolau Crispino que substituíra naquela mesa o Desembargador Gilberto Pinheiro, dissertou sobre a relação Brasil-França, que para ele sempre foi de soberania e de progresso, mesmo na questão do Contestado, que barrou o avanço francês às terras ao norte do Brasil quando do conflito em torno da garimpagem de ouro resolvido pelo presidente do Laudo Suíço Sr. Walter Hauser em 1º de dezembro de 1900⁸.

Ele asseverou que assim como no passado, acordos são ratificados para garantir a ordem na fronteira, onde a garimpagem ilegal tem gerado muitos conflitos sociais e ambientais. Pelo Acordo Brasil – França nº 425 do ano de 2013, os dois países deverão atuar em conjunto contra o garimpo ilegal de ouro, em uma faixa de 150 quilômetros em ambos os lados da fronteira - Guyana Francesa e Amapá, estabelecendo *‘a implantação de medidas necessárias para combater toda atividade de extração ilegal e comércio de ouro não transformado, especialmente as atividades de venda e revenda, e toda atividade de transporte, detenção, venda ou*

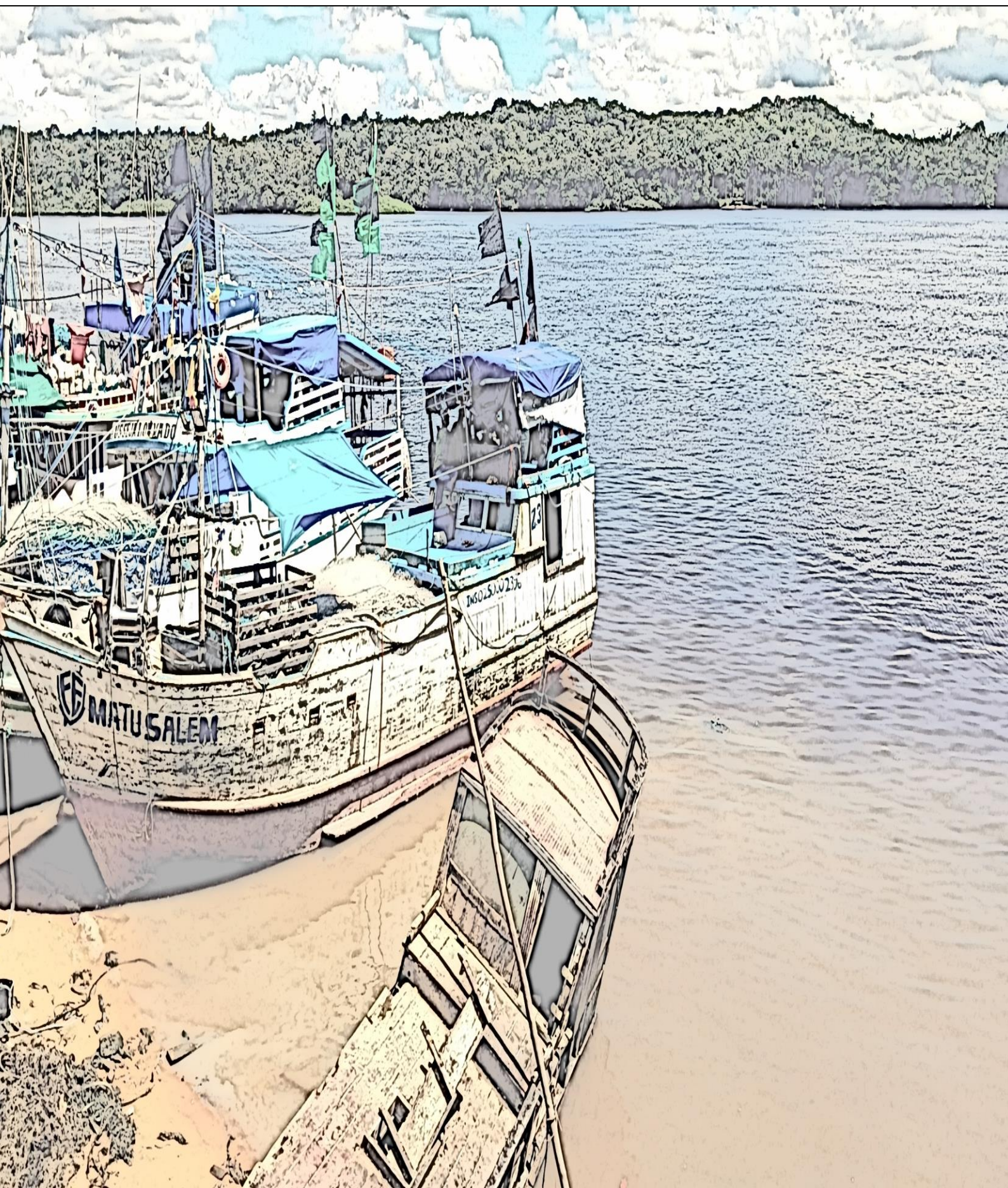
⁸ Neste episódio o governo francês reconheceu a responsabilidade de Mr. Charvein pelo massacre de brasileiros ocorrido em 15 de maio de 1895 e o afastou do comando de Caiene.

cessão de mercúrio efetuada sem autorização... o confisco e, em última instância, a destruição dos bens, material e instrumentos utilizados para extrair o ouro ilegalmente'.

Para o Procurador, as tensões provocadas pelas migrações é que geram os acordos diplomáticos entre os países fronteiriços, e mesmo com a existência deles as motivações da migração no mundo resultam em trabalho degradante e desrespeito à pessoa humana.

O procurador avaliou como solidária a antiga relação entre os dois Estados Nacionais fronteiriços.

TEMA 03:
IMIGRAÇÃO E O TRABALHO DECENTE NA FRONTEIRA





Jovens lideranças da Terra Indígena Uaçá - Oiapoque/AP, durante reunião setorial no Encontro Internacional sobre Trabalho na Fronteira – Etapa Macapá/AP
Foto : Arquivo SINDSEP (2014)

O trabalho de Assistência Social do Município de Oiapoque a partir do Hospital Estadual no município, relatado por sua Diretora, a Assistente Social senhora Ediellen Gardenha, serviu de parâmetro para o debate deste tema, mediado pelo Secretário de Finanças do SINDSEP, senhor Marcos Nunes.

Há, segundo Ediellem, parceria entre o Hospital de Oiapoque e a Prefeitura do Distrito Francês Saint-Georges para encaminhar brasileiros de Caiena ao Hospital de Oiapoque, e campanhas de combate às DST's. A Guiana inclusive libera a passagem da ambulância pela ponte ainda não inaugurada para o transporte desses pacientes. As assistentes sociais e os psicólogos do Hospital aprendem a língua francesa para melhor compreender o Programa de parceria e se comunicar com familiares de pacientes guianenses atendidos em Oiapoque a fim de que a família possa providenciar sua remoção para Saint-Georges ou mantê-lo em Oiapoque.

Respondendo sobre quem cobre os custos do atendimento hospitalar dos imigrantes, Ediellem falou que é o Amapá porque a maioria é de brasileiros deportados da Guyana, por serem ilegais ou mesmo naturalizados que ainda não possuem registro no seguro social da Guyana, e por isso não têm direito aos atendimentos sociais guianenses. Concordou com um dos ouvintes que falou que o Departamento Francês faz atendimento de emergência aos trabalhadores brasileiros, mas destacou que após o atendimento o Departamento comunica a assistência social do Hospital de Oiapoque que estarão removendo o paciente.

Ela salientou que por não ser de especialidades, o Hospital de Oiapoque encaminha à Macapá os pacientes com problemas complexos, como fraturas e necessitados de Hemodiálise.

A despeito da complexidade do atendimento médico especializado e das hemodiálises a plenária travou interessante debate. Denis BELLOISEAUX revelou que é crescente o número de guianenses a procura de tratamento cirúrgico em Belém e Fortaleza, mesmo tendo direito ao seguro social francês, porque faltam especialistas na Guyana e no Amapá. O Secretário Municipal de Oiapoque Genival da Silva acrescentou que por ter menor preço, mesmo com seguro social, muitos guianenses vêm ao Oiapoque fazer tratamento odontológico em clínicas particulares aos finais de semana. O franco-brasileiro Alan Ribeiro, representante do Conselho de Cidadania Brasileiro na Guyana, foi contestado pelo Secretário de Oiapoque quando afirmou que o Departamento Francês não recusa atendimento médico,

inclusive de hemodiálise, aos brasileiros, e que muitos não procuram atendimento por estarem ilegais na Guiana. Segundo Alan a Agência Regional de Saúde da Guiana chega a alugar apartamento para pessoas em tratamento de hemodiálise, só que como muitas dessas pessoas não têm famílias na Guiana são orientadas a voltar às suas famílias após o tratamento. Deu a entender que a Agência guianense só não atende mais brasileiros porque têm poucos médicos especialistas.

Com a concordância de Ediellen, Genivaldo falou que enquanto a Agência de Saúde da Guiana deporta os brasileiros doentes para Oiapoque, o Hospital de Oiapoque está sempre aberto ao atendimento de guianenses (principalmente viciados em drogas).

Diante desses argumentos positivos e negativos ao atendimento médico da Agência de Saúde Francesa a brasileiros, o Professor Ramiro Esdras questionou o resultado de uma pesquisa feita pelo Centro Cultural Franco Amapaense, em parceria com a UNIFAP onde todos os 890 brasileiros que residem na periferia de *Cayenna* (mais especificamente no bairro Cornolândia) afirmaram que ‘permanecem lá porque o atendimento em saúde e educação é muito bom’. Ediellen ponderou: “...a gente sabe que lá, eles acabam ganhando incentivos para manter os filhos na escola, onde recebem atendimento em saúde com o seguro social”.

Na questão da febre *chikungunya*, que naqueles dias do seminário começava a alarmar as autoridades sanitárias dos dois lados da fronteira, Ediellen revelou que o Hospital de Oiapoque ainda não estava preparado para enfrentá-la, apesar de possuir, no setor de epidemiologia, técnicos de laboratório, biomédicos e bioquímicos para as coletas de material a serem enviados ao laboratório central de Macapá para os exames.

Percebendo, a partir dos depoimentos, a falta de solidariedade dos Franceses com os brasileiros no item saúde, Edivaldo Azevedo sugere à diretora do Hospital de Oiapoque que provoque um debate com a Agência Francesa de Saúde para discutir, com base nas instruções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a política internacional de saúde – da qual os dois países são signatários e que não está sendo observando pela França – porque diferentemente da questão econômica, os cuidados com a saúde humana precisa ser universal.

Na questão policiamento de fronteira o Agente de Polícia Federal, Oficial de Ligação em Saint-Georges de l’Oyapock na Guiana Francesa Senhor Luciano Brito Senna, expôs um pouco das ações preventivas e punitivas que a PF brasileira

executa na fronteira, em conjunto com a delegacia de polícia civil de Oiapoque, sob a direção do delegado César Augusto Vieira. Segundo esse delegado as principais ações dessa Polícia Judiciária são de busca de autoria e materialidade de crimes cometidos para permitir que o Ministério Público tenha os elementos necessários à instalação de processos judiciais dos acusados. Citou que os principais crimes são decorrentes da garimpagem ilegal, onde muitas famílias sobrevivem e sofrem as consequências de uma atividade econômica sem base jurídica porque se dá fora do território nacional e totalmente agressiva à natureza humana. Segundo ele, por não ser a garimpagem ilegal tipificada como crime, cabe a Polícia Judiciária apenas fiscalizar as condições de segurança do transporte de passageiros àquelas áreas, verificando a documentação dos pilotos, a lotação e os materiais transportados nas embarcações.

Cesar Augusto fez referencia às ações conjuntas entre autoridades policiais brasileiras e guianenses para coibir os mais de 400 garimpos ilegais que têm causado enormes danos ambientais (desmatamento e poluição das águas com uso de mercúrio), prostituição, doenças e morte na região, para o enriquecimento de poucos proprietários de garimpo, como veiculado numa reportagem da revista eletrônica 'Fantástico', da Rede Globo, do dia 28/09/2014.

Devido à grande incidência de malária e a automedicação pelos garimpeiros, o que pode tornar o vírus imune às drogas até então eficazes ao combate da doença, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou aos governos brasileiro e francês maior atenção a garimpagem da região. A reportagem calcula mais de 10.000 brasileiros em garimpos na Guyana Francesa.

O agente da Receita Federal de Oiapoque, senhor **Vagner Oliveira**, centrou sua exposição no Controle Aduaneiro, – fiscalização na circulação de produtos na fronteira – e defesa do equilíbrio na concorrência comercial, principal missão da instituição. Lembrou que qualquer importação no Estado do Amapá só pode ser feita pelo porto de Santana ou Macapá e que há proibição de importação de produtos para fins comerciais ao Oiapoque. Por enquanto, o que pouca gente sabe, só é permitido compras de viajantes à Guyana até US\$300.00 (Trezentos dólares). Com a inauguração da ponte bi-nacional entre Oiapoque e Guiana Francesa haverá autorização legal para a importação de produtos da Guiana.

Quanto ao equilíbrio da concorrência comercial, os funcionários da Receita Federal trabalham para evitar que os produtos adquiridos com incentivos fiscais da

Área de Livre Comércio de Macapá e Santana sejam comercializados em outros municípios do Estado, sem o devido recolhimento dos impostos, e produza uma concorrência desleal com os empresários que cumprem a lei.

Considerando o objetivo do Encontro, Vagner Oliveira aproveitou para pedir apoio à Campanha do adicional de fronteiras aos servidores federais que trabalham nessas áreas. Segundo ele uma lei federal concedendo o benefício ainda carece especificar quais municípios brasileiros serão contemplados para ser implementada. A referida lei está assinada há pelo menos 18 meses.

No encontro de Macapá, o Professor Mestre da UNIFAP, José Marcelo Medeiros, compartilhou com o público sua experiência no grupo de pesquisa denominado “Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas” (OBFRON, site: www2.unifap.br/obfron), trabalho acadêmico realizado em 2013 sobre garimpo, prostituição, legalidade, meio ambiente e migração.

Iniciou abordando a extensão geográfica e social da fronteira – *707 quilômetros de fronteira, distribuídos em 655 quilômetros com a Guyana Francesa pelo Rio Oiapoque, e 52 quilômetros de fronteira com o Suriname – “...muitos brasileiros quando chegam na fronteira, sentem-se atraídos com a possibilidade de ganhar em euros, porém a realidade não é sempre boa no outro lado da fronteira. De maneira geral os migrantes têm acesso reduzido a estruturas de saneamento, transportes e áreas de lazer”.*

Apesar de pouquíssimos dados sobre as condições de vida dos/as jovens dessa região, ele aponta através do Observatório que a rede de prostituição de jovens mulheres é intermediada pelos hotéis de Oiapoque, tornando o município uma rota do comércio sexual juvenil internacional.

“O olhar para a questão de gênero é central na migração no mundo e a falta de medidas de proteção às mulheres facilita o tráfico e a exploração, especialmente das jovens”. Concluiu.

TEMA 04:
REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E A
POLÍTICA AMBIENTAL





Criança oiapoquense na margem da BR-156, na altura da Aldeia Ywawká – Terra Indígena Uaçá
– Oiapoque/AP
Foto de Ramiro Esdras (2015)

Iniciaremos a transcrição das reflexões e debates do tema, tecidos no I Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira em Oiapoque, com o interessante relato do Secretário Municipal de Agricultura em Oiapoque, senhor Genival da Silva Campos, 40 anos de idade, nascido na Vila do Taberebá, interior do Oiapoque, que a partir de 1985 passou a integrar o Parque ambiental do Cabo Orange: *“... então, sou bem daqui, sou bem caboclo. Gosto de deixar isso bem claro, porque eu vim de uma pequena Vila, aonde tem uma história, muito bonita... nós temos aqui, por exemplo, o Cabo Orange, que foi criado na década de 80. Graças a Deus o Parque esta aí, mas, expulsou quem morava dentro...eles mandaram nós sairmos de lá sem direito a nada. Por exemplo, meu pai, até hoje tem um terreno lá. Tá lá, até a roça pra gente fazer... nem vou pegar o exemplo da roça, vou pegar o exemplo da água. Chegou um momento, que até pra pegar água, a gente tinha que pegar uma licença pra pegar água pra beber. Água potável, porque como entra água salgada nessa época, a gente tinha que ir umas duas ou três horas de remo, só pra ir, mais três horas pra voltar. Entrava num igarapé pra poder ir pegar água... nós éramos mais de trezentas famílias naquela área, e hoje só tem três, inclusive um primo meu. E onde as pessoas ficaram quando foram expulsas de lá? Lá no final da rua Joaquim Caetano da Silva, na área de pontes. E o que aconteceu? Elas viviam da agricultura e da pesca, e quando elas vieram pra cá, sem nenhuma estrutura, os pais vinham primeiro, deixavam os filhos aqui na casa de um conhecido, porque tinham que voltar para resolver o resto das coisas lá no Cassiporé, e os filhos foram caindo na prostituição, nas drogas, e aí se perderam, eu acho que nem terminaram a 4ª série. Então é uma situação muito difícil pra quem morava lá. E as autoridades nem sabem disso”.*

Falante do Francês e Português, Genivaldo primeiro saudou os franceses e pediu permissão para fazer sua exposição em português. Agradeceu ao convite e parabenizou o SINDSEP pela realização de um evento tão importante aos Oiapoqueenses e Guianenses, que igualmente carecem de tecnologias para aumentar a produção de alimentos na região fronteira. Para ele – que diferente da maioria de seus amigos de infância, está cursando Letras na Universidade Federal do Amapá e ocupando o cargo de Secretário de Agricultura do Município – o principal entrave à Agricultura no Oiapoque são as péssimas condições dos ramais. Na Guyana Francesa, para ele, é o modelo de produção, que não é adequado às condições naturais da Guiana, por ser importado da Europa.

Lembrou aos ouvintes que assim como a música atravessa a fronteira livremente nas ondas de rádio, as relações pessoais na fronteira poderiam ser como as que marcaram sua adolescência e juventude, quando se reunia com outros jovens guianenses para atravessar o rio Oiapoque a nado, ou de barco até Caiena levando mantimentos como feijão, arroz, farinha, para a Guiana Francesa que precisava desses alimentos, na ignorância das restrições fronteiriças.

O Secretário encerrou lamentando o fato de o município não dispor de acesso à internet banda larga guianense, nem poder utilizar a Ponte bi-nacional.

O palestrante posterior foi o técnico do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBIO – na Reserva do Cabo Orange, Ivan Vasconcelos, que citando um Geógrafo por nome Carlos Walter Gonçalves ilustrou sua aversão ao termo desenvolvimento – interferir no “envolvimento” natural entre os seres de vida, acabar com o envolvimento – contrário à como as pessoas querem viver. Em suas palavras: “... *já que o nosso tema é a Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Política ambiental, na fronteira, como a gente vai se envolver aqui na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, com a nossa vida, com a nossa terra, com a nossa alimentação, com o nosso trabalho? E é aí que eu acho que a Reforma Agrária, a Agricultura familiar e a Política ambiental são ferramentas pra gente se envolver mais com as nossas coisas, envolver-se com a própria vida, com o próprio território, com a própria alimentação, com o rio, com a floresta... para evitar atividades econômicas “salvadoras”, conduzidas de fora por grandes empresas que exploram e depois vão embora, como foi o caso da ICOMI, da Jarí Celulose, e agora, o agronegócio e o Petróleo*”.

Para ele, as áreas protegidas do Amapá, que são 70% do território – unidades de conservação, terras indígenas, comunidades quilombolas, e assentamentos de reforma agrária – são ferramentas importantíssimas para o ‘**envolvimento**’ da população local nas decisões da gestão do território, na decisão de sua alimentação, na decisão do caminho a seguir, concluiu.

Com igual perspectiva, os expositores Franceses Renauld Viguie, Elio Moriero e Benoir Scohy, defensores da agroecologia e integrantes do Grupo *Colibris Guyane*, compartilharam algumas experiências do grupo, tanto na Guiana como no Amapá. Benoir desenvolve um trabalho na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, em Macapá, inspirado num projeto do Sul do Brasil, onde tem buscado “envolver” a comunidade e estudantes universitários em práticas agroflorestais.

O Senhor Viguie salientou que é preciso recuperar hábitos de bem viver com a floresta, tendo ao redor da casa uma pequena horta, criação de galinhas, uma pequena composteira, meios para reutilizar a água na plantação de milho, bananeira, mamoeiro, batata doce, para que as pessoas da Amazônia vivam independentes, sem ter que se preocupar em pagar tantas contas. “Viver assim, para ele, é viver tranquilamente, dando exemplo às crianças sobre partilha e sustentabilidade: *“..a floresta é nossa mãe, portanto eu penso que o partilhar em família pode ajudar a natureza... para mim o mais importante é respeitar a natureza, se não a preservarmos, não sei o que vai ser de nós daqui há alguns anos”*, concluiu.

O presidente da Associação Colibris, Elio Moriero, apresentou algumas experiências da Colibris que visam difundir novas práticas/maneiras de pensar sobre hábitos alimentares dos habitantes de Caiena, com agricultura urbana para autossuficiência alimentar. Os Projetos da Colibris Caiene foram iniciados por uma pessoa que transformou sua propriedade em um espaço de agricultura orgânica para acolher pessoas interessadas em difundir a prática. Para ele, no Brasil essa idéia/maneira de viver é pouco aceita, e parece até que tem uma força contrária a encontrar o alimento vivo para comer.

Moriero comentou que esteve em Macapá em busca de apoio para implantar um Centro tecnológico em Caiena na perspectiva de construir técnicas adaptáveis ao meio tropical porque muitas coisas não são permitidas em Caiena, como por exemplo, as máquinas agrícolas brasileiras que não estão dentro das normas européias. *“...Existem projetos que poderíamos fazer como uso de plantas, vendas de sementes orgânicas, reflorestamento... nos interessa as experiências de nossos vizinhos brasileiros e do Suriname. Por isso que eu vim aqui apresentar-lhes diferentes projetos. Possivelmente há pessoas interessadas em fazer a mesma coisa, ou fazer algo igual ao Brasil e isto me deixaria muito feliz. Obrigado.”*

O Secretário Jurídico do SINDSEP, Edivaldo Azevedo, contestou veementemente a tese das reservas e parques ambientais defendidas pelo técnico do ICMBIO e pelos expositores franceses, respaldado por sua própria experiência como técnico agrícola e extensionista rural amapaense. Perguntando para quê e para quem se destina a preservação ambiental da Amazônia, ele se utilizou do depoimento do senhor Genival (que é testemunha da expulsão de 300 famílias do Parque do Cabo Orange) para demonstrar sua indignação com o Brasil que sequer

faz regularização fundiária, quanto mais reforma agrária, sem a qual é impossível fortalecer a agricultura familiar e a Política ambiental.

Edvaldo expressou sua revolta com o Presidente Fernando Henrique Cardoso por ter criado, sem consulta pública, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, para, segundo ele, cumprir um protocolo de intenções.

O técnico agrícola e Engenheiro agrônomo, Wesley, há quatro anos trabalhando no órgão de desenvolvimento rural do Amapá (RURAP) em Oiapoque, expressou sua tristeza ao perceber que os agricultores familiares da região continuam sem perspectivas e sem apoio governamental, mesmo tendo, o Estado, contratado através do concurso de 2010 inúmeros novos servidores para suprir a carência de pessoal do RURAP, através do qual ingressou na instituição. Segundo ele os técnicos contratados não dispõem de mínima estrutura para fazer extensão rural, apesar de no Brasil existirem dois Ministérios de políticas agrícolas: O Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Respondendo à pergunta do senhor Errolflyn Paixão sobre a sustentabilidade agrícola da Guiana, Moriero disse: *“... eu diria que produzimos 62% das frutas e legumes que consumimos hoje, mas temos um estoque muito baixo de batata, massas e outros produtos... a Guyana produz pouquíssimo arroz, e os guianenses comem muito arroz, e importamos 80% da carne que consumimos... o problema a resolver é aumentar a área de terra cultivada, que é do Estado... e aumentar os incentivos agrícolas. Pouco a pouco o Estado tenta dar apoio aos agricultores, mas as pessoas não querem morar na floresta porque não sabem desenvolver projetos agrícolas nas florestas tropicais. Outra dificuldade é o consumo porque há muitos produtos de toda a América do Sul e da Europa... A agricultura familiar na Guyana não tem um nível evoluído”, concluiu.*

O representante do ICMBIO, senhor Ivan, concordou com a tese do senhor Edvaldo de que sem a Regularização Fundiária não é possível que as comunidades, indígenas, ribeirinhas, de assentados, quilombolas, ou até mesmo residentes de áreas protegidas, tenham a gestão ambiental participativa sobre o território, e esse é o principal problema do ICMBIO (que dispõem apenas de três profissionais numa região de 619.000 hectares) para prover melhorias às comunidades das áreas protegidas. Quanto à contestação do princípio protecionista ambiental, Ivan salientou que apesar das contradições que envolvem a criação de áreas de preservação, há hoje, no Parque do Cabo Orange um potencial de peixes já esgotado desde o Pará

até a costa amapaense, que inclusive provocou a assinatura de um termo autorizando os pescadores das Colônias de Pesca de Oiapoque a pescarem dentro do Parque, apesar da proibição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Segundo ele os pescadores de Oiapoque, ao contrário do que se pensa, querem muito a fiscalização do ICMBIO, por considerá-lo aliado na defesa da pirataria dos barcos pesqueiros paraenses.

O Secretário de Agricultura Genival citou a ausência da ANVISA e a presença da mosca da carambola na fronteira, dois fatores que também dificultam o desenvolvimento agrícola do município. Ele defendeu o cultivo de açaí na região para fortalecer a economia da fronteira, por seu alto valor comercial.

Benoir Scohy, por sua vez, defendeu a permacultura (conceito que trata plantas, animais, construções, infraestrutura – água, energia, comunicações – não como elementos isolados, mas como sendo todos, parte de um grande sistema intrinsecamente relacionado) como alternativa à manutenção/resgate do equilíbrio ambiental no Amapá/Guiana.

Diante do pedido de ajuda do Secretário Genival Campos, para ampliar o debate sobre o tema no Município, o Secretário de Finanças do SINDSEP Marcos Nunes, que mediava o debate, discorreu sobre a estrutura administrativa do SINDSEP e da CUT, e prometeu empenho para agendar outro evento dessa natureza em Oiapoque, com a presença dos novos Deputados Federais, discutir as necessidades das populações locais.

No encontro de Macapá a Diretora do IEF, **Ana Margarida Euler**, foi convidada para esse debate por causa do polêmico Projeto Floresta Estadual do Amapá - FLOTA, criado pela Lei nº 1.028, de 12 de julho de 2006, que provocara muito debate entre movimento sindical rural, pastoral da terra, órgãos governamentais ligados ao meio ambiente e legislação fundiária, e, setor madeireiro.

Antes de abordar historicamente a intervenção governamental agrária na Amazônia, Ana expressou sua satisfação e surpresa pelo convite do SINDSEP/AP salientando o importante papel do sindicalismo na defesa dos homens e mulheres do campo e da floresta.

Classificou como predatória a concepção de desenvolvimento agrário para a Amazônia, principalmente a partir do regime militar cuja herança vem alterando perversamente o bioma amazônico.

Analizou a Regularização fundiária a partir da insegurança jurídica que adiou a implementação da FLOTA do Amapá, que recebeu contraditórios pareceres do Supremo Tribunal Federal quanto à posse das terras pelo Estado do Amapá para realizar a regularização fundiária: “...um juiz proferiu em 2012 parecer contrário ao repasse de terras da união ao Estado do Amapá, enquanto outro juiz em 2013 proferiu parecer favorável ao Amapá”.

Essa insegurança jurídica, segundo ela, tem levado à posse ilegal de terras no Amapá, favorecendo a concentração fundiária para o agronegócio em prejuízo à agricultura familiar e ao uso sustentável dos recursos florestais.

Ana Euler afirmou que o FLOTA, com área geográfica de 2.369.400 hectares, distribuídos em 10 municípios do Estado, entre os quais está o Oiapoque, que faz fronteira com a Guayana Francesa, ao contrário das críticas que tem recebido, favorece a agricultura familiar e o extrativismo sustentável dos recursos da floresta, pois a exploração dos produtos e serviços nas unidades de manejo florestal, como é o caso da Floresta Estadual do Amapá, só serão feitas por empresa vencedora de licitação, por 25 a 30 anos estabelecidos em contrato, ou seja, o Estado finalmente fará valer a Lei nº 11.284/06, de Gestão de Florestas Públicas.

Para maior transparência, participação social e unificação das informações estaduais com as nacionais, a FLOTA possui um Cadastro Estadual de Florestas Públicas – CEFPA, cujos dados auxiliam os processos de destinação das florestas públicas para uso comunitário, criação de unidades de conservação e realização de concessões florestais, em benefício de quem nela já mora e dela se sustenta.

Para Ana Euler: “...o governo federal tem garantido recursos para o desenvolvimento regional, mas as prefeituras não conseguem entrar com as contrapartidas... não dá mais para continuar criando assentamentos que não sejam de uso sustentável e com titulação real de uso... precisamos nos perguntar qual modelo de desenvolvimento queremos para o quinhão amapaense, indagou.”

O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Amapá **Nadielson Gonçalves** apresentou um balanço positivo e progressivo dos investimentos do Ministério em prol dos assentados e assentadas nos projetos de reforma agrária do INCRA. Citou os ‘milhões de reais’ investidos pelo Governo Dilma no Amapá em programas como Aquisição de Alimentos (PAA), Alimentação Escolar (PNAE), PRONAF Mulher, dentre outros, em fortalecimento aos projetos do governo estadual, segundo ele.

Nadielson destacou o Projeto Território da Cidadania como modelo de articulação institucional dos entes federados com a sociedade civil para o desenvolvimento da agricultura familiar com sustentabilidade ambiental. Tal projeto, segundo ele, fortalece o trabalho dos órgãos estaduais de desenvolvimento rural em três áreas territoriais – Território Centro-oeste (municípios Serra do Navio, Ferreira Gomes, Porto Grande e Pedra Branca), Território Sul (Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e Mazagão), Território Norte (Oiapoque e Calçoene), e Território dos Lagos (Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho).

Para o Mestre em Gestão de Recursos Naturais da UFPA **Elielson Pereira da Silva** a Assistência técnica para o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares da Amazônia é tão importante que levou o Governo Federal a criar recentemente a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída pela Lei nº 12.897 de 18/12/2013, como estratégia de qualificar o serviço de assistência técnica dispensada aos trabalhadores rurais brasileiros.

Sua abordagem nesse painel também abrangeu as diferentes conceituações dadas ao trabalho rural ao longo dos tempos e a normatização dessa atividade produtiva pelo Estado, com destaque para a afirmação da Agricultura Familiar como política pública a partir das lutas dos movimentos sociais do campo – MST, Pastoral da Terra, Conselho Nacional dos Seringueiros, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG – que levaram governos a aumentar os investimentos públicos à produção familiar, cultivada ou extrativista.

Concluiu sua exposição dizendo: *“... a invisibilidade e o tratamento assistencialista imposto aos assentamentos de reforma agrária precisam ser superados através de um novo contrato social, que garanta aos assentados os serviços constitucionais de educação, saúde, lazer e trabalho, e toda a infraestrutura dispensada aos núcleos urbanos, como saneamento básico, eletricidade e transporte, indispensáveis à satisfatória produtividade agrícola”*.

Da plenária, Herroflynn Paixão contribuiu com reflexões sobre a luta do movimento sindical nas conquistas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O Secretário Geral do SINDSEP e funcionário do INCRA Amapá, Senhor Hedoelson Uchôa, fez uma reflexão sobre as dificuldades no processo de produção agrícola do Amapá, pequena, segundo ele, porque ainda não é mecanizada e ainda tem precário escoamento, por ramais em péssimas condições de acesso.

TEMA 05:
O PAPEL DO (A) SERVIDOR (A) PÚBLICO (A)
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO





Servidores da Educação durante reunião setorial no Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira
Foto : Arquivo SINDSEP (2014)

Esse tema contou com a contribuição do Diretor da Federation Syndicale Unitaire⁹, do professeur de technologie Paul-Henri Rochat, do Servidor público amapaense e secretário Adjunto do SINDSEP senhor Edvaldo Azevedo, e das sindicalistas Cassia Ceres Evangelista e Marta do Socorro Nascimento, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatísticas– ASSIBGE/Amapá. A coordenação do debate coube ao presidente da CUT Amapá Senhor Geovane Grangeiro.

Paul-Henri Rochat iniciou afirmando que debater o tema requer perguntarmos se os funcionários públicos realmente participam das lutas sindicais dentro de seu país, ou se é possível imaginarmos o desenvolvimento de um país sem a participação dos funcionários públicos da educação, da saúde, da justiça, da cultura (cultura básica como a literatura, o cinema, o teatro).

A grande questão para ele, funcionário público francês e sindicalista, é que todos esses serviços devem ser serviços de Estado, que precisam ser bons para se obter melhor qualidade de vida. *“...Daí a importância do funcionário público participar das discussões dos movimentos de melhoramento desses serviços e não ser simples ouvinte nesse grande serviço, com seus representantes de classe junto aos gestores públicos”*.

Como exemplo de contribuição à melhoria do ensino básico na Guyana, Rochat citou as providências tomadas pelos professores a partir de uma pesquisa da Universidade de Caiena identificando que as dificuldades de aprendizado dos alunos de língua brasileira, crioula e *buchenengué* (indígena), das escolas localizadas as margens dos rios Oiapoque e Maroni, decorrem do desconhecimento da língua francesa. A alternativa foi contratar pessoas de cada comunidade para ajudar os professores franceses a compreender as linguagens dos alunos e a partir disso, aprender junto com os alunos, na língua padrão da escolarização, que é a francesa, e nas outras línguas maternas: *“...então, esses intervenientes em língua materna associam-se ao professor em sala de aula, possibilitando ao professor participar sistematicamente da língua das crianças, e evitar se tornar um professor tradicional, que está por fora da realidade porque veio da metrópole... é da nossa cultura que os*

⁹A **Fédération syndicale unitaire** (FSU) é a primeira Federação Sindical de ensino da França. Seu campo de sindicalização é restrito essencialmente à função pública (no âmbito Nacional e Estadual) e até alguns empresas mixtas. É o quinto maior sindicato francês em número de sindicalizados.

interessados no tema participem das decisões porque só eles sabem como vivem, e é preciso criar ambientes hospitaleiros para melhor cuidar de tudo ”.

Segundo ele, essas decisões tomadas pelos trabalhadores da educação podem alterar a qualidade dos serviços públicos, e já há várias pessoas da administração que mudaram seu jeito de pensar. Uma administração engajada, capaz de criar seus próprios códigos que permitam absorver permanentemente no serviço público (e não apenas de tempos em tempos) esses intervenientes das línguas maternas e francesa.

Rochat falou que os funcionários públicos franceses têm que cumprir a lei, que diz que toda criança que vive em território francês deve ser escolarizada até que complete 18 anos, ou seja, regularizada sua situação, independente de sua nacionalidade. Da mesma forma, os funcionários da saúde não podem opor-se ao atendimento emergencial de qualquer pessoa, inclusive, encaminhando-as a hospitais especializados da França, se for o caso.

Encerrou afirmando que é preciso que o Estado invista nas condições de trabalho e de salário dos servidores públicos porque é preciso superar o pensamento de que o serviço público custa caro, porque é a qualidade dos serviços que interessa e não os custos.

O Secretário Edvaldo Azevedo, servidor público há 40 anos no Estado do Amapá, iniciou sua palestra criticando o Estado brasileiro, que segundo ele e com base em sua própria história funcional, não valoriza os servidores públicos, pagando-lhes baixos salários, negando-lhes capacitação para o bom desempenho de serviços à população, e pior, impondo regras à sua principal ferramenta de barganha que é o direito à greve. Enquanto aos demais profissionais é garantido (desde que avisem ao patrão, ironizou) fazer greve, aos servidores públicos foi negado esse direito porque os legisladores entenderam que sendo o Estado o patrão, não podem os seus trabalhadores voltar-se contra ele. *“...Isso (o direito de greve) para alguns constitucionalistas é um direito sagrado (clausula pétrea), ou seja, para todos os trabalhadores (incluídos os trabalhadores públicos)”...alguém que entrou no serviço público há quarenta anos como eu, desculpem por estar usando o meu caso como exemplo, faz alguns anos depois por uma questão de absoluta necessidade uma faculdade de direito ambiental, depois faz quatro especializações e mestrado, e continua como técnico agrícola no Estado. Então eu pergunto o que isso traz de benefício salarial? Nada...por falta desse plano... vou*

dizer mais uma: no Amapá, há quatro anos atrás nós começamos uma briga... então, meus caros, quando vocês verem um servidor público, o aplaudam, porque os servidores públicos são uns guerreiros". Asseverou Edivaldo Azevedo.

Continuou afirmando que Servidor Público é prejudicado também por não ter um Plano de Carreira que lhe garanta ascender profissionalmente em sua empresa-Estado, com ascensão profissional e consequente valorização salarial, porque de acordo com os que fazem as leis, as aposentadorias quebrariam o INSS (ironizou).

As senhoras Cassia Ceres e Marta do Socorro, representantes do ASS/IBGE, abordaram o tema sob dois aspectos: o corte de mais de 70% dos recursos orçamentários às pesquisas do IBGE e a luta dos servidores do IBGE por valorização profissional, e, o consequente comprometimento do Censo agropecuário e da contagem populacional prevista para 2015,.

Cássia lembrou que a crise econômica mundial, iniciada em 2008, não é o único fator de desvalorização do salário dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas também a política orçamentária do governo para 2014, 'que se diz dos trabalhadores', que ainda reserva 42% do PIB para a amortização e juros da dívida pública, enquanto que para a saúde sobra 3%, para a educação 3%, para as pesquisas do IBGE, fundamentais para o planejamento dos serviços públicos a população, ficará somente R\$200.000.000,00 dos R\$700.000.000,00 inicialmente previstos.

Para Cássia, o papel do/a servidor/a público no desenvolvimento no Brasil vai além das funções que ele ou ela desempenham diariamente em seu local de trabalho (e no IBGE, especificamente, 'retratar as realidades econômica, educacional, populacional sem mascarar essas realidades') porque a organização sindical dos servidores federais também é um componente essencial ao desenvolvimento do país, pela responsabilidade social de cada servidor e servidora pública da saúde, segurança, educação, etc... na defesa dos interesses da sociedade apesar das pressões sofridas por aqueles/as que se arriscam a defender esse direito. Ela lamentou que a direção do IBGE Amapá tivesse emitido uma nota proibindo que os funcionários se reunissem no local de trabalho para tratar de assuntos ligados às condições de trabalho e salário, e solicitou o apoio de todos e todas ao manifesto pela readmissão de colegas demitidos em decorrência da última greve.

Marta do Socorro deteve-se à greve dos servidores do IBGE durante três meses no ano de 2014 contra o ‘sucateamento’ da instituição e pelos direitos de seus servidores (onde os servidores temporários já são mais que os efetivos).

Segundo Marta a greve em questão foi histórica para o ASSIBGE porque os servidores temporários participaram ativamente com os servidores efetivos, demonstrando que mesmo não tendo a garantia da lei (não são estatutários nem celetista-CLT porque são regidos pela Lei 8.745/93), entraram na luta por melhores condições de trabalho e de salário: “...por causa dessa lei mal formulada, foram os temporários que sofreram assédio moral da presidente do IBGE, além de verem 186 colegas serem demitidos sem que o Sindicato pudesse fazer nada por eles”, desabafou.

Dirigindo-se às representantes do ASSIBGE/Amapá, o Secretário municipal Genival perguntou por que os pesquisadores do IBGE não chegam às áreas mais afastadas do município do Oiapoque, como as áreas ribeirinhas e terras indígenas? Cassia respondeu que dois motivos impedem os servidores de chegarem a todos os brasileiros para incluí-los nas pesquisas: primeiro, porque o orçamento é pequeno impedindo que o pesquisador vá mais longe (inclusive por falta de motoristas, alguns servidores se riscam a dirigir os carros da instituição para poderem realizar suas atividades a altura do que merece a população); segundo, porque é desestimulante os servidores temporários receberem um salário de R\$1.020,00 enquanto, se efetivados receberiam 5 vezes mais. Os servidores do IBGE, segundo ela, empenham-se ao máximo para chegar às áreas ribeirinhas e terras indígenas, mas precisam da infraestrutura que o governo não dispõe.

O Secretário do SINDSEP, Senhor Marcos Nunes, citou a luta da Confederação dos Servidores Federais (CONDSEF) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por um Plano de cargos e salário para a categoria a fim de evitar a contratação de servidores temporários como os do IBGE, e, por outros direitos.

Sobre a situação política da França Paul-Henri ROCHAT abordou as dificuldades do presidente François Hollande, de características socialistas, diante das consequências da política econômico-liberalista dos governos antecessores. Segundo ele, o atual governo socialista priorizou em seu programa a regularização da situação dos servidores públicos, uma opção de classe que agora, nas eleições de outubro de 2014, está sendo desconsiderada, como a questão da juventude, que

avançou um pouquinho, com mais oportunidades nas universidades ou ao mestrado: *“...então, o sindicato procura negociar com o ministério das finanças, que põe sempre o econômico acima do educacional, para melhorar as condições de ensino... é tudo um processo de diálogo, baseado em nossos sonhos de conquistas porque no diálogo vamos compreendendo que podemos mais, e mesmo sabendo que é uma discussão cerrada, isso nos inquieta, mas nós não pensamos em desistir”*.

Edvaldo Azevedo encerrou convocando os servidores e as servidoras públicas federais ali presentes a visitarem e fortalecerem a organização sindical dos Servidores Federais, as Centrais sindicais como a CUT, e, conseqüentemente os/as sindicalistas como os Secretários do SINDSEP Errolflynn Paixão, Hedoelson Uchôa, Marcos Nunes, Idelcy Nunes, assim como Cassia Ceres, Marta do Socorro e tantos outros e outras que lutam por melhores condições de trabalho, salário e vida. Também saudou os/as Guianenses pedindo-lhes que tratem os brasileiros residentes na Guyana como gostam de ser e são tratados no Amapá, para que as relações que se tecem na fronteira não sejam limitadas pelas leis criadas a quilômetros de distância dali.

Marta do Socorro agradeceu ao convite do SINDSEP e apelou à CUT para interceder junto a Direção do IBGE e ao Governo Federal em favor dos 186 trabalhadores/as demitidos.

No encontro de Macapá o tema ***O papel do (a) Servidor (a) Público (a) no processo de Desenvolvimento*** teve como expositores: o Engenheiro Sanitário na Guiana Francesa Benoit Van Gastel, o Prof. Doutor da Universidade Federal do Amapá Adalberto de Carvalho, o Secretário de Tecnologia e Ciência do Amapá Dr. Antônio Cláudio Almeida de Carvalho, e o Secretario de Trabalho e Empreendedorismo do Amapá Senhor Sivaldo da Silva Brito.

Na condição de servidor público da Guiana Francesa o Engenheiro Sanitário Benoit Van Gastel se disse (traduzido por Josiane Ferreira) preocupado com o bem estar da população guianense. Sempre atento às mudanças provocadas pela globalização da economia, acredita que os funcionários públicos de todos os países precisam se defender da onda de privatizações características do capitalismo atual. Percebe que a maioria dos funcionários públicos da França cultiva os princípios humanitários, apesar de lá não existir essa tradição de movimentos sociais como no Brasil, mas percebe estratégias comuns entre a organização de trabalhadores dos dois países, pois na França os servidores públicos também têm lutado contra a

precarização dos serviços públicos, a globalização da economia e o fortalecimento do movimento sindical.

Na Guiana, segundo ele, há desigualdade na qualidade do atendimento à saúde e no saneamento básico, e como funcionário público ligado à área sanitária propõe ações ao governo local e tenta estimular as pessoas a cuidarem melhor de seus ambientes.

O servidor público Adalberto Carvalho continuou a reflexão enfatizando a importância do serviço público para a economia local, visto que ainda é o salário desses servidores que sustenta as outras atividades econômicas do Estado do Amapá. “...no Amapá, aproximadamente 50% da renda dos amapaenses provém dos salários do serviço público, que por causa da dita estabilidade no emprego e ameaças do emprego em empresas privadas pela globalização da economia, tem atraído muitos brasileiros aos concursos,” arriscou.

Por ser um educador e atualmente responsável pela Escola de Formação de servidores públicos do Estado, ele põe todo o crédito do desenvolvimento do Estado na qualificação de seus servidores.

Aos sindicalistas ali presentes, apelou para uma maior responsabilidade corporativa. A seu ver o sindicalismo recuou com a pressão do neoliberalismo. O próprio Lula, que no seu entender é a maior biografia política dos últimos 50 anos recuou, mas, pode com sua história política resgatar o caráter combativo do movimento social. Avalia que sem formação adequada os sindicalistas perdem a capacidade de formular boas propostas ao Estado e negociar bons salários aos trabalhadores.

O Secretário de Tecnologia e Ciência do Amapá Antônio Cláudio Almeida de Carvalho iniciou sua palestra parabenizando o SINDSEP/AP pela iniciativa do tema e fazendo referência ao desabafo feito pela integrante do Conselho de Cidadania Brasileira na Guyana Francesa senhora Rosilene do Socorro Palheta.

Parabenizou ainda a Deputada Dalva Figueiredo pelo apoio à luta dos servidores amapaenses e pela criação de um Departamento em Brasília para tratar especificamente das questões dos servidores dos ex-territórios. Para ele, o Estado brasileiro precisa amparar todos/as os/as trabalhadores/as do ex-território e valorizar o salário seus servidores.

Para um desenvolvimento razoável a partir do servidor, o Secretário propõe a luta pela criação de metas de produtividade com progressão funcional, com intensa

educação científica e tecnológica dos/as servidores/as e a urgente superação da condição brasileira de exportador de produtos não agregados. “...o agricultor amapaense também tem que se beneficiar da Ciência e da Tecnologia porque para melhorar a produtividade da agricultura familiar são necessários implementos e máquinas.” afirmou.

Sivaldo da Silva Brito compartilhou a experiência adquirida na Secretaria do Trabalho Empreendedorismo do Amapá, especificamente na árdua tarefa da qualificação profissional, que ainda não se volta para o servidor público. Defende que a geração de trabalho e renda dependa da qualificação da instituição Estado, ou seja, seus servidores públicos que precisam compreender a micro e a macroeconomia, e o respectivo impacto de seu trabalho no PIB estadual.

Além disso, ele defende que o servidor público precisa perceber quanto custa, ao Estado, a falta de competitividade da economia amapaense, a evasão escolar e a ociosidade dos jovens.

Citando a constituição federal como instrumento norteador do pacto federativo, da livre iniciativa, das garantias sociais, da dignidade da pessoa humana, da soberania e da cidadania, encerrou sua palestra com o seguinte pensamento: “O papel do Trabalhador Público é vital para o desenvolvimento do Brasil, afinal de contas, toda a sociedade busca os serviços públicos para o atendimento de suas necessidades, mas com a globalização e o avanço da tecnologia, é exigido do Estado brasileiro um plano atualizado e estratégico de formação continuada para o servidor público, com intuito de formar gerentes (agente público) em ciências de Governo, ou seja, políticas públicas com conhecimento sistêmico e integrador, com resultado eficiente e eficaz ao bem comum”.

Da plenária, Marcos Nunes salientou a intensa participação dos Sindicatos de Servidores Federais na luta por garantias aos servidores do ex-território, lembrando ao público que em agosto de 2013 o SINDSEP/AP recepcionou sindicalistas de todos os ex-territórios no Encontro Regional sobre o tema.

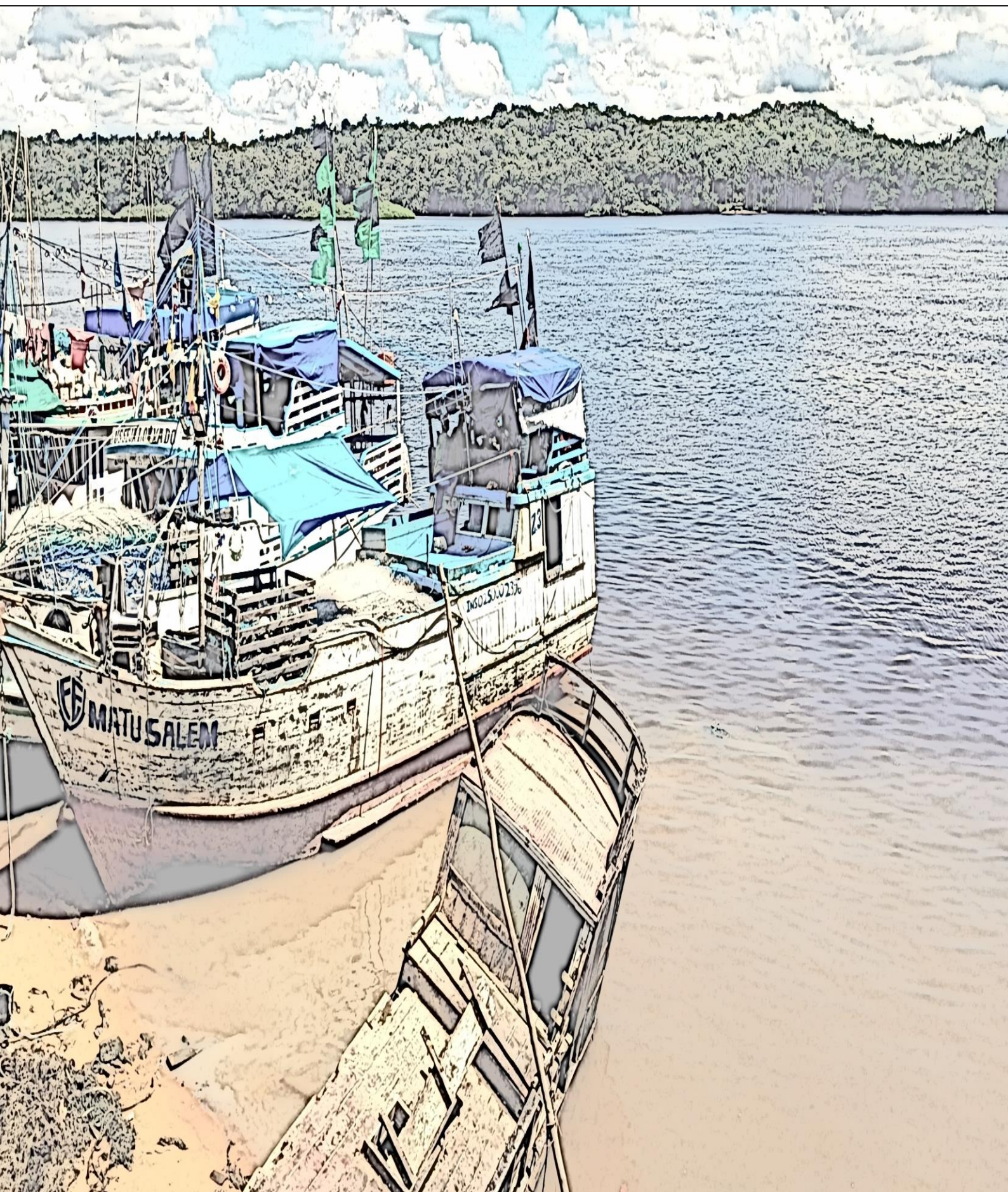
Edivaldo Azevedo (Meré) perguntou: “...como pode um Estado com tanta riqueza vegetal e mineral, e com tanta terra devoluta, se permitir ainda viver do contra-cheque dos servidores públicos?” Para ele os servidores públicos amapaenses nunca quiseram enfrentar de fato o problema, a começar por ele mesmo, afirmou.

Respondendo ao questionamento do Meré, Adalberto de Carvalho tomou como exemplo o comércio de castanha no Sul do Amapá, grande potencial econômico, mas que continua sob o regime do escambo, só que agora modernizado. Citando sua pesquisa sobre o tema, falou como a figura do atravessador se renova na relação: *“...hoje o ‘patrão’ é da própria comunidade, alguém que conseguiu substituir os velhos patrões que vinham de Belém... a relação continua igual a de antes, só que agora o ‘patrão’ é um compadre do castanheiro, que além de lhe garantir a compra da produção, ainda lhe dá presente no dia de seu aniversário, presenteia seu filho com material escolar no início do ano letivo e está sempre perto na hora das privações... como mudar isso?”* perguntou.

Errolflynn Paixão acredita que o maior entrave do desenvolvimento brasileiro e dos demais países da América Latina é a dívida pública que força os governos populares a fazerem cortes em seus orçamentos. Entende que esse é o debate que precisa ser feito pelos trabalhadores.

Concordando com as intervenções do Meré e do Errolflynn, Antônio Cláudio disse: *“...de fato são os funcionários públicos que precisam ter coragem de tomar decisões para mudar as estruturas”*. Sobre a Ciência e Tecnologia, disse estar contente por não ter havido cortes no orçamento do setor quando do ajuste orçamentário da união para 2014. Considerou um grande passo porque os recursos já são pequenos.

TEMA 06:
EDUCAÇÃO: DIREITO DE TODOS E DE TODAS





Turma de Alfabetização na Escola do SESC – LER em Oiapoque/AP
Foto de Ramiro Esdras (2016)

O primeiro a apresentar suas considerações sobre Educação como direito foi o Professor do colegiado de Geografia da UNIFAP Oiapoque Dr. José Mauro Palhares, para quem o mais importante naquela ocasião era debater a situação das duas cidades fronteiriças – Oiapoque e Saint-Georges – onde existem pessoas inteligentes, capazes de encontrar soluções para seus problemas, sejam sociais, econômicos ou políticos. A Educação para ele é a base para o desenvolvimento da região, ainda com poucos conhecimentos construídos, mas com importantes instituições de pesquisa como a Universidade Federal do Amapá e o Instituto Federal, que nesses dias realizavam o 50º encontro Regional de Astronomia com a participação de alunos da rede municipal de ensino.

O Senhor Alan Ribeiro, da ONG Conselho de Cidadania Brasileiro da Guyana, iniciou sua explanação elogiando o trabalho dos integrantes do CIMADE que tanto trabalham pelos imigrantes brasileiros em Caiena, a maioria com baixa escolaridade e trabalhando no ramo da construção civil. Elogiou também o cuidado das autoridades guianenses com a educação das crianças e adolescentes brasileiros. Segundo ele, os brasileiros residentes na Guyana só não estudam se não quiserem porque a educação é gratuita, da pré-escola ao mestrado, informação contestada pela jovem francobrasileira Neci Torres, para a qual não é tão fácil aos jovens acessar o sistema educacional guianense pelos seguintes motivos: a) o peso da responsabilidade que a família brasileira põe sobre o jovem quando sonha que ele se forme numa escola francesa é incompatível com a realidade, porque depois de estudar três anos em sua localidade, o jovem tem que fazer mais dois anos na capital *Caiena*, e precisa ter dinheiro para se manter na capital; b) Em geral esses jovens, de 13 a 14 anos, têm que morar em pequenos cômodos para diminuir os custos que a família não dispõe, sofrendo o impacto da cultura da capital, tendo que falar o francês e sofrendo pela ausência da família. Para Neci, pouquíssimos jovens conseguem concluir os estudos, ficando frustrados por não conseguirem atender aos anseios de suas famílias e sentindo-se humilhados por isso.

Nascido na França e residente na Guyana Francesa há 29 anos, Francis Trisch possui um Centro de Formação Profissional chamado Equinoxe Guyane, em homenagem ao nome da Guyana no século XVII, que significa ‘noite e dia iguais’, ou seja, onde o dia tem a mesma duração da noite. A formação continuada para que os jovens tenham um diploma, aprendam a língua francesa, ou recuperem um emprego é a missão da Equinoxe, que emprega 80 pessoas na Guyana, e em 2013 acolheu

6.200 alunos nos diversos cursos de 280h/formação. Francis Trisch revelou-se contente com o trabalho da Equinoxe porque é prazeroso poder envolver, no mesmo aprendizado, um presidente ou diretor do Centro espacial francês, que procura sua escola, e um haitiano residente na Guyana: *“...todo mundo é importante na Equinoxe, e todo mundo merece respeito... nós devemos levar o saber a todos, ir sempre mais longe com o conhecimento... é necessário começarmos a valorizar o saber dos jovens, elevar-lhes a autoestima, em qualquer lugar, porque geralmente eles não tem orgulho deles mesmos... é necessário começar pela ponta e trabalhar a partir do saber das pessoas... E nós trabalhamos para que ele resgate a auto-confiança porque isso é o motor para se chegar aonde quer... como é possível ter educação de qualidade com turmas de 30 alunos?... um ‘modelo difícil’ que temos que abandonar.”*

Outro prazer, segundo do diretor da Equinoxe, vem de um projeto de ajuda humanitária que envolve os jovens aprendizes. Em 2010 depois de viajar com alguns jovens, durante três semanas até o sul do deserto do Marrocos para construir uma sala de aula, decidiram que a cada ano irá à África com seus jovens ajudar as crianças a ler, escrever e calcular.

Referindo-se as diferenças entre Brasil, França e África, Francis Trisch encerrou com o seguinte pensamento: *“dizem que a França é um país desenvolvido, que o Brasil é um país ‘emergente’ e que a África é um país subdesenvolvido. Eu digo que é o contrário, vocês do Brasil e da África são desenvolvidos em calor humano, em acolhimento, em gentileza, em sorriso. Vocês sabem se divertir. Mesmo sem ter grandes coisas vocês são capazes de oferecer. Na França tem pessoas com trabalho bem remunerado, com uma ou duas casas, 3 ou 4 carros, uma esposa e várias amantes, e ainda assim andam deprimidas.”*

O mediador do debate Denis Belloiseaux aproveitou a contribuição do Professor Arnaldo José Ballarini (que questiona: ‘apesar de toda boa vontade de pessoas dos dois lados da fronteira, até quando nós, que gostamos de gente, vamos ficar submissos a outras pessoas que não gostam de gente?’) para contextualizar as conquistas dos professores franceses na educação, inclusive da educação nas colônias francesas como é o seu caso: francês nascido na colônia da Martinica, no Caribe.

Denis informou que em 1880 os professores franceses resolveram se juntar para, primeiro defender o direito dos alunos, e depois batalhar por salários e

melhores condições de trabalho. Por essa organização, destes 1946 toda pessoa passou a ter o direito de defender seus interesses através de um sindicato, de escolher o seu sindicato (exemplificou que trabalha num estabelecimento educacional onde existem cinco sindicatos), fazer greve (desde que avisem que farão greve) sem corte de salário (porque se entende que só se chegou a greve porque não houve diálogo suficiente para resolver o problema), e exercer sua condição de sindicalista em eventos como o I Encontro Internacional sobre trabalho decente na fronteira: “...um direito assegurado na legislação francesa que não pode ser negado por seu chefe”.

Como sindicalista e funcionário público francês, Denis trata o livro “As obrigações do funcionário público francês” como uma ‘bíblia’ para exigir seus direitos e o cumprimento das obrigações das autoridades francesas.

TEMA 07:

JUVENTUDE: PERSPECTIVAS E EMPREGO DECENTE





Apresentação cultural realizada durante o II Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira

Foto : Arquivo SINDSEP (2014)

Foram abordados num mesmo debate, mediado pela Secretária de Políticas Públicas do SINDSEP, Senhora Idelcy Maria dos Santos Nunes, tendo respectivamente como expositoras as jovens Nerci Torres (francobrasileira) e Marie-Cécile Ruiz (francesa) do Inst. Colibris Guyane, Davi Gallibi (indígena da região) da Juventude Rede Cidadã (RECID/AP) e Paulo Rômulo Gomes Ramos (Macapaense) do Espaço Ninho. A Senhor Ediellen Gardenha, Assist. Social do Hospital Estadual de Oiapoque, e o Profº da UNIFAP de Oiapoque Arnaldo José Ballarini.

Nerci Torres narrou suas vivências de jovem paraense que migrou para Oiapoque em busca de trabalho em 2001, onde atuou como educadora social no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), nas Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde. Sozinha na fronteira, sem perspectiva, foi forçada a voltar ao Pará onde se formou em Educadora Social, conseguindo ir estudar na França e em 2008 voltou ao Oiapoque seguindo à Guiana Francesa.

Davi Gallibi iniciou com ato de repúdio a organização do evento pela redução do tempo aos expositores jovens (a programação foi interrompida para o ato de entrega de certificados às participantes da oficina de artesanato e o tempo a cada expositor foi reduzido de 20 para 15 minutos). Falou que os jovens indígenas da região encontram muitas barreiras para acessar os benefícios já alcançados por outros jovens, primeiro pela distância dos centros de produção de conhecimentos, depois pela apatia das pessoas ditas ‘evoluídas’ que ainda veem o indígena como um ser selvagem. Elogiou algumas iniciativas, como o Encontro do SINDSEP e a RECID, que têm proporcionado o diálogo com os jovens indígenas que deixaram suas famílias para estudar em Macapá.

Para Paulo Zab, a juventude tem criado espaços alternativos às enormes barreiras criadas pelos velhos conceitos burgueses que lhes têm apenas como consumidores de seus produtos e usam os meios de comunicação (como a Rede Globo) para ‘vender’ ilusões e aumentar seus lucros. Criticou a educação profissional que, segundo ele não educa para a inventividade, e sim para que os jovens trabalhem no que já existe, obedecendo a ordens. Contra isso, eles criam ‘espaços de atividades coletivas’, como as redes de comunicação livre, as experiências agroecológicas, os círculos de cultura e os intercâmbios juvenis.

Ele citou as experiências do ‘Circuito Fora do Eixo’ (articulação de grupos culturais periféricos para promover-se e autossustentar-se economicamente) e do ‘Espaço Ninho’ (mudança de mentalidade com a produção de alimentos sem uso de

agrotóxicos e adubo químico para consumo próprio) como propostas de mídia independente e de economia solidária autogestionária: dois conceitos com tendência de se firmar entre os jovens.

Há mútua colaboração entre os participantes dessas experiências, estímulo a alimentação saudável, trocas de produtos e de saberes, intermediadas pelas ‘moedas sociais’ criadas pelos grupos para eliminar a ‘mais valia’, e criar novos conceitos. Estudantes de diferentes áreas e instituições interrelacionam-se nas ‘oficinas’ e nas ‘rodas de conversas’, presenciais ou online, numa difusão de princípios e construção coletiva de novos conceitos.

No encontro de Macapá contribuíram nas reflexões sobre o tema a Educadora Popular Thalita Coelho, da Escola de Formação Sindical Chico Mendes da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e presidente estadual dessa Central, o jovem Geovane Grangeiro.

Thalita abordou Juventude como resultante do processo de construção social do ser jovem, que se dá conforme o tempo e o espaço no qual o jovem está inserindo, de forma que, o ser, estar e intervir no mundo influencia e é influenciado pela sua realidade social. Desta forma, usou o termo no plural, ‘juventudes’, por considerar que esse grupo populacional não é universal e homogêneo, mas, fortemente marcado pela pluralidade e singularidades, acentuadas por alguns recortes, como o gênero, raça ou cor, e, classe social.

Alertou ainda para as distinções etárias, do Estatuto da Juventude que considera jovem pessoas com idade entre 15 e 29 anos, e das Diretrizes da CUT como critério para sua organização interna, que prolonga o limite de idade até 35 anos.

Mas por que é importante discutir esse tema, ‘juventudes’? indagou Thalita respondendo sinteticamente: *“...três motivos parecem justificar a importância dessa questão nos dias atuais: a questão demográfica; a questão das políticas públicas e a questão da diversidade e singularidades dessa população...Estamos vivendo, no Brasil, uma fase de transição demográfica, na qual temos uma considerável população jovem no país, formada por cerca de 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, mas que está envelhecendo. Desta forma, quase um terço da população brasileira é composta por jovens, o que por si só é um importante fator para focar atenção nesse segmento. E justamente por essa questão demográfica, é necessário assegurar à essa população condições adequadas de inserção nas*

diversas dimensões do mundo social, como na educação/desenvolvimento escolar, trabalho, lazer etc. E pensar a questão das políticas públicas exige pensar na multiplicidade e nas singularidades do ser jovem na atualidade. Esses jovens não são iguais e não tem necessidades iguais, portanto, as políticas públicas também precisam ser pensadas de acordo com essas peculiaridades, precisam ser transversais e até intersetoriais”.

O trabalho é um dos temas centrais relacionados às juventudes. Segundo ela, três aspectos demonstram essa importância para os(as) jovens: “O primeiro aspecto é objetivo, e está ligado a questão mais aparente dessa relação, que é justamente o da inserção ocupacional e da geração de renda, ambos diretamente ligados, na ampla maioria dos casos, à manutenção das condições básicas de sobrevivência dos(as) jovens. O segundo aspecto é subjetivo, e está ligado à necessidade de considerar o trabalho na sua dimensão formativa, como um espaço privilegiado para o desenvolvimento das habilidades e autoconhecimento, construção da autonomia em relação à família, de acesso a outras formas de sociabilidade, de realização pessoal e vivência da própria condição juvenil. Por fim, outro aspecto relevante é pensar nas variações da inserção dos jovens no mercado de trabalho, que não se dá de maneira igual para todos os jovens e vai se modificando a partir de alguns recortes, como classe social, cor ou raça, gênero, orientação sexual, escolaridade, de forma que, alguns jovens, tem mais dificuldades de acessar o mundo do trabalho e/ou se insere em condições mais ou menos precárias que outros”.

Pensando nesse último aspecto, ressaltou a importância de se refletir sobre como se estabelece essa relação entre ‘as juventudes’ e o trabalho, na região amazônica: “De acordo com a última Síntese de Indicadores Sociais (SIS 2013), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a região norte do país (composta por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), possui uma população jovem de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas de aproximadamente 49 milhões de jovens brasileiros. Quando analisamos a taxa de ocupação (média de jovens ocupados) para a população jovem na região norte, percebemos uma variação de acordo com os sub-grupos a que pertencem: no sub-grupo de 15 a 17 anos, é de 25,1%; no sub-grupo de 18 a 24 anos é de 55,8%; e no de 25 a 29 anos é de 72,2%. Essas taxas de ocupação estão abaixo das taxas do país (25,3%, 62,1% e 75,8%, respectivamente). Esses dados nos levam a refletir sobre essa nova cara das juventudes brasileiras, como uma juventude trabalhadora.

Entretanto, como já afirmamos, a inserção de jovens no mundo do trabalho não se dá de maneira homogênea para todos, apresenta diferenciações a partir de alguns recortes (gênero, raça ou cor, classe social, escolaridade etc.). E nessa perspectiva, o grupo denominada pelo IBGE de “nem-nem” reflete uma preocupação. “Nem-nem”, segundo o IBGE, é o grupo formado por jovens que nem trabalhavam e nem frequentavam a escola na semana de referência da pesquisa. No Brasil, esse grupo é composto por aproximadamente 19,6% da população jovem, o que representa 9,6 milhões de jovens nessa condição. Na região Norte, o grupo “nem-nem” representa 21,9% da população jovem, acima da média nacional. O Amapá é o estado com o maior grupo de “nem-nem” da região, 27,8%, seguido do Amazonas (22,8%), Pará (22,5%), Roraima (22%), Acre (20%), Tocantins (18,8%) e Rondônia (18,0%)”.

Nesse grupo de ‘nem-nem’ existem situações bem difíceis segundo Thalita: “a incidência de jovens ‘nem-nem’ é maior no sub-grupo de 18 a 24 anos, na fase adequada para o jovem já ter concluído o ensino médio e ingressar no ensino superior; 70,3% de ‘nem-nem’ é composto por mulheres, e essa incidência vai aumentando de acordo com a elevação da idade dos subgrupos; a maior parte desses jovens apenas possui o ensino médio completo (38,6%); e, 58,4% dessas jovens tinha um ou mais filhos. A análise desses indicadores ratifica a necessidade de pensar nos aspectos objetivos, e principalmente, nos aspectos subjetivos que marcam a relação entre jovens e trabalho”.

Esse grupo é formado majoritariamente por mulheres com pelo menos um filho, com no máximo o ensino médio completo, então, me pergunto: “Não frequentar a escola e nem se inserir no mundo do trabalho é uma opção ou uma imposição da realidade os ‘nem-nem’? Por que esses jovens concluem o ensino médio e não ingressam no ensino superior? O que impede que as jovens com filhos frequentem a escola e se insiram no mercado de trabalho? Investir em educação e na qualificação profissional, impedindo a entrada precoce e prematura no mundo do trabalho parece um imperativo gritante. Um desafio do tamanho dos sonhos que esses jovens devem carregar consigo”, concluiu.

TEMA 08:
PROTEÇÃO À SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS):
SEGURANÇA E PREVENÇÃO





Manutenção em pontilhão de madeira da BR-156. Trecho Oiapoque-Calçoene/AP.
Foto de Ramiro Esdras (2016)

Arnaldo José Ballarini,¹⁰ professor do curso de enfermagem da Universidade Federal do Amapá em Oiapoque, partiu do princípio de que as questões sanitárias da região decorrem como nas demais regiões de fronteira do mundo, de sua condição de periferia da periferia, onde desde a colonização serviu apenas para ‘exilar’ os dissidentes políticos, ser um território de segregação social, como no caso da Guiana que continua ‘sem existir’ para a França, e do Oiapoque para o Brasil.

Utilizando-se dos significados da palavra Fronteira no vocabulário francês – a fronteira física e a fronteira como um desafio – Ballarini afirmou ser a fronteira do Amapá com a Guiana uma fronteira de Diversidades, com extrema urgência de superação da burocracia no atendimento hospitalar, por ser uma região totalmente insalubre, sem saneamento básico e água tratada, aonde os alimentos chegam com prazo de validade quase vencido pelo tempo e condições da viagem. “...*não apenas os trabalhadores, mas todos que moram aqui nessa região mereciam ganhar adicional de insalubridade porque aqui chegam ovos já totalmente estragados, o lixo aqui é a céu aberto e no meio da cidade, jogando todo o resíduo no rio Oiapoque, donde se retira água para uso humano... imagina que lugar é esse, com ótimas condições, inclusive climáticas para criação de mosquitos transmissores de doenças e de toda forma de bactéria, numa proliferação extraordinária*”, sentenciou.

O professor Balarini também mencionou os riscos das atividades produtivas da fronteira como fator de periculosidade aos trabalhadores. Nas palavras dele: “*quando falo do trabalhador daqui do Oiapoque eu tenho pena. Olha o pescador, não sei como é que eles vão e voltam naqueles barquinhos... meu amigo, é jogo duro. Quando eles não morrem no meio do mar eles, jovens, mulheres, crianças, morrem filetando peixe sem equipamento de proteção, em fábricas com péssimas condições,... o garimpeiro, nem se fala. Aqui o garimpeiro não é tratado como ser humano, mas como transmissor de malária, igual ao mosquito... a prostituta é tratada como agente transmissor de AIDS, quase como bandida, ora. Nós precisamos mudar essa nossa mentalidade, precisamos tratá-los como seres humanos porque os dois são igualmente vítimas, assim como é o agricultor que padece pela falta de atendimento médico em sua localidade quando sofre um acidente de trabalho. É tudo tão distante que até chegar ao hospital já é preciso amputar o órgão.*”

¹⁰ Médico veterinário, professor do curso de Bacharelado em Enfermagem do Campus Binacional de Oiapoque/AP. Falecido em 08 de março de 2019, aos 63 anos de idade.

Preocupa-o a condição de ociosidade dos jovens de Oiapoque, a falta de emprego e a difícil situação de atendimento do hospital local aos trabalhadores, que segundo ele, é bem equipado, mas não dá conta da demanda. Para ele é necessário se criar em Oiapoque um Centro de Referência de Saúde do Trabalhador - CEREST, com médicos do trabalho, fazendo prevenção, estudando as causas dos acidentes de trabalho: *“...é preciso dar um amparo a essa categoria, que são categorias de alto risco...e, veja bem, o hospital tem, tudo bem, mas que saúde é essa que temos aqui no Oiapoque? ... aqui é o típico caso onde há o rompimento do perfil epidemiológico, onde convivemos com doenças do primeiro mundo, como hipertensão, AVC, infarto do miocárdio, junto com as ‘doenças da negligência’ como leishmaniose, lombriga, giárdia, malária... e sabe de uma coisa? Não tem sistema de saúde que aguente uma situação dessas. É preciso muito dinheiro para dar conta de dois mundos, que ainda conta agora com a dengue e a chikungunha que começa aqui”*.

Ballarini encerrou questionando a legitimidade da representatividade dos conselheiros municipais (o de Oiapoque é atuante segundo ele), por onde se deveriam tomar importantes decisões à saúde, já que no Conselho estão, ou deveriam estar presentes, os beneficiários do sistema de saúde e os provedores desses sistemas. Todavia, apostou na consciência crítica que a Universidade Federal do Amapá pode relegar aos cidadãos de Oiapoque, que para ele, pode garantir uma significativa transformação na realidade da região. Convocou, tanto os guianenses quanto os amapaenses, a serem mais ousados, a se aproximarem mais, romperem as barreiras burocráticas e diplomáticas para terem uma região melhor.

A Diretora do Hospital Geral do Oiapoque Ediellen Gardenha contribui nesse painel expondo o trabalho de prevenção de acidente de trabalho que o hospital vem desenvolvendo junto aos seus funcionários a partir da parceria com o curso de enfermagem e biologia da UNIFAP de Oiapoque, que muito contribui para a redução dos riscos de contaminação no ambiente de trabalho, assim como ajuda os acadêmicos a perceberem *in loco* a realidade hospitalar. Essa parceria que inclui também a Secretaria Municipal de Saúde chega às comunidades, inclusive as indígenas, com campanhas de prevenção de acidentes com escorpiões, cobras, e cães, grandes incidências no Hospital. Ela concorda com Ballarini que Oiapoque precisa urgentemente de um CEREST.

O Secretário do SINDSEP Marcos Nunes propôs que o movimento sindical busque apoio junto aos parlamentares amapaenses para a construção do CEREST na região. À Nerci Torres ele perguntou qual o valor do apoio financeiro do governo francês aos jovens. Ela respondeu que depende. A mãe solteira que tem filhos declarados recebe uma ajuda do governo como bolsa que varia entre 150 a 200 euros. Essa mãe solteira se tiver uns 4 ou 5 filhos ela vai ter um € 800,00 (Oitocentos euros) por mês, sendo que ela paga um aluguel de 300 euros e custeia os estudos dos filhos.

Edvaldo Azevedo também perguntou aos jovens como pensam sobre o dilema da redução da maior idade penal, quais as propostas que eles têm para o Município e como percebem a situação da maioria dos jovens que, em geral, são levados pelas dificuldades financeiras às drogas, a prostituição, etc., recebendo as seguintes respostas: *“acho que os jovens precisam da parceria como essa com o SINDSEP e da CUT para crescer, espero que a partir daqui não fique só no encontro, mas que possamos contar com a ajuda de vocês lá em Macapá, também dos parceiros da Guiana... acredito que não é esse o caminho (reduzir a maior idade penal)... é preciso partir de estudos da realidade de cada local para resolver os problemas. É isso. (Davi)... “a gente sabe que a criminalização da juventude é devido a ausência de políticas públicas do Estado, que não pode culpar os jovens e nem alterar a lei (da maior idade penal) para punir esses jovens (Paulo Zab)”.* *“...Acho que é um erro (a redução da maior idade penal), a gente sabe que o sistema prisional não é preparado nem para receber adultos, imagina aprisionar crianças. As crianças de 14, 15 e 16 anos precisam de oportunidades, educação, acompanhamento para conter sua revolta dessa sociedade que quer aprisioná-la (Nerci Torres).”*

Errolflynn Paixão dirigiu-se aos jovens para sugerir que os projetos de segurança alimentar que vêm experimentando, que denominou como novas tecnologias agroalimentares, sejam divulgadas como contraponto ao uso dos pesticidas, agrotóxicos, adubos químicos que continuam a ser vendidos como se não fizessem mal a saúde. Paulo Zab falou que o grupo está buscando meios para divulgar as iniciativas nas mídias sociais e na rádio universitária da UNIFAP.

O Senhor Leslie Gantus, técnico professor e agricultor, parabenizou os expositores da mesa pela ousadia em propor alternativas para alguns problemas da fronteira. Sob aplausos da plenária, ele se dispôs a contribuir nas atividades do

grupo “Espaço Ninho” e prometeu presentear-lhes com um acervo áudio-visual particular relativo ao trabalho que os jovens vêm desenvolvendo.

Com as importantes contribuições da plenária, o I Encontro Internacional sobre trabalho decente na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, foi encerrado às 21 horas e 30 minutos, do dia 20 de setembro de 2014, com a entrega dos Certificados de Participação a todos e todas que tiveram a ousadia de permanecer até o final.

**ENCAMINHAMENTOS DO ENCONTRO INTERNACIONAL NA
FRONTEIRA AMAPÁ/GUIANA FRANCESA**





Mesa temática com ativistas ambientais realizada durante o Encontro Internacional sobre Trabalho Decente na Fronteira
Foto : Arquivo SINDSEP (2014)

1. Por **Isaias Silva, da Associação Comercial do Oiapoque (ACOI)**: A ACOI carece de um Plano de Ação transfronteiriço, elaborado e executado com a ajuda das instituições de estudo e pesquisa brasileiras (que frequentemente os convocam para debater o tema, e ainda não conseguiram viabilizar um planejamento econômico sustentável e pró-trabalho decente à comunidade). O Empresário concluiu reiterando seu apelo às entidades organizadoras do I Encontro Internacional sobre trabalho decente na fronteira em prol da **construção de um Planejamento econômico sustentável para a região**;

2. Por Marco Nunes, diretor do SINDSEP: O sindicalista Marcos Nunes propôs uma coleta de assinaturas com os participantes para pressionar a Secretária Estadual de Educação a assinar o acordo de cooperação proposto pelo INEP para **realização do ENCCEJA a brasileiros em Caiena**;

3. Por Josiane Ferreira, diretora do Centro Cultural Franco Amapaense: A então Diretora do Centro Cultural Franco Amapaense, professora Josiane Ferreira, propôs a criação de um **Centro de Acolhimento de brasileiros expulsos de Caiena ou de Guianenses em passagem pelo Amapá**, já que frequentemente recebe pedidos de ajuda em sua sala, que o Centro Franco Amapaense não pode atender. Sobre este aspecto, o atual diretor do Centro Cultural, apresentou total apoio a causa, dentro dos limites da legalidade política do Amapá;

4. Por Edivaldo Azevedo, diretor do SINDSEP: Percebendo, a partir dos depoimentos, a falta de solidariedade dos Franceses com os brasileiros no item saúde, Edivaldo Azevedo **sugere à diretora do Hospital de Oiapoque que provoque um debate com a Agência Francesa de Saúde para discutir com base nas instruções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a política internacional de saúde**, da qual os dois países são signatários, e que a França não está observando, porque diferentemente da questão econômica, os cuidados com a saúde humana precisa ser universal;

5. Por Moriero, da Instituição Colibris: **busca de apoio para implantar um centro tecnológico em Caiena na perspectiva de construir técnicas adaptáveis ao meio tropical** porque muitas coisas não são permitidas em Caiena, como por

exemplo, as máquinas agrícolas brasileiras que não estão dentro das normas europeias. *“Existem projetos que poderíamos fazer como uso de plantas, vendas de sementes orgânicas, reflorestamento... nos interessa as experiências de nossos vizinhos brasileiros e do Suriname. Por isso que eu vim aqui apresentar-lhes diferentes projetos. Possivelmente há pessoas interessadas em fazer a mesma coisa, ou fazer algo igual ao Brasil e isto me deixaria muito feliz. Obrigado.”*

6. Por Genival Campos, Secretário de Agricultura do município de Oiapoque: **Solicitou presença da ANVISA.** Citou a ausência da ANVISA e a presença da mosca da carambola na fronteira, dois fatores que também dificultam o desenvolvimento agrícola do município. Ele defendeu o cultivo de açaí na região para fortalecer a economia da fronteira, por seu alto valor comercial.

7. Por Marco Nunes, diretor do SINDSEP: Diante do pedido de ajuda do Secretário Genival Campos, para **ampliar o debate sobre o tema no Município**, o Secretário de Finanças do SINDSEP Marcos Nunes, que mediava o debate, discorreu sobre a estrutura administrativa do SINDSEP e da CUT, e prometeu empenho para agendar outro evento dessa natureza em Oiapoque, com a presença dos novos Deputados Federais, **discutir as necessidades das populações locais.**

8. Por Marta do Socorro, do IBGE: **Apelou à CUT para interceder junto a Direção do IBGE e ao Governo Federal em favor dos 186 trabalhadores/as demitidos.**

9. Por Balarini, professor da UNIFAP: É necessário se **criar em Oiapoque um Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST;**

10. Por Marco Nunes, diretor do SINDSEP: Propôs **que o movimento sindical busque apoio junto aos parlamentares amapaenses para a construção do EREST na região;**

11. Por Leslie Gantus, diretor do SINDSEP: Se **dispôs a contribuir nas atividades do grupo “Espaço Ninho” e prometeu presentear-lhes com um**

acervo áudio-visual particular relativo ao trabalho que os jovens vem desenvolvendo;



**Painel de contribuições escritas do Encontro Internacional
sobre Trabalho Decente na Fronteira
Foto : Arquivo SINDSEP (2014)**

APÊNDICE



ENTREVISTA

Educação & Direitos Humanos na Fronteira Franco-amapaense, com Kátia Domingos¹¹

Entrevistada por *Ramiro Esdras Carneiro Batista*¹²



#ParaTodosVerem: na imagem, uma mulher de pele branca e cabelos negros toca uma bandeira vermelha da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ela usa uma jaqueta preta sobre uma blusa de cor clara. Fonte da imagem: CUT/Amapá. Disponível em : <http://cut-ap.org.br/conteudo/20/comunicacao> Acesso em 23, jan. 2023.

¹¹ Entrevista originalmente publicada na edição I/2022 do Caderno 4 Campos, revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA-UFPA). O conteúdo integral pode ser acessado no endereço eletrônico : <https://caderno4campos.wixsite.com/inicio/c%C3%B3pia-n%C3%BAmero-atual-3> Acesso em 20, jan. 2023.

¹² Entrevista produzida por meios remotos, no curso da pandemia Sars-Covid. Aqui reproduzimos apenas uma parte do conteúdo.

A entrevistada : Kátia Cilene Neres Domingos é natural de Macapá, capital do estado do Amapá. Atualmente é professora lotada no Centro Cultural Franco-Amapaense (CCFA-AP), além de ser a titular da Secretaria de Relações Internacionais do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Amapá (SINDSEP/AP), sendo uma das responsáveis pelo estreitamento das relações entre o órgão sindical e os trabalhadores e trabalhadoras em condição de vulnerabilidade, em ambos os lados da fronteira guianense.

(...)

Ramiro Esdras – Kátia, quando lhe conheci, você intentava fazer busca ativa de brasileiras e brasileiros em condição de vulnerabilidade social nas periferias de Caiena, salvo engano, em uma parceria firmada pela embaixada brasileira e a organização sindical que você defende. Um trabalho que, pude testemunhar, colocava sua própria segurança em risco, dadas as condições das pessoas consideradas como portadoras de permanência não legal, naquele pedaço da Amazônia. O que lhe motiva a trabalhar com os ditos “ilegais” em um país estrangeiro?

Kátia Domingos – A situação dos brasileiros que migram para outros países sem uma rede de proteção social é muito triste. Olha Ramiro, eu acredito muito na solidariedade incondicional, somos todos irmãos e irmãs independente da origem ou condição de cada um... isso para mim resume a essência do cristianismo. Mas além de minha opção ética, a nossa organização sindical tem compromisso não apenas com os seus membros, mas com todos os trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia guianense em condição de vulnerabilidade que pudermos alcançar... o nosso trabalho na Guiana Francesa vem de muitos anos e envolve uma rede de pessoas e instituições que atuam fortemente na questão dos direitos humanos. Além do quê, não existem ganhos sem riscos. Eu me lembro de certa ocasião em que atravessava para *Saint George* e vivi efetivamente uma situação de assédio, por meio de um traficante de pessoas. O que é uma das duras realidades dessa área de fronteira que vulnerabiliza homens e mulheres, mas sobretudo as mulheres. Fiquei muito assustada. Creio que naquele momento, mesmo com tamanho medo, eu

ainda não fazia a mínima ideia do real perigo por que passava. Sou uma pessoa de muita fé e creio piamente num livramento divino naquele dia, pois o catraieiro me fazia sinal para que não falasse com aquele estranho, que insistia que eu fosse com ele para Caiena, onde eu teria uma reunião com trabalhadores franceses naquela tarde. Mas se você quer saber mesmo, continuaria enfrentando tudo isso, se me fosse possível resgatar aquelas pessoas que vivem ali naquelas condições sub-humanas, vulneráveis à deportação a qualquer momento. Muitos brasileiros e brasileiras se submetem a pagamentos injustos, sob ameaça de denúncia de sua clandestinidade por parte dos patrões. É uma situação muito triste. Eles vivem prensados entre a possibilidade de serem pegos pela força policial e deportados, e a violência de relações de trabalho que podemos considerar, em alguns casos, como análogos a escravidão do passado. É tudo muito triste e exige políticas de proteção integradas em ambos os lados da fronteira...

Ramiro Esdras – Nós sabemos que os acordos bilaterais celebrados entre o Brasil e a França para a região guianense – principalmente pelos ex-presidentes Lula e Sarkozy – inauguraram uma nova fase nas relações entre os países, que na época pareciam sinalizar para uma mudança radical nas relações de trabalho e direitos humanos na região. O que deu errado? Por que essa política de proteção aos homens e mulheres de fronteira não avançou desde aqueles anos?

Kátia Domingos – Ramiro, são muitas as questões e interesses que interferiram no acordo e precisaríamos de muito tempo e muitas pessoas para falar disso... me lembro agora que desde março de 2017, entre os atrasos na inauguração; os conflitos sociais (entre eles a situação dos encapuzados que invadiram uma das reuniões que tratava da inauguração da ponte); a falta de reciprocidade de vistos de entrada e saída nos dois países; a cobrança de altas taxas de seguros da perspectiva francesa; enfim, muita coisa que aponta para uma falta de reciprocidade que resumo em uma frase: parece que a ponte só tem única mão: Saint Georges/Oiapoque. A via de vinda. Há uma desigualdade latente nas condições do “acordo bilateral”, que contradiz a tal conexão que deveria existir. Lidamos ainda hoje com o que eu considero uma semiabertura da fronteira. Tenho fortes motivos para acreditar que entre os motivos para isso, a situação de carência, de falta de

desenvolvimento econômico em nosso país, enfim, a fragilidade com que nossos irmãos se apresentam na fronteira faz com que sejamos vistos com desconfiança pelos nossos vizinhos do território ultramarino... além disso, a população guianense não é politicamente homogênea, existem muitas divisões internas entre os da colônia e os da metrópole, como você dever ter percebido. O fato é que somos vistos com desconfiança, essa é minha opinião. É que se trata, a meu ver, de uma política de abertura “fechada” de cooperação transfronteiriça que traz sim, descontentamento aos nossos representantes maiores, além de muita insatisfação para as pessoas que vivenciam o cotidiano da fronteira. Até hoje a Guiana teme uma migração em massa do “vizinho pobre para o vizinho rico”. Esse aspecto não atemoriza o lado brasileiro, não é uma preocupação para nós que somos o “vizinho pobre”, pois é comum vermos os franceses caminhando livremente no lado brasileiro, sem nenhum embargo. Então, é um acordo que não foi celebrado entre iguais, entre países autônomos que celebram a igualdade de condições no tratamento entre seus povos... Acho que não é um problema de tradução, mas da desigualdade que caracteriza as relações entre estados europeus e sul-americanos.

Ramiro Esdras – Racismo e condição da mulher agora, se bem que já estamos falando nisso desde o início. Testemunhamos o discurso praticado acerca do suposto comportamento sexual das mulheres brasileiras na faixa fronteiriça. De onde vem tanto racismo e misoginia? Por que especialmente as mulheres brasileiras são tão estigmatizadas naquela fronteira?

Kátia Domingos – Acredito que tem relação com a vulnerabilidade social que expõe nossas irmãs ao tráfico para prostituição. É claro que não só as jovens brasileiras sofrem com isso. No caso das guianenses, tem a ver com o racismo que pode considerar mulheres de origem europeia “superiores”. É assustadora a total disparidade existente entre a valorização da francesa que mora na colônia (Guyane), com aquela que mora na metrópole (França). Porém, quando se trata da figura feminina brasileira naquela fronteira, a discriminação é ainda mais agressiva. Esses estereótipos criam dificuldades entre as próprias mulheres que não se reconhecem no sofrimento da outra, não entendem que a causa para a prostituição e a exploração sexual está no comportamento predatório daqueles que compram e abusam dos corpos femininos... que a causa não está na “fraqueza moral” daquelas

que, de tão fragilizadas, são obrigadas a se submeter... enfim, o comum é que nossas irmãs sejam vistas como objetos sexuais ou profissionais do sexo. Tudo isso é oriundo de uma vida de grandes necessidades socioeconômicas. Essa situação se agrava muito quando associada à baixa escolaridade. Vou ilustrar... Conheci uma moça negra de uns 30 anos de idade, que se submeteu por anos a trabalhar como prostituta lá... por não ter uma formação acadêmica elevada, ela não conseguia um emprego que lhe pagasse o mínimo para sua sobrevivência e para a sobrevivência de seu filho de meses de vida, bem como a compra de uma moradia. Rapidamente ela percebeu que “vendendo o corpo” aos homens franceses, ganharia em uma noite o que levaria uma semana toda de trabalho insalubre no Brasil, para ganhar. Ela me contou... contou que trabalhou como profissional do sexo por longos e exaustivos três anos até que finalmente, após economizar cada centavo, pode ver o seu sonho realizado: comprou uma casa do lado brasileiro e trouxe seu filho para morar junto dela. Então, veja, ela optou por se arriscar no mercado de exploração sexual para adquirir uma segurança econômica mínima para si e sua família. Uma casa, um *séjour*, um trabalho digno e minimamente protegido, tudo isso é muito difícil de ser adquirido por uma mulher pobre e sem boa formação escolar. Essa mulher conseguiu sair da prostituição e abriu seu próprio negócio de depilação e beleza, trouxe para si o filho que vivia com parentes na cidade de Macapá. Mas infelizmente, ela é a exceção! Muitas morrem e desaparecem para sempre buscando a vida melhor com ganhos em euro, submetendo-se a todo tipo de predação no mercado do sexo. Então eu considero um erro muito grande moralizar a questão. Por que considerar que uma mulher, porque é negra, porque é brasileira, ou por qualquer outra condição é uma máquina de fazer sexo é desconsiderar que elas estão constrangidas a isso... porque o mundo do trabalho é dominado por homens brancos, como eu posso dizer isso? Por pessoas que em condição de vantagem econômica, social, racial... que se utilizam disso para estabelecer relações abusivas com as mulheres. Então não é uma questão de moral ou de costume sexual, mas da fragilidade de mulheres imigrantes que precisam permitir a violação do própriocorpo para manterem-se vivas, para conseguirem algum dinheiro. Isso não é somente uma característica da Guyane, mas das mulheres no mundo. Mais recentemente temos percebido isso com as mulheres de nacionalidade venezuelana, que tentam construir uma vida no Brasil, também... é uma questão de

políticas públicas e direitos humanos... de proteção às mulheres, que deve transcender as fronteiras nacionais.

Ramiro Esdras – Acho que todos concordamos que a Amazônia é o centro do mundo agora, a partir de diferentes perspectivas. Como mulher amazônida, você vislumbra possibilidades de estancar a derrubada da floresta sem a intervenção de outras nações?

Kátia Domingos – Nossa, Ramiro, isso tem nos preocupado muito, sei que a qualidade da vida que meus filhos e netos terão depende do que pudermos fazer agora. Estamos vivendo claramente diante de um cenário polêmico, de muitas incertezas. Sabemos hoje que não são poucas as potências mundiais descontentes com a forma política... a forma que o nosso governo brasileiro vê a exploração econômica na Amazônia. O próprio presidente defende a ampliação das atividades econômicas na nossa Amazônia, mas questionando a importância de adotar ações de proteção ambiental. Nossa! Eu não entendo esse homem... E, assim, no contexto em que nos referimos... em que vivemos agora, observando-se o atual cenário político e econômico do Brasil, infelizmente creio que uma intervenção de outros países é quase que inevitável... É questão de pouquíssimo tempo até que tenhamos um questionamento sério sobre a nossa soberania territorial. Não vejo o atual governo olhar com a seriedade devida para essa urgência. Neste sentido, o Brasil acabará por permitir que outros países interfiram em uma problemática que é nossa: resolver a questão econômica dos povos e populações amazônicas, claro, sempre de dentro pra fora; ouvindo as soluções que as próprias comunidades elaboram. Mas, resolver isso sem gerar uma crise ambiental para o mundo, em uma floresta que é nossa e que por isso, caberia a nós protegê-la... Nossa, fica cada vez mais difícil afirmar que a floresta é nossa, que foi nutrida por nossos antepassados, com tudo o que está acontecendo. Quando a gente bradava contra o desenvolvimentismo na Amazônia junto com os companheiros do movimento sindical, há muitos anos, nunca imaginamos que pudéssemos viver em um cenário como esse. Como amazônida, como amapaense, como mulher, eu sei que o tempo para resolver isso está esgotado e eu temo pelo que possa vir, se o nosso governo não retomar o caminho do equilíbrio.

(...)

Referências

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 2002. Convenção contra o Crime Organizado Transnacional. Disponível em: <http://www.onu.org.br/convencao-da-onu-contracrime-organizado-transnacional-comemora-10-anos/> Acesso em 13 de agosto de 2018.

SANTOS, Fabio. 2021. Unidos pelo rio, separados pela ponte: desigualdades entrelaçadas na fronteira franco-brasileira. Confins [On line], 51 | 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/39505> Acesso em 03 de janeiro de 2022.

SHELLEY, Louise. 2010. Human Trafficking: A Global Perspective. Cambridge University. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=XY8uJoYkNBsC&oi=fnd&pg=PR2&dq=Shelley,+Louise.+2010.+H> Acesso em 13 de novembro de 2020.



**Mobilização de atores para o Encontro Internacional
sobre Trabalho na Fronteira – Etapa Oiapoque/AP
Foto : Arquivo SINDSEP (2014)**

(Conteúdo das plenárias traduzidas em língua francesa)

**RENCONTRE INTERNATIONALE SUR TRAVAIL DECENT A LA FRONTIERE
BRESIL/ETAT DE L'AMAPA ET GUYANE FRANÇAISE.**

PRESENTATION.

Le rapport ci-présent est le resultat d'un énorme effort en traduction de témoignages émouvants de personnes vivants les difficultés naturelles et anthropiques de la frontière entre l'Amapá et la Guyane Française récupérés durant la I Rencontre internationale sur travail décent à la frontière réalisé par le Syndicat des Fonctionnaires Publiques Fédéraux Civils de l'Etat de l'Amapá.

Pour ressentir la chaleur des débats entre les amapéens et les guyanais - imbut du même désir de connaissance du monde social dans lequel ils vivent, mais de cultures, de formations scolaires et de croyances politiques différentes - le lecteur devra regarder le débat qui suit ce rapport, qui a été enregistré dans un vidéo-document annexé à cette revue.

Dans cette revue vous verrez l'enthousiasme des fonctionnaires publics qui enseignent, recherchent, défendent et protègent la vie à la frontière, de la même manière que des syndicalistes et des agents communautaires, engagés dans une éducation socio-politique d'un côté à l'autre des rivières d'Oiapoque (Frontière entre l'Amapá et la Guyane Française) et Maroni (Frontière entre la Guyane Française et le Suriname).

La préoccupation à être fidèles aux riches dialogues tissés durant la 'I Rencontre internationale sur le travail décent à la frontière', réalisée dans un premier moment dans à Macapá puis dans la commune d'Oiapoque, dans l'Etat de l'Amapá, en février et septembre de 2014, respectivement, cela permet aussi que vous participiez des contextes, dessinés à partir d'expériences personnelles et d'études dédiés sur les huit thèmes captivants ci-dessous, préalablement sélectionnés par les organisateurs de l'évènement.

- ✓ L'économie et la distribution de la rente comme projet de développement de l'Amazonie;
- ✓ La Souveraineté, l'Intégration et la solidarité de la Politique Externe;
- ✓ L'Immigration et le travail décent à la Frontière.
- ✓ La Reforme Agraire, L'agriculture Familiale et la Politique de l'Environnement;
- ✓ Le rôle du Fonctionnaire Public dans la procédure de développement (de la globalisation, de la postmodernité, de la scolarité, des ressources sociales et des inégalités);
- ✓ La jeunesse: Les perspectives et L'emploi (décent);
- ✓ La protection de la Santé des travailleurs(euse): la sécurité et la prévention;
- ✓ L'Education: Le droit de tous et toutes

On attend que ce petit essai et registre de différentes inquiétudes et opinions sur les dilemmes de la frontière entre l'Amapá et la Guyane Française stimule l'approfondissement de l'étude de cas par les gouvernements, les institutions d'enseignement et les organisations civiles, aussi bien brésiliennes que françaises, en faveur de la solidarité dans les relations interpersonnelles et interinstitutionnelles; et contribue encore pour le bon respect des droits de l'homme fondamentaux, inhérents à toute personne, historiquement ratifié par les deux pays auquel chaque habitant de la frontière a droit.

UNE RENCONTRE EN DEUX ETAPES

Avant de parler proprement sur la réalisation de la I Rencontre International sur le travail décent à la frontière il est pertinent de faire une brève explication sur l'espace géographique qui couvre cet événement, pour avoir une meilleure compréhension de l'importance et le besoin de cette action par le Syndicat des Fonctionnaires publics Fédéraux Civils de l'Etat de l'Amapá - SINDSEP/AP.

L'état de l'Amapá, de par sa localisation géographique, - extrême nord du Brésil, dans la région Amazonienne - Fait frontière avec la Guyane Française au nord, par la ville d'Oiapoque, à 600 km de la capitale amapéenne par la Route nationale 156 (BR 156), où il y a environ 450 km de route non goudronnée, il y a une forte

présence de populations indiennes - les Galibi Kalinã, les Galibi Marworno, Les Karipuna et les Palikur. La ville d'Oiapoque porte le même nom que la rivière qui la délimite à la frontière franco-brésilienne. Du côté Français la délimitation est Saint-Georges-de-L'Oyapock, une commune du département ultramarin de la Guyane Française, avec peu d'informations officielles disponibles, qui reçoit les immigrants. La Guyane Française est devenu un département Français en 1946, elle est considéré comme une partie de l'Union Européenne, elle a une zone territoriale de 83.500 km² avec une densité démographique de 2,5 hab/km² et une population d'environ 280.000 d'habitants.

En 2014, selon l'IBGE, Oiapoque a une population de 23.628 habitants, avec une densité démographique de 0,91 hab/km², dans une zone de 22.625 km². L'économie de la commune est basé sur les secteurs de services, de pêche et d'agriculture.

En considérant les numéros relatés du manque de respect de la dignité de la personne humaine dans une région de frontière très peu aidé par les politiques gouvernementales et marqué par l'inégalité - l'orpaillage, le trafic de personnes, d'armes et de drogues - la I Rencontre International sur le travail à la frontière fut réalisé par le secrétariat de relations internationales du SINDSEP-AP avec l'objectif de confronter les différents points de vue des amapaense et guyanais sur la réalité de la frontière, pour ensemble tisser des réflexions favorables aux nouvelles relations de travail, d'organisation, d'environnement, en d'autres termes, la qualité de vie de tous personnes se trouvant sur la frontière entre l'Apamá et la Guyane Française.

La 1^o partie de la I Rencontre internationale fut réalisé dans la capitale amapéenne, Macapá, le 21 février 2014, dans l'auditorium du Centre Culturel Franco-Amapaense, partenaire de cette activité, et a pu compter sur la présence, du juge **Gilberto Pinheiro**, le vice-recteur de l'université fédérale de l'Amapá **Antonio Filocreão**, le Procureur de justice du Amapá **Nicolau Crispino**, L'actuel député Fédéral **Dakva Figueiredo**, le Consul Français de l'Etat de l'Amapá **Jean-François Le Cornec**, L'ingénieur Sanitaire Français, **Benoit Van Gastel**, le Maître en Gestion de Ressources Naturelles et de Développement local de L'Amazonie par L'université Fédérale du Pará, **Elielson Pereira da Silva**, Le professeur du Cours d'Architecture et Urbanisme de l'UNIFAP, Maître **José Marcelo Medeiros**, Le représentant du Ministère du Développement Agricole de l'Amapá, **Nadielson Gonçalves**, Le président de la Central Unique des Travailleurs du l'Amapá (CUT/AP), **Geovane**

Grangeiro, L'éducatrice de l'école de Formation de Sindical Chico Mendes de l'Amazonie, **Thalita Neri Coelho**, Le chercheur de l'EMBRAPA, Docteur **Adriano Marini**, L'actuelle Directrice de l'Institut de l'Etat de Forêt de l'Amapá, **Ana Margarida Euler**, **Rosilene Pinheiro Palheta** et **Sulenir Soudine**, représentantes du Conseil de Citoyenneté Brésilienne de la Guyane, Le président du Conseil de l'Etat de la Santé du Amapá, **Roberto Bauer** et quelques secrétaires du gouvernement de l'état de l'Amapá, comme le secrétaire de Technologie et Science du Amapá, Professeur Docteur de l'Université Fédéral de L'Amapá **Antônio Cláudio Almeida de Carvalho**, Le secrétaire du Travail et de l'entrepreneuriat **Silvaldo da Brito** et le Directeur de l'Ecole d'Administration Publique du Amapá, Professeur Docteur **Adalberto Carvalho**.

La Diversité de Connaissances de ces Expositeurs permet au plénier, composé de secrétaires du SINDSEP/AP, d'universitaire, de fonctionnaire publiques de différentes branches, une riche synergie.

A Oiapoque, la conférence fut réalisée le 19 et 20 septembre 2014 à l'auditorium du Forum de la Justice et a pu compter avec de forte participation de quinze (15) français/guyanais liés au mouvement des droits de l'homme comme l'institut Colibris Guyane, la LDH (Ligue des Droits de l'Homme), Le comité inter mouvement auprès des évacués (CIMADE) et, la Fédération Syndical Unitaire. (cette réunion de premier ordre) fut possible grâce à la capacité de l'articulation de la Secrétaire adjoint des Relations Internationales du SINDSEP, **Katia Cilene Neres Domingues** qui, appuyé par les Franco-brésiliens Sulenir Soudine et par le Français Benoit Van Gastel, ces deux derniers résident à Cayenne, ont voyagé à Saint-Georges et à Cayenne et se sont réunis avec plusieurs représentants d'entités syndical et d'associations locales, en les invitant et en les motivant à participer.

Pour cette occasion la contribution de l'Université Fédérale de l'état de l'Amapá par l'entremise du Campus Binational d'Oiapoque s'est vu renforcer grâce au professeur Ramiro Esdras Carneiro Batista a été indispensable, car cela a permis la mobilisation des étudiants, du corps enseignant et de la population locale. Le nommé professeur a aussi aidé à la coordination de l'événement comme médiateur dans l'un des débats et a été le lien entre le SINDSEP/AP et le village indien Manga, permettant à l'équipe de professeurs du Centre Culturel Franco-Amapiense - coordonné par les Secrétaires du SINDSEP/AP Kátia Domingos (Relations internationales) et Neuziana Castro (Communication) - ont organisé un atelier

de personnalisation de tee-shirt pour 25(vingt-cinq) femme d'origine indiennes d'ethnie Karipuna.

il a été aussi fondamental la participation des agents publics et politiques locaux, comme le Secrétaire de l'agriculture de la ville d'Oyapoque monsieur **Genival da Silva Campos**; L'assistante Social de L'hôpital d'Oyapoque, **Ediellen Gardenha**; Le Promoteur de Justice et de Défense de la femme, **Neusa Borges**; Le représentant du conseil de Citoyenneté Brésilienne en Guyane, **Alan Ribeiro**; Le représentant autochtone **Davi Marworno**; les Professeurs de L'UNIFAP, **Gean-Carlo Livman Frebette**, **José Mauro Palhares**, **Ramiro Esdras Carneiro** e **Arnaldo José Ballarini**; Le représentant de l'Institut Chico Mendes de la Biodiversité d'Oyapoque, **Ivan Vasconcelos**, L'agent de la Police Fédérale, L'Agent de Liaison de Saint-Georges de L'oyapok de la Guyane Française **Luciano Brito Senna**; Le Commissaire de la Police civile d'Oyapoque, **César Augusto Vieira** et l'agent du Secrétariat des Revenues Fédérales, **Vagner Oliveira**.

De même importance qui sont partis de Macapá, dans la carave du SINSEP à Oyapoque: **Wardson Lustrino Borges** (EMBRAPA), **Cacia Ceres Evangelista** et **Marta do Socorro Oliveira** (Sindicat National des Travailleurs dans des Fondations Publiques Fédérales de la Géographie et de Statistiques - ASSIBGE), **Edvaldo de Azevedo Souza**, **Marco Antônio de Lima Nunes**, **Idelcy Maria dos Santos Nunes**, **Errolflyn de Souza Paixão**, **Hedoelson Silva Uchôa** (SINDSEP), **Geovane Granjeiro da Silva** (CUT), **Paulo Zab** (Espaço Ninho), **Wemerson Costa** et **Merlane Mikureto Tiriyo** (Juventude RECID), **Rita Helena Ferreira**, **Benedita Enilda** et **Maria Punho Gemaque** (Centro Cultural Franco Amapaense).

La traduction Simultanée des dialogues bilingues de la I Rencontre Internationale sur le travail à la frontière a été réalisée par la Maître en Linguistique appliquée **Josiane Ferreira da Silva** et par la Spécialiste en Education **Daniella Ramos**, qui étaient des Fonctionnaires du Centre Culturel Franco Amapien, partenaire dans cette activité.

Connaître, à partir du débat, les conditions de travail et les attentes des brésiliens et guyanais de la région frontière pour financer des projets de politiques publiques aux pays était le but de la I Conférence Internationale, une fois qu'il y a des deux côtés de différentes réalités économiques, sociales, politiques, culturelles et éducationnelles qui se mélangent et se complètent dans les relations tissées du côté brésiliens, et, parfois, qui se conflitent du côté français.

L'extension de la frontière et la difficulté de la surveiller ont eu pour résultats la création de beaucoup de voies clandestine et à la capture et déportation de beaucoup de brésiliens par la police française, surchargeant le service social du gouvernement amapéen, laissant des séquelles sociales.

Il y a des accords entre les Oiapoquéens dont le revenu du village est renforcé grâce à l'euro français, provenant du commerce avec les Guyanais du côté brésilien ou des activités illégales de transport fluvial, d'orpaillage, de prostitution de femme et de salle de spectacle ?

On a remarqué qu'il existe aussi bien du côté brésilien que du côté français des Organisations Civiles de protection des droits de l'homme et de l'environnement, ayant des objectifs en commun et des besoins d'échange avec des institutions de même principe. Il existe aussi des français de différentes institutions cherchant des partenariats avec des institutions gouvernementales et non-gouvernementales brésiliennes, il existe des brésiliens ayant la double citoyenneté préoccupés à établir des partenariats avec des français/guyanais dévoués à réduire les problèmes des immigrants. On distingue aussi l'échange d'expérience entre EMBRAPA/AP et l'institut Colibris Guyane sur la production d'aliments agro-écologique, qui est déjà en discussion avec les groupes macapéen Beija Flor, Espaço Ninho et RECID, aussi bien que la ligue des droits de l'homme de Cayenne, représentée par l'ingénieur sanitaire, Benoit Van Gastel, ajoutant les efforts des professeurs de l'Université Fédérale de l'Amapá, le Campus d'Oiapoque, en ce qui concerne l'échange d'informations pour le combat contre la fièvre *chikungunya*, qui est aussi transmise par le moustique *aedes aegypti*.

Aussi bien qu'au premier qu'au deuxième moment de la I Rencontre Internationale, le niveau de participation a dépassé les attentes de l'organisation, sommant environ 400 participants dans les deux moments.

LES CEREMONIES D'OUVERTURE

Les ouvertures cérémonielles des deux moments de la I Rencontre Internationale sur le travail à la Frontière ont été faites avec seulement des présentations de la culture amapéen, due aux difficultés de permettre la venue d'un quelconque groupe culturel guyannais à l'événement.

A Macapá le public a été reçu avec une joyeuse et divertissante satire des règles de grammaires brésiliennes, reconnu national et internationalement, appelé 'Seu portugua e a Língua Portuguesa'. Faite par deux acteurs amapéen Carlos Lima et Josiane Ferreira, provoquant de nombreux rire du public.

Dans l'intention de promouvoir et de socialiser ce qu'il y a de meilleur dans la culture amapaense et brésilienne, une danse typique de l'Amapá fut présentée, le Marabaixo, où le maître Jacundá, de la Communauté quilombola Campina Grande a amené le public à danser et chanter aux sons des harmonieuses caisses de percussions.

A Oiapoque, avant la composition de la table institutionnel et l'exécution des himnes brésilien, français et amapaense, le groupe de danse de l'Ecole Joaquim Caetano da Silva a eu l'opportunité de se présenter, avec la chorégraphie "Dança da Fronteira".

Pour saluer les participants, le Secrétaire Général du SINDSEP/AP Hedoelson Silva Uchôa, la Secrétaire de Relations Internationales Katia Cilene Neres Domingos et le président de la CUT Amapá Geovane Grageiro da Silva ont composé les tables d'ouverture **acompanné** d'invités Guyannais et Francobrésilens.

Dans un acte solennel durant la Conférence d'Oiapoque il fut distribué les Certificats de participation de l'atelier de personnalisation de chemises réalisé en partenariat avec le Centre Culturel du 15 au 18 septembre 2014 avec des femmes du village octhotone Manga, de l'éthnie Karipuna.

LE PROGRAME ET L'EFFORT DU RAPROCHEMENT INSTITUTIONEL TRANSFRONTIERE

La I Conférence International sur le travail à la Frontière fut idéalisée en 2012, par l'actuel Présidente de la CUT/AP et la secrétaire adjointe du Secrétariat de Relations Internationals du SINDSEP/AP, Benedita Odete Gomes Figueiredo, l'ayant enregistrée dans la planification Stratégique du SINDEP.

Son combat contre l'insalubrité, le harcèlement moral et sexuel, les salaires injustes, la dévalorisation du personnel et les difficultés d'accès à l'information continue, et pour un plus grand rapprochement du syndicat ayant pour base les travailleurs de la frontière de l'Etat de l'Amapá, continuent actifs sur les plans de la directorie du SINDSEP/AP après son décès le 12 octobre 2013 dans un naufrage qui a aussi emporté plusieurs compagnons très appréciés.

De cette manière, les thèmes sont apparus ayant pour base les expériences de combat de la directrice Benedicte Odete, qui comme présidente de la CUT/AP, s'est engagé dans le processus de formation de Dirigeant Syndicaux CUTistes de Norte sul du Amapá.

Devant un aussi grand et honorable idéal, l'action appelé "planification stratégique" - un des points fort vécu colectivement par la gestion du SINDSSEP - a concrétisé ce qu'était autant passionémanant rêvé. La planification de la I rencontre internationale sur le travail décent à la frontière a eu comme espace motivateur les reunions de la planification stratégique de l'actuelle administration, fut après longuement mûrie à Belem, du 06 au 08 septembre 2013, durant le II module du Cours de Formation d'instructeur de l'Ecole de Fortmation Syndical Chico Mendes de L'amazone - CUT, de laquelle ont participé et révé ensembles, les secrétaires Bénedita Odete et Katia Cilene Neres Domingues.

SYNTESES THEMATIQUES

Pour des questions didactiques nous avons choisi de rapporter les dialogues tissés pendant la I Rencontre Internationale sur le travail à la Frontière des perceptions locales jusqu'aux globales, des expériences empiriques par les scientifiques, en d'autres termes, à partir d'Oyapok, du fait qu'il y ait une rencontre binationale dans les aspects interinstitutionnels et socio-poliques.

LES THEMES

01 Les projets Economiques et la distribution de la rente comme prémisses du Développement de l'Amazonie

A Oyapoque, la rencontre a débuté avec le panneau "l'Economie et la distribution de la Rente à la Frontière entre l'Amapá et la Guyane Française". Les premiers à parler étaient en plus du Secrétaire adjoint du SINDSEP-AP, Mr. Erroflynn Paixã; le coordonnateur de l'institution Colibris Guyane, Professeur Cristoph Delamare; le président de l'association Commerciale d'Oyapok, l'entrepreneur Isaac Silva e Silva; et le Promoteur de Justice et de la Défense de la Femme; Mme Neuza Borges.

Dans les mots de l'entrepreneur **Isaias Silva**, l'espérance de l'**association Commerciale d'Oyapok** (ACOI) est de voir la plus grande organisation d'institutions locales pour garantir le développement économique et la distribution de la rente avec un travail digne dans la région, puisque *"la ville ne vit plus au coût d'orpillage et de services illégaux, et cherche une autre activité primaire qui subventionne l'économie de manière durable"*, a été affirmé. La ACOI, selon Isaias, compte avec le partenariat de la chambre du Commerce de la Guyane Française dans l'échange commercial, mais dépourvu d'un plan d'action transfrontière, élaboré et exécuté avec l'aide d'institutions d'étude et de recherche brésilienne, qui fréquemment les ont convoqués pour débattre le thème et n'ont pas encore réussi à viabiliser un plan économique durable pour la région.

Le Promoteur de Justice et de Défense de la Femme d'Oyapok, Mme Neuza Borges, a débuté son exposition en identifiant les branches d'activité qui génèrent l'économie de la ville d'Oyapok - les Services Publics, la Pêche artisanale et

maritime, l'agriculture familiale, L'orpallage illégal et l'exploitation sexuel de femmes - en soulignant les limitations géographiques et environnementaux de la ville pour le développement économique venant de l'industrie ou de l'agriculture - de grandes zones de protection environnemental (Parque National Montagne du Tucumaque et Cabo Orange). Elle a cité comme exemple restreint au développement local la difficulté du propre ministère de l'environnement pour implanter des digues à Oyapok, vu la difficulté d'obtenir du terrain n'appartenant pas aux zones de l'armée brésilienne - très grandes selon lui - aux parcs nationaux, ou aux zones de protections des fontaines.

Elle s'est arrêtée sur le problème d'exploitation sexuelle de femme, qu'elle estime faire partie de la grande exploitation de personnes dans l'orpillage illégal. Elle a cité qu'en relation au trafic international, les organes publics de la justice considèrent que l'Amapá/Oyapok/Cayenne une route d'exploitation de grande complexité, "... parce que l'exploitation sexuelle de femmes ne commence pas en dehors. Elle commence quand les femmes sont capturées dans leurs villes, généralement de petites villes de l'état du Pará, du Maranhão et du Amapá, elles passent par Oyapok pour aller en Guyane, au Suriname (en relevant que le Suriname est le plus cruel destin pour ces femmes), et même jusqu'en Europe.

Le Promoteur de Justice a mentionné encore les actions des Ministères Publics Fédéral et de l'Etat sur la frontière. Elle a lu un document disant que le Ministère Public Fédéral (MPF) en 2013 a dénoncé une brésilienne pour crime de détournement de mineurs de 2005 à 2008, dans les villes de Macapá, Laranjal do Jari et Oyapok, pour la prostitution dans des placers de la Guyane Française et du Suriname. La dénonciation dit que cette brésilienne payait les dépenses du voyage et maintenait les victimes en conditions de prostitution jusqu'à ce que la dette soit payée. Elle a affirmé que le Ministère Public de l'Etat joue un rôle important dans le contrôle des crimes contre des personnes, y compris les étrangers victimes d'un crime sur le territoire brésilien.

Pour elle la distribution du revenu dans la ville se repose sur le salaire des fonctionnaires publics, sur le commerce informel de rue, sur le transport fluvial, sur les programmes de revenu minimum, et dans beaucoup de travaux non légaux, qui ont besoin du rôle de l'Etat pour les éviter.

L'activiste de l'environnement Christoph Delamare a continué en expliquant la philosophie de l'institut Colibris Guyane, Intégrant du groupe français Colibri auquel

faisant parti, et créé à partir de la fable du colibri, qui devant un incendie de forêt volait entre un lac et le lieu de l'incendie emmenant de l'eau dans son bec croyant qu'en le faisant cela réduirait les flammes et motiverait les autres à le faire aussi.

Crée en 2007 en Guyane, le groupe Colibris Guyane a pour mission, selon les mots de Christoph, "préparer et accompagner la transition humaine, social et écologique à un nouveau modèle de société, de vie, qui commence à apparaître avec quelques initiatives, qui pour le moment difficiles de proposer et d'engager les citoyens à y faire part, parce que nous supposons que le changement d'habitude au quotidien... et, notre mission est d'être sur le terrain, et pas seulement dans une salle de réflexion thématique, mais avec des actions concrètes que sont les changements de paradigmes... notre activisme n'est pas pour protester contre le système, mais pour s'aider mutuellement, chacun ayant conscience des responsabilités sur l'équilibre de la vie aujourd'hui et pour les futures générations... parmi les principes que nous proposons comme les actions aux groupes, et qui peuvent être appliquées comme un contrat parmi les citoyens, le premier est une alimentation saine, parce que chaque personne peut en venir à être un cultivateur de sa propre alimentation et être libre, aussi bien en santé comme économiquement, en groupe... Un autre principe est l'éducation, qui a besoin de changer son paradigme et se demander "quels enfants nous allons pour notre planète" au lieu de se demander "quel planète nous allons laisser à nos enfants"... il est évident que nous devons nous questionner sur la manière éducative que cela est en train d'être appliqué.. nous avons encore l'énergie, le transport, la gouvernance et beaucoup d'autre chose dans tous le monde que ne sont pas encore en évidence comme ils le devraient... notre association a choisi la gouvernance de la sociocratie, avec des communications à un niveau horizontal (et pas pyramidal), et une économie à niveau local, une économie solidaire... nous proposons de réorganiser l'économie, de produire et de consommer localement, dans des systèmes de solidarité, déjà vu en Angleterre et dans d'autres pays où le citoyen cultive dans des espaces publics pour que beaucoup puissent se servir... chacun agissant pour cela échappe au pouvoir économique basé sur l'argent... Ces initiatives commencent à gagner du corps en Europe, et montre qu'une autre économie est possible".

Cristoph Delamare a rappelé le besoin de s'opposer à tout ce qui est individualiste, impersonnel, et qui conduit à la compétition, comme aussi le besoin de cultiver des partenariats et de lire sur ces concepts parce que nous ne trouvons pas

chez les médias. Il a terminé en remerciant l'opportunité de l'échange des idées sur un autre monde possible dans une rencontre frontalière.

La contribution de l'assemblée à commencer par le Secrétaire Adjoint des actions juridiques du SINFSEP Evaldo Azevedo, qui a élogié l'initiative de l'institution Colibri Guyane, mais a réfuté le discours du développement durable local ayant pour base ses observations de la situation économique des vendeurs de châtaigne du sud de l'Apamá, et a fait trois questions aux exposants :

1° questions : L'exploration sexuelle et les placers, bien qu'illégal, est un travail décent ou indécent ? (pas du point de vue moral ou social, mais du point de vue de rentabilité pour Oiapoque)

Le promoteur de justice Neuza a répondu à partir de la classification de l'Organisation Internationale du travail qui défend les conditions dignes de travail et de salaire : " il y a une liberté de choix, comme travailler comme prostituée, ce n'est pas un crime. Le crime est d'exploiter le travailleur, de contraindre les personnes à des travaux indécents, sans soutien privée de protection légale.

2° question : En considérant l'expérience d'une ville d'Afrique du Sud, qui a réduit considérablement son taux de pauvreté, de prostitution et de trafic de drogues en définissant une partie de la ville pour la construction de Casinos et sa conséquente attraction touristique, question principale des Entrepreneurs, si cela n'était pas une alternative à la ville d'Oiapoque qui était sur le point d'inaugurer un pont binational se avec un pays ayant une très forte monnaie comme l'Euro.

Dans la vision de l'Entrepreneur Isaias, la ville a d'autres potentiels économiques qui peuvent être exploités de manière saine aussi bien pour l'économie de la ville que pour la qualité de vie de ses habitants. "...Les pierres concassées, la pèche, les parcs écologiques sont des potentiels à Oiapoque et peuvent remplacer cette réalité de prostitution, héritée de l'époque de la minération d'or.

Le Conseil de la Rivière d'Oiapoque, composé par des organes publics et des entités importantes des deux pays, créé depuis un certain moment pour aider la commission mixte des gouvernements brésilien et français pourra aussi donner d'excellent fruit dans sa vision. La découverte du prétole sur la côte maritime amapaen est une autre possibilité.

3° Question : Quelle est l'influence de l'économie d'Oiapoque à Cayenne et de l'économie de Cayenne à Oiapoque ?

Pour Erroflynn Paixão, Secrétaire Général Adjoint du SINDSEP/AP, qui a participé aussi bien à Macapá qu'à Oiapoque comme expositeur de ce thème, l'économie d'Oiapoque et de l'Amapá, comme la plupart des États périphériques, dépende des intérêts des corporations financières internationales. Il a cité l'exemple de la construction de la base de lancement spatial de Kourou, qui fut l'unique projet français entrepris en Guyane à recruter des travailleurs de manière officielle, créant des rêves de travail bien payés, mais qui fut de courte durée. Pour lui l'économie de Cayenne n'a besoin des brésiliens que dans les intérêts stratégiques de la France comme la Guyane se bénéficie de la clandestinité des brésiliens pour effectuer des petits boulots.

Dans son exposition il a mis l'accent sur des groupes politiques de coopération internationale - G7, BRICS, G20 - dans la (des)organisation géopolitique mondiale, et la participation du Brésil dans ce contexte, qui affecte directement les relations sociales et professionnelles locales. En considérant la frontière avec la Guyane Française, la France est un membre du G7 pendant que le Brésil, pour être un pays émergent se structure politiquement depuis 2011 avec d'autres pays comme : La Chine, L'Inde, La Russie et l'Afrique du sud (BRICS), discordant des décisions du fonds monétaire international - le FMI, et la banque mondiale (organismes financiers du G7) qui a pour devise " c'est l'argent qui génère de l'argent" et pas le travail comme source de développement. "...actuellement, pour cette pensée, il n'y a pas de distribution de rente, il y a le contraire, plus de concentration de rente dans les mains d'une minorité, obligeant les travailleurs à s'organiser plus, pour intervenir dans les décisions des gouvernements nationaux. Le Brésil est leader du MERCOSUL, qui est une autre stratégie de développement régional des pays d'Amérique du Sud, et qui a besoin d'appui de l'ensemble de la classe des travailleurs pour ne pas être vaincue par les États-Unis, qui a déjà essayé avec l'ALCA - Zone Libre de Commerce des Amériques (Areas de Livre Comercio das Américas) - et maintenant qui parie sur L'Alliance du Pacifique".

Durant la rencontre de Macapá, Erroflynn Paixão s'est risqué à dire que "La concentration de la richesse est un facteur de grande dégradation et d'appauvrissement des peuples, y compris ceux des pays riches qui ont récemment vu la subjugation de leur gouvernement aux grandes puissances économiques planétaires... les nombreux artifices de ces accumulateurs de richesse ont réussi à bloquer les États Nationaux".

Selon lui la pression faite par les multinationnelles sur le congrès national est la cause de la perte des droits de la classe des travailleurs, même si le Président est réussi à payer la dette brésilienne avec le FMI cela n'a pas suffi car pendant que celle-ci était payable, la "dette publique", qui oblige le gouvernement à réduire les dépenses du budget de l'Union, est dite comme impayable.

Pour lui, la vocation extractive durable de l'Amazonie et la provision de l'infrastructure appropriée pour son avancement ont besoin d'être priorisés dans les projets de développement des gouvernements. "Encore heureux que même après 30 ans CUT continue sa lutte pour la défense du Brésil et des brésiliens", conclut Errolfynn.

Francis Trisch, Directeur d'un centre de formation professionnelle privée en activité avec 09 département de la Guyane - Equinoxe Guyane -, a félicité les organisateurs de la Rencontre en considérant l'importance de l'initiative dans une région géostratégique de l'Amérique du Sud, avec une partie de l'Europe, qui est la Guyane, ayant des problèmes égaux et avec des extrêmes contrastes entre pauvres et riches. Pour lui, "ce n'est pas parce que nous avons une rivière entre nous, que les problèmes sont différents sur les frontières". ... "la Guyane est, peut-être, un peu plus développé en relation à l'Amapá, mais il y a un contraste extrême de personnes très riches et de personnes très pauvres habitant la même ville... nous avons une forêt primaire, nous avons la richesse des cultures indiennes. Créole, métropolitaine et nous ne faisons rien avec ça. ... grâce à des initiatives comme celle-ci, grâce au mouvement Colibris, Grâce au SINDSEP, grâce à Cut, nous pouvons être des initiateurs de projets pour renforcer cette proposition... il est bon même que la Guyane 1^{ère} (chaîne de télévision de la Guyane) soit en train de filmer pour montrer que nous pouvons faire des choses extraordinaires". Conclut-il.

La Guyanaise, professeure de Portugais, Denis Bellois aux a rajouté sur le niveau de développement de l'Etat de l'Amapá et de la Guyane, n'étant pas d'accord avec son collègue français Francis Trisch que le département de la Guyane Française est un peu plus développé que l'Amapá. Pour Bellois aux la différence est que l'Etat de l'Amapá a une structure autonome administrative qui lui permet de produire et de distribuer la production sur son territoire, pendant qu'en Guyane il n'a suffi que de deux semaines de grève des spécialistes du Port de Dégrad des Cannes (où les produits de consommation de la Guyane française arrivent), pour que la population de la Guyane commence à être affamée." nous n'avons pas une

production capable de soutenir la population de la Guyane Française... Les personnes qui arrivent à obtenir des aliments pendant une telle grève, sont les personnes qui habitent près de la rivière, au bord de la rivière Maroni et de la rivière d'Oyapock".

Un autre exemple de non durabilité de Cayenne a été remarqué, selon Belloisiaux, quand le propre tribunal de Cayene (L'administration française) a employé des clandestins pour rénover son bâtiment : "... cela veut dire que les propres juges qui jugent les entreprises pour employer des personnes non déclarées, avaient des personnes illégales travaillant au tribunal."

Sur l'exploitation sexuelle de Cayene, selon Dennis, avec la mondialisation et la technologie les personnes qui travaillent dans ce milieu n'ont plus besoin d'aller à Oyapoque pour recruter des femmes : "...maintenant, une personne étrangère, et je vois beaucoup de jeunes personnes dans ce commerce, téléphone à des personnes d'Oyapoque en début de soirée, et marque des rendez-vous, et là vous voyez des jeunes commençant à travailler dans ce milieu. Cette manière d'agir existe et est en train de se propager... les femmes qui étaient dans la prostitution à Cayenne, ne restent plus à Cayenne, elles vont en Europe, elles vont à Madrid, à Barcelone, en Allemagne parce qu'elles peuvent gagner trois fois plus qu'en Guyane. Actuellement ; la plupart des femmes adultes travaillant dans la prostitution en Guyane Française viennent de Saint-Domingue (République Dominicaine)."

Pendant la rencontre de Macapá, l'approche du thème a été " la Macroéconomie et L'Amazonie, avec la distribution des revenus", fait par le Vice-recteur de l'UNIFAP, Docteur Antonio Filicreão; par le Maître en Gestion de Ressources Naturelles et Développement local dans l'Amazonie, Elielson Pereira da Silva; par la représentante de la Chambre de Commerce International de France, Sophie Lamaire; et par le Secrétaire Général Adjoint du SINDSEP, Errolflynn Paixão.

Le Docteur Filicreão a mis le point sur l'inégalité économique caractéristique de la mondialisation et de la position brésilienne du scénario économique mondial. De son point de vue, la concentration capitaliste fait de l'Amazonie une victime en visant l'exploitation de ses ressources naturelles empêchant de ce fait son développement durable.

Concentrant 25 Millions de personnes vivant dans des villes ayant une infrastructure précaire - installations sanitaires basiques, éducation, hopitaux - L'Amazonie compte sur un petit pourcentage de revenu national et d'infimes

investissements en Science et Technologie etce malgré les beaux discours du gouvernement visant à priorisé l'Amazonie comme patrimoine naturel.

L'optimisme du chercheur Filocrão, sur une Amazonie développée sous les principes de la distribution des revenus, se nourrit dans la lutte de la résistance et des conquêtes faites par le peuple cubain malgré les hostilités et les embargos économiques, imposés par les Etats-unis, ils ont atteint de grand avancement en politique publiques d'éducation et de santé, et ont aussi un taux élevé de développement humain et préservation de leurs ressources naturelles, le contraire de ce qui se passe dans les pays développés sous les directives du capitalisme.

Pour lui, la résistance cubaine aux "exigences du marché" a garanti une production d'aliments organiques (libre des griffes des multinationales des agrotexes) qui s'est reflétée positivement sur la santé du son peuple.

Le maître en Gestion de Ressources Naturelles et de Développement local dans l'Amazonie, **Elieleon Pereira da Silva**, a fait une approche du thème à partir de trois aspects structurant, fondamentaux selon lui, pour le développement de la région amazonienne :

✓ L'Energie Electrique : "...si toutes les usines en construction et qui vont être construites sur les rivières de l'Amazonie ne sont là que pour répondre aux besoins régionaux, l'Amazonie se développerait. Il se passe que toute l'énergie produite est vendue à d'autres Etats sans même un retour aux Etats producteurs". Elielson est tout simplement désolé que la région nord continue juste à exporter des matières premières sans produire du travail/des revenus aux habitants de la région.

✓ La Richesse Minérale ; "... Ce deuxième aspect laisse des engagements économiques et environnementaux aux populations amazoniques, l'exemple du manganèse dans le territoire amaparien, de l'or en divers villes du Pará et à la frontière de l'Amapá avec la Guyane Française, et d'autres précieux minéraux qui avec une législation minérale juste auraient pu favoriser une meilleure distribution des revenus aux travailleurs et à la société en général". En contestant l'actuel modèle de développement de l'Amazonie, le chercheur paraguayen a relaté de nombreux problèmes sociaux dû au projet Carajás, qui allait amplifier sa zone d'exploitation minière sans considérer la vie des peuples indiens vivant de façon séculaire dans la région.

Selon lui, le sous-sol amazonique est complètement cartographié par les entreprises de minération multinationales pour être exploité sans aucun contrôle de l'Etat brésilien et sans aucun retour économique pour ceux qui y vivent.

✓ La préservation de l'environnement : "... Celui-ci a été un aspect sans importance dans les projets d'exploitation des richesses naturelles de la région amazonique, malgré la fragilité de ce biome et de la menace de la vie sur terre que sa destruction représente." Eleilson a montré comme étant la plus grande attaque au développement durable de l'Amazonie et du Brésil l'arculation sur le banc ruraliste au congrès national qui a impossibilité un code Florestier de d fence de la souverain t  nationale.

La dernière expositrice de la rencontre de Macapá fut la représentante de la Chambre de Commerce international de la France, **Sophie Lamaire** qui après avoir salué le public, a remercié l'organisation de l' v nement et à expliquer les fondements de la Chambre de Commerce, elle a informé sur un projet pour d'implantation d'un bureau de l'institution sur la frontière Brésil-Guyane pour faciliter la communication avec les commerçants brésiliens, et par conséquence, les transaction commerciales entre les deux pays.

LES INTERVENTIONS DE L'ASSEMBLEE/DU DEBAT A MACAPA

- ✓ **Edvaldo de Azevedo (Meré)** - "j'aimerais commenter sur le retard économique de mon Etat que vous avez abordé, principalement par mon illustre collègue Filocreão... Nous n'avons jamais fait face à tous ces problèmes car nous, moi y compris, nous sommes « froussards », parce que nous continuons avec notre politiquement correcte, parce que nous entrons dans la vague des ONG's qui disent que mon Etat doit rester comme il est, sans exploiter ses richesses minérales, le bois que nous avons. Donc je questionne : comment profiter au mieux de ce potentiel qui ne peut qu'améliorer la vie de notre peuple ? La Science et la Technologie sont ici et ne vont pas être exploitées au mieux à notre faveur ? J'insiste que nous ne devrions pas écouter ces écologistes et en profiter, parce que les agriculteurs et les riverains de mon Etat continuent dans la misère. JE suis d'accord avec l'un d'entre vous quand il a dit que le manque de pouvoir politiques dans l'Amazonie dans le scénario national, pour que ce ne soient pas les autres à décider sur ce qu'il faut faire avec notre richesse.
- ✓ **Katia Mendonça**, secrétaire de la formation de CUT/AP et présidente du conseil de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle de l'Amapá : "... en tant que présidente du Conseil de Sécurité Alimentaire et Nutritionnel de l'Amapá je me demande comment nous, fils de l'Amazonie, nous ne discutons pas sur le biome amazonien ? ..., dans une rencontre nationale que j'aie participé le débat portait sur le sentiment des centres urbains et le peu de voix amazoniques. Je crois que nous devons débattre plus sur ces problèmes car c'est impossible de développer l'Amazonie avec de vieilles pratiques, sans considérer son biome... En 2014 c'était l'année internationale de l'agriculture familiale ayant pour but de l'introduire dans l'ordre du jour des gouvernements le besoin de plus d'investissement dans la Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle, et des garanties travailistes pour les familles d'agriculteurs.
- ✓ **Jorge Penha** : "...nous voyons beaucoup de critiques aux constructions des usines hydroélectriques, donc je demande à Elielson : et les autres modèles de production d'énergie - l'énergie éolienne, solaire - elle peuvent surpasser la quantité d'énergie qui justifie la construction des barrages ?"

REPONSES DES DEBATANT

Filocreão: "Je vais essayer de répondre à partir d'une conception idéologique: Le problème est politique, ou meilleur, économique, parce que la représentativité politique de la région amazonique est trop petite pour la défendre de la ganace des capitaliste, qui a de grand interrés pour ses richesses. Autre problème, nous n'avons pas encore toute la capacité technique pour produire d'autres instruments, moins prédateurs, pour l'usage de ces richesses, en diminuant les diffences régionales.

Errolflyn Paixão a rajouté en expliquant la rébellion des fonctionnaires qui construisent l'hydroelectrique de Ferreira Gomes, et qui continuent emprisonnés dans le IAPEM parce que ils ont fait grève pour de meilleurs conditions de travail. "Quel type de développement c'est pour ne pas respecter les droits des travailleurs" s'épencha-t-il.

Elielson: "Nous avons besoin de nous libérer de deux etiquettes, celle de " pauvre enfant" et celle de "nous cherchons à construire un projet pour l'Amazonie". Maintenant, que avons déjà plusieurs projets bien élaborés pour l'Amazonie, construit par diverses "tête", des universités, du mouvement sindical et social, des politiciens et des entrepreneurs qui n'ont besoin que d'être mis en oeuvre. Le plan Amazonie rentable est un bon plan qui est tombé dans l'oublie. Le Code Forestier dans son 1° article il atribut à l'Etat brésilien la defence des fôret pour que tous les brésiliens puissent en jouir.

02 SOUVERAINETE, INTEGRATION ET SOLIDARITE DANS LA POLITIQUE EXTERNE

A Oiapoque furent convoqué pour contribuer aux réflexions sur " la Souveraineté, l'Intégration et la Solidarité dans la Politique Externe" le professeur Docteur de L'UNIFAP (Université Fédéral de L'Amapá) Gean-Carlo Livman Frabetti: le Directeur de l'institution française CIMADE: Protection et Droits des Etrangers, Marc Bodin: et le technicien de l'EMBRAPA Wardsn Lustrino Borges.

Gean-Carlo a analysé la relation binationale sous le prisme d'intégration, ou meilleur, "de l'intégration intégrateur comme facteur de desingrétation". Cette pensée vient de sa participation à la 1^o reunion de groupes thématiques du conceil de la rivière d'Oiapoque, du coté brésilien, réalisé les 22 et 23 Octobre 2013, au Musée Kuahi et de ses pensées sur "la vie des peuples indiens qui depuis des décénies transitent sur toute la frontière, en créant des relation familières et commerciales (spécialement dans la culture du manioc), transcendant la frontière politico-administrative et en caracterisant une région du domaine de la nature, de la culture, de parenté, donc le flux des relations transfrontières indépandante jusqu'à aujourd'hui, en accord institutionnelles, se fait principalement par la rivière.

Pour Gean-Carlo, les accords et les documents pensés et élaborés à partir de divers forums de débats, séminaires, rencontres entre institutions amapens et guyanais (Brésil et ité) et qui vient réguler cette relation, ont l'intention de restreindre geographiquement les relations transfrontières (qui se font sur toute l'extension de la rivière d'Oiapoque, par des habitudes, de la cohabitation, de l'approbation de l'espace) en les remplaçant par des interrés de souveraineté administrative des Etats.

Les conflits générés, principalement par l'augmentation du flux de travailleurs brésiliens sur la frontière, comme les orpailleurs, obligent les gouvernements à faire des accords de coopération pour mettre fin au flux migratoire sur la frontière, qui se fait encore par la rivière, en le restreignant par la contruction du pont binational. "...je crois que le flux des relations transfrontières se faisant par la rivière préoccupe l'Etat car il est difficil de controler les conflits de circulation fluviale, d'où le pont, comme une imposition normative pour garantir la souveraineté territorial de certaines politiques, qui sont pour moi, très peu humanitaire, contradictoires aux droits de l'homme sur la frontière... la mondialisation de l'économie est le capital qui a un libre

accès aux frontières, pas e travail, qui souffre des restrictions à chaque fois plus dures,... les exigences du capital détruisent les relations horizontales pour répondre à des intérêts de la verticalité, comme dirait le Professeur Milton Santos... de fait Oiapoque est inséré dans la logique d'espace des flux du capital, qui exige sa propre normatisation, restrictif, qui détruit et criminalise les relations de parentés construites depuis longtemps, pour laisser place aux flux internationaux de marchandises. ... cette logique (avec la construction du pont binational) vise le rapprochement des pôles économiques, avec l'articulation pont-route-ports".

Devant cette question "pourquoi et pour qui la mondialisation a été inventée ?" faite par le Secrétaire du SINDSEP Edvaldo Azevedo, après avoir contesté l'existence de l'intégration et de la solidarité entre les peuples "souverains, le professeur Gean-Carlo a mis l'accent sur le fait que le Capital ne s'intéresse pas aux conditions de super-exploitation des orpailleurs à la frontière, mais plutôt aux à l'or extrait. Donc, la mondialisation ne sert qu'à universaliser le profit, et pas les droits des travailleurs. "la Globalisation ne conduit qu'à la perversité", conclut-il.

En répondant à la question de la fonctionnaire publique de l'IBGE Marta Oliveira, le professeur Gean-Carlo approfondit les réflexions sur l'horizontabilité et la verticalité: "...donc, le professeur Milton Santos, qui est un géographe, propose le terme d'Horizontabilité pour ceux que Bellois aux a dit sur la circulation des surinamiens entre la Guyane et le Suriname, pendant que la Verticalité fait référence aux conditions imposées par les technocrates aux relations vécues horizontalement dans un espace imaginaire séparé par la souveraineté des nations. C'est pour cela que je considère que le pont-port-route est un obstacle à l'intégration construite depuis des décennies. La désintégration des horizontabilités."

Intégrant de l'institution de Protection des Droits des Etrangers - CIMADE, en Guyane, Marc Bodin qui après le Professeur Gean-Carlo a présenté quelques éléments importants pour la compréhension du sentiment humaniste français présent à la frontière de la rivière d'Oiapoque.

Marc Bodin a dit que le droit du travailleur français est la base du travail de la CIMADE dans la défense du travailleur immigré en Guyane (où ces droits sont encore refusés) parce que la CIMADE s'intéresse à respecter les droits de l'homme et du travailleur, mais comme le nombre d'immigré est trop grand en Guyane (brésiliens, surinamiens et haïtiens), et pour ne pas avoir de document de régularisation - La carte de séjour - ils sont, malheureusement, utiles aux petits boulots

les plus difficiles: "...et c'est ici que nous travaillons, ensemble avec ces travailleurs, orientés pour qu'ils arrivent à avoir leur documents, en accueillant et en aidant leurs familles et en offrant certaines conditions pour qu'ils puissent vivre dans de bonnes conditions en Guyane française... parce que nous savons que ces personnes sont poussés à aller dans un autre pays à cause des difficultés économiques, et il faut que les accords transfrontières considèrent la réalité de la frontière.

En réponse à la question de Marta Oliveira quant à la possibilité de flexibilité des lois européennes favorable aux immigrants sur la frontière avec la Guyane Française, Marc Bodin a dit qu'il considère malhonnête la manière d'utiliser comme main d'œuvre des travailleurs illégaux sans que les responsables de l'entreprise soient pénalisés pour cela. Il a dit qu'il connaissait les situations dans lesquelles les immigrants étaient retirés de leur local de travail (en général des travaux de construction civil) et déportés, sans rien recevoir, parce qu'il n'avaient pas de document français. "... il y a une certaine hypocrisie dans tout cela car ces immigrants aident grandement à l'économie de la Guyane, et il nous faut donner une attention particulière à cette question, et l'Association cherche à faire un travail en accord avec le pouvoir public, avec le gouvernement, avec qui décide... nous aussi débatons sur le territoire, qui influence ces questions. Completa-t-il.

Le guyanais Denis Bellois aux était d'accord avec le secrétaire Evaldo Azevedo en relation à la déflation des termes "Souveraineté, Intégration et Solidarité", dans les relations internationales et en relevant des contradictions du Département Français dans le traitement aux immigrants: "... la Guyane, qui a une limite de l'attribution du Portugal, a été transformée en Département en 1946... bien avant, les peuples quilombolas, descendant d'Africain qui fuyaient les plantations du Suriname, s'établissent au bord de la rivière Maroni, qui, si je me souviens bien, comme la rivière Oiapoque, a 500km d'extension et est considéré par la France, jusqu'à aujourd'hui, comme une rivière innavigable, mais, depuis longtemps les peuples se communiquaient aussi par la rivière Maroni, avec les Surinamiens, que par l'Oiapoque, avec les Indiens... et ces peuples guerriers, les quilombolas du Suriname qui sont établis en Guyane Française n'acceptent pas les exigences du passeport pour traverser la rivière Maroni parce qu'ils ont des parents des deux côtés en Guyane comme au Suriname. Au contraire de moi [sic], native de Martinique, enraciné en Guyane, je dois attendre pour signer le contrôle de la douane pour traverser la rivière Maroni et arriver à la frontière du Suriname... La population de la

Guyane Française est petite, au dernier recensement populationnel nous avons constaté qu'il y avait environ 280 000 habitants... il y a deux ans en arrière un grand professeur a parlé durant un cours pour des professeurs des caraïbes que les camions brésiliens, ne pourront pas arriver jusqu'au côté Français du pont binational (Brésil-Guyane) car les Créoles de la Guyane n'ont pas le pouvoir politique pour garantir le passage, la Guyane n'a pas de pouvoir de décision. La Guyane obéit à la France et la France obéit à l'Union européenne. Donc les biens (les marchandises) que nous avons besoin devront être repassés aux camions Français du l'autre côté du pont pour qu'elles arrivent à Cayenne. Il y a aussi certains produits, principalement de l'agriculture, comme de l'entreprise Monsanto, qui sont interdits d'entrer en France et dans les autres territoires Français. Et comment ça va se passer, si nous, les créoles natifs de la Guyane, n'avons aucun pouvoir décisifs pour laisser entrer les camions brésiliens avec leurs marchandises?" demandait-il.

La réflexion du technicien de L'EMBRAPA/AP, Wardson Borges, a pour thème à partir du principe de que "modernisé ou évoluer consiste à introduire des améliorations en considérant la réalité de l'environnement et social local, qui dépasse l'idée de la verticalisation - la mise en œuvre de politiques publiques de haut en bas, sans écouter la société, en copiant des modèles venant d'autres pays, et qui laissent plusieurs problèmes, aussi bien dans le milieu rural que dans le milieu urbain - parce que les systèmes sont intégrés".

Quant à l'intégration et à la solidarité dans la politique externe, Wardson a exposé quelques travaux réalisés à la frontière par l'EMBRAPA qui priorisent la solidarité et la coopération participative, comme le "projet interagir", qui a comme objectif de encourager la transférence de technologie pour les familles d'agriculteurs de l'Etat de l'Amapá à travers d'actions de recherche, de développement et d'extension rural, en visant l'amélioration des conditions de vie des agriculteurs et la conservation des ressources naturelles, et qui aide l'échange de pratiques agroécologiques entre les familles d'agriculteurs amapiens, guyanais et surinamiens. En plus des visites d'agriculteurs guyanais au centre de recherche Agroforestier de l'EMBRAPA à Macapá (Coopératives de producteurs biologiques de la Guyane Française), la Coopérative de producteurs bio-savane de la Guyane Française a visité en 2013 le Centre de formation de technologie et agroécologique de l'EMBRAPA de l'Etat de l'Acre.

Il a expliqué des photos du projet "ABC des familles de Fruticulture dans les Communautés indiennes d'Oiapoque: Açai, Banane et Citrus", réalisé avec des indiens de la région, en partenariat avec la FUNAI, qui aide dans la réflexion du thème en question et principalement renforce le besoin de renforcement de l'organisation social au profit de politiques publiques consonantes aux besoins communautaire et du respect à la nature.

devant cette question Edvaldo Azevedo (Comment c'est possible d'intégrer la Guyane et Oiapoque, du point de vue de la recherche de l'agriculture familiale, si il n'y a pas d'effectivité des recherches de l'EMBRAPA dans l'altération des conditions de vie de l'agriculteur amapens?) Wardon a répondu que l'EMBRAPA a travaillé pour stimuler les politiques publiques facilitent aux familles d'agriculteurs l'accès aux technologies d'amélioration de la production. Pour lui, le modèle agraire concentrateur de terre et de richesse, de base exportatrice et, ayant pour mots d'ordre « la révolution verte » empêche l'intégration effective des efforts pro-solidaire dans la politique externe. En plus de cela, l'Amapá a un niveau très peu élevé d'organisation sociale et très peu de politiques publiques du gouvernement pour en ce qui concernent les réformes agraires, les riverains, les indiens, les familles d'agriculteur, où l'EMBRAPA peut contribuer avec ses recherches technologiques.

Pendant la rencontre de Macapá un autre chercheur de l'EMBRAPA, **Adriano Marini** avait montré la viabilisation économique des familles d'agriculteurs dans l'Amapá en se basant sur le travail fait par son entreprise et les familles d'agriculteurs amapaens pour que ces familles puissent rester confortablement dans la zone rurale. Il a aussi mis l'accent sur le partenariat de l'EMBRAPA avec le Secrétariat du Développement Rural de l'Amapá dans l'expansion du système intégré de production agro écologique (Système Bragantino pour l'EMBRAPA), où est disponible aux familles d'agriculteurs différentes variétés de maniocs, ayant une plus grande rendement et rentabilité.

A Macapá ce thème a reçu aussi une contribution de la Présidente du Conseil de Citoyenneté Brésilienne en Guyane, **Rosilene do Socorro Pinheiro Palheta**, du Procureur de Justice de l'Amapá, **Nicolau Crispino**, et de plusieurs syndicalistes qui ont partagé leurs expériences.

Rosilene Palheta, Une amapaenne licenciée en Lettres, mariée avec un brésilien qui travaille comme maçon à Cayenne et avec deux enfants ayant la double nationalité, se consacre à mobiliser les brésiliens habitant en Guyane pour organiser

et dénoncer les discriminations souffertes. Elle fait partie du Conseil de Citoyenneté Brésilienne à Cayenne et son travail atteint aussi les initiatives du gouvernement Brésilien dans le territoire français, comme la participation volontaire dans le diagnostic des Brésiliens sous-scolarisés pour participé à l'Examen National pour la Certification des Compétences des Jeunes et Adultes brésiliens habitant à l'étranger.

– ENCCEJA, sous la responsabilité de l'Institution National de Recherche Educationnelles Anísio Teiseixa – INEP, l'articulation par le vice-consul du Brésil à Cayenne avec le Centre Culturel Franco Amapaen et en partenariat avec le Centre d'Education de Jeunes et Adultes du Secrétariat d'Education de l'Etat et de la Culture de l'Amapá.

Rosilene Palheta s'est plaint du temps que le Secrétariat d'Education de l'Amapá pour signer les accords de coopérations proposés par l'INEP, en accréditant le SEED à certifier les brésiliens approuvés dans l'ENCCEJA/Guyane Française. Elle a suggéré que la certification des brésiliens(ne) approuvés(e) soit faite par l'Etat de l'Amapá puisque que la distance géographique entre Guyane et Brasilia rend difficile l'aller de l'INEP en Guyane.

En insistant dans la recherche de l'appui du Conseil, dans lequel elle participe comme conseillère depuis 2013, Rosilene a terminé avec la phrase suivante : « les autorités brésiliennes ne peuvent pas oublier les brésiliens qui, légalement ou pas, vivent en dehors du Brésil. Nous sommes Brésiliens et nous n'abandonnons jamais ».

Prenant l'opportunité, le syndicaliste Marcos Nunes a proposé une collète de signatures avec les participants pour faire pression le Secrétariat d'Education de l'Etat à signer l'accord de coopération proposé par l'INEP, et l'actuelle Directrice du Centre Culturel Franco Amapaen, Josiane Ferreira, a proposé la création d'un Centre de d'accueil pour les brésiliens qui ont été expulsés de Cayenne ou pour les Guyanais de passage dans l'Amapá, puisque qu'elle reçoit, fréquemment des demande d'aide et qu'elle ne peut rien y faire.

En abordant le thème, le Promoteur de Justice Nicolau Crispino qui remplaçait le juge Gilberto Pinheiro durant cette rencontre, a expliqué les relations Brésil-France, qui selon lui ont toujours été de souveraineté et progressiste, même quand ce dernier, qui a bloqué l'avancement des français dans les terres du nord du Brésil quand le conflit autour de l'orpaillage fut résolu par le président du côté Suisse Walter Hausser le 1^o décembre 1900.

Il a assuré que comme dans le passé, les accords sont ratifiés pour garantir que l'ordre à la frontière, où l'orpaillage illégal créé beaucoup de conflits sociaux et environnemental. Par l'Accord Brésil – France n°425 de 2013, les deux pays devront combattre ensemble contre l'orpaillage illégal, dans une zone de 150 kilomètres de chaque côté de la frontière – Guyane Française et Amapá, ont établie « l'implantation des mesures nécessaires pour combattre toute activité d'extraction illégal et de commercialisation de l'or non raffiné, spécialement les activités de vente et revente, et toute activité de transport, de port, de vente ou d'utilisation de mercure sans autorisation... la confiscation et, en dernier recourt, la destruction des biens, de matériel et d'instruments utilisés pour extraire l'or illégalement.

Pour le Procureur de Justice, les tensions provoquées par les migrations sont ce qui créent les accords diplomatiques entre les pays frontaliers, et même avec leur existence les motivations de la migration dans le monde résultent en travail dégradant et désespérant à la personne humaine.

Le procureur de Justice évalua en solidarité à l'ancienne relation entre les deux Etats Nationaux frontalier.

03 L'immigration et le travail décent à la Frontière

Le travail de l'Assistance Social de la ville d'Oyapoque à partir de l'Hôpital de la ville, relaté par sa directrice, l'Assistante Social Ediellem Gardenha, a servi de paramètre pour le débat de ce thème, médié par le Secrétaire des Finances du SINDSEP, Marcos Nunes.

Il y a, selon Ediellem, un partenariat entre l'Hôpital d'Oyapoque et la Mairie de la ville française Saint-Georges-de-l'Oyapock pour emmener les Brésiliens de Cayenne à l'Hôpital d'Oyapoque, et des campagnes de lutte contre les DST. La Guyane a d'ailleurs libéré le passage du pont pas encore inauguré aux ambulances pour le transport des patients. Les assistantes sociales et les psychologues de l'Hôpital ont appris la langue française pour une meilleure compréhension du Programme de partenariat et pour se communiquer avec les familles des patients guyanais secouru à Oyapoque pour que la famille puisse demander son transfert pour Saint-George-de l'Oyapock ou le laisser à l'hôpital à Oyapoque.

En répondant sur qui prend en charge les coûts des soins hospitaliers des immigrant, Ediellem a dit que c'est l'Amapá parce que la plupart sont des brésiliens déportés de la Guyane, dut à leurs situations irrégulières ou même naturalisés mais qui ne sont pas encore enregistrés à la sécurité sociale de Guyane, donc ils n'ont pas droits aux bénéfices sociaux guyanais. Elle a soutenu l'un des auditeurs qui a dit que le Département Français applique des soins hospitaliers d'urgences aux travailleurs brésiliens, mais elle a mis l'accent sur qu'après les soins le Département fait part à l'assistance sociale de l'Hôpital d'Oyapoque que ces patients seront transférés.

Elle a même rajouté que pour ne pas être un hôpital spécialisé, celui-ci transfert les patients avec des problèmes complexes, comme des fractures et ceux qui ont besoin d'hémodialyse, à Macapá.

Malgré la complexité des soins médicaux spécialisé et des hémodialyses l'assemblée plénière a trouvé le débat intéressant. Denis BELLASEAUX a révélé que le nombre des guyanais à la recherche d'un traitement chirurgical à Belém et à Fortaleza a augmenté, même en ayant droit à la sécurité sociale française, car il manque des spécialistes en Guyane et dans l'Amapá. Le Secrétaire Municipal d'Oyapoque Genival da Silva a rajouté que comme le prix plus bas, même en ayant une sécurité sociale, beaucoup de guyanais viennent à Oyapoque faire leur

traitement odontologique dans des cliniques privées en fin de semaine. Le franco-brésilien Alan Ribeiro, représentant du Conseil de Citoyenneté Brésilienne en Guyane, fut contesté par le Secrétaire d'Oiapoque quand il a affirmé que le Département Français ne refuse aucun soin médical, même les hémodialyses, aux brésiliens, et que beaucoup ne recherche aucun soin médical dut à leurs situations illégales en Guyane. Selon Alan l'Agence Régional de la Santé de la Guyane loue des chambres pour des personnes en traitement d'hémodialyse, sauf que comme beaucoup de ces personnes n'ont pas de famille en Guyane pour les orientées à revenir auprès de leurs familles après le traitement. D'où la réputation que l'Agence guyanaise ne veut pas traiter les brésiliens à cause du manque de spécialiste.

En étant d'accord avec Ediellen, Génivaldo a dit que pendant que l'Agence de Santé de la Guyane déporte les brésiliens malades à Oiapoque, l'Hôpital d'Oiapoque est toujours prêt à prendre soin des guyanais (principalement ceux qui sont accros aux drogues).

Devant ces arguments positifs et négatifs aux soins médicaux de l'Agence de Santé française aux brésiliens, le Professeur Esdras a questionné le résultat d'une recherche faite par le Centre Culturel Franco Amapaen, en partenariat avec l'UNIFAP où tous les 890 brésiliens habitant en périphérie de Cayenne (plus spécifiquement dans le quartier Cornolândia) affirment que « ils restent là-bas parce que les traitement médicaux et l'éducation sont bons ». Ediellen a rajouté : « ... on sait que là-bas, ils gagnent des bénéfices pour garder leurs enfants à l'école, où ils reçoivent des traitement médicaux grâce à la sécurité sociale ».

La question de la fièvre *chikungunya*, qui pendant les jours du séminaire commençait à alarmer les autorités sanitaires des deux côtés de la frontière, Ediellen a révélé que l'Hôpital d'Oiapoque n'était pas encore préparé pour la combattre même si, le secteur d'épidémiologie, avait des techniciens de laboratoire, des chercheurs pour collecter du matériel prêt à être envoyer aux laboratoire central de Macapá pour les testes.

En remarquant, à partir des témoignages, le manque de solidarité des Français avec les Brésiliens quand on parle de traitement médicaux, Edivaldo Azevedo suggère à la directrice de l'Hôpital d'Oiapoque de débattre avec l'Agence Française de la Santé pour discuter se basant sur les instructions de l'Organisation International du Travail (OIT), la politique internationale de la Santé – dont les deux

pays sont signataires et que n'est pas observé par la France – car indépendamment de la question économique, les soins à la santé humaine doivent être universel.

Sur question de la surveillance à la frontière l'Agent de Police Fédéral, Officier de liaison à Saint-George-d'Oyapock en Guyane Française, Luciano Brito Senna, a exposé brièvement les actions préventive et punitives que la PF (Police Fédérale) brésilienne exécute à la frontière, en accord avec le commissariat de la police civil d'Oiapoque, sous la direction du Commissaire César Augusto Vieira. Selon ce commissaire les principales actions de cette Police Judiciaire sont la recherche des personnes responsables et de matériels des crimes commis pour permettre au Ministère Public d'avoir tous les éléments nécessaires à l'installation de procès judiciaires des accusés. Il a cité que les principaux crimes sont dus à l'orpaillage illégal, où beaucoup de familles survivent et souffrent les conséquences d'une activité économique sans base juridique parce qu'elle se passe en dehors du territoire national et elle est extrêmement agressive à la nature humaine. Selon lui, comme l'orpaillage illégal n'est pas classé comme crime, c'est à la Police Judiciaire de fiscaliser les conditions de sécurité du transport des passagers dans ces zones, en vérifiant la documentation des chauffeurs, le nombre de passagers permis et les matériaux transportés dans ces embarcations.

Cesar Augusto a fait référence aux actions communes entre les autorités policières brésiennes et guyanaises pour couvrir plus de 400 sites d'orpaillages qui ont causés d'énormes dommages environnementales (la déforestation et la pollution des eaux dus à l'utilisation du mercure), la prostitution, les maladies et les morts dans la région, pour l'enrichissement de quelques propriétaires de sites d'orpaillages, comme il a été montré dans un reportage de l'émission télévisée « Fantástico », de la chaîne télévisée Rede Globo, le 28/09/2014.

Du aux nombres élevés de paludisme et à l'automédication des orpailleurs, ce qui a pu rendre le virus immunisé à certains traitements qui étaient efficaces au combat contre cette maladie, l'Organisation Mondiale de la Santé (OMS) a recommandé au gouvernement brésilien et français une plus grande attention à l'orpaillage dans la région. Le reportage a calculé que plus de 10.000 brésiliens des sites d'orpaillage en Guyane Française.

L'agent de la Recette Fédérale d'Oiapoque, **Vagner Oliveira**, a centralisé son exposition au contrôle de la douane, - la fiscalisation de la circulation des produits à la frontière – et la défense de l'équilibre de la concurrence commerciale, principal

mission de l'institution. Il a rappelé que l'importation dans l'Etat de l'Amapá ne peut être faite que par le port de Santana ou de Macapá et l'importation de produits à des fins commerciaux est interdit à Oiapoque. Pour le moment, ce que peu de personnes savent, seulement US\$300.00 (trois cent dollars) d'achats est permis pour les voyageurs venant de Guyane. Avec l'inauguration du pont binational entre Oiapoque et la Guyane Française il y aura une autorisation légale pour l'importation de produit de la Guyane.

Quand à l'équilibre de la concurrence commerciale, les fonctionnaires de la Recette Fédérale travaillent pour éviter que les produit acquis grâce à la zone de libre commerce de Macapá et Santana soient commercialisés dans d'autres ville de l'Etat, sans la bonne marge de perception des impôts, et produise une concurrence déloyale avec les entrepreneurs qui applique la loi.

En considérant l'objectif de la rencontre, Vagner Oliveira en a profité pour demander un appui à la Campagne aux rajouts de frontières aux fonctionnaires publiques qui travaillent dans ces zones. Selon lui une loi fédérale octroyant ce bénéfice manque encore à spécifier quelles villes brésiliennes seront choisies pour en faire parties. Cette loi a été approuvé depuis 18 mois.

Pendant la rencontre de Macapá, le Professeur Maître de l'UNIFAP, José Marcelo Medeiros, a partagé avec le publique son expérience dans le groupe de recherche nommé « Observatoire des Frontière du Plateau des Guyanes » (OBFRON, site :www2.unifap.br/obfron), un travail académique réalisé en 2013 sur les sites d'orpaillages, prostitution, légalité, environnement et migration.

Il a commencé en abordant l'extension géographique et sociale de la frontière – *707 kilomètres de frontière, distribués en 655 kilomètres avec la Guyane Française par la rivière Oyapock, et 52 kilomètres de frontière avec le Suriname* – « ... beaucoup de brésiliens en arrivant à la frontière, se sentent attirés par la possibilité de gagner en euros, cependant la réalité n'est pas toujours bonne de l'autre côté de la frontière. De manière général les immigrants ont un accès réduit aux installations sanitaires, transports et aires de loisir ».

Malgré le très peu d'informations sur les conditions de vie des jeunes de cette région, il a montré grâce à l'Observatoire que le réseau de prostitution de jeunes femmes est intermédié par les hôtels d'Oiapoque, transformant la ville en une route du commerce sexuel juvénile international.

« En regardant ce type de question, on voit que le manque de mesures de protection aux femmes facilite le trafic et l'exploitation, spécialement des jeune ».
Conclut-il.

04 La réforme Agraire, l'Agriculture Familial et la Politique environnemental

Nous commencerons la transcription des réflexions et des débats du thème, faite durant la 1^o Rencontre International sur le Travail Décent à la Frontière à Oiapoque, avec le rapport très intéressant du Secrétaire Municipal de l'Agriculture à Oiapoque, Genival da Silva Campos, 40 ans, né à Taberebá, un village de campagne près d'Oiapoque, qui à partir de 1985 fut inclut o Parque environnemental du Cabo Orange : « ...donc, je suis d'ici, je suis un caboclo. J'aime que ce soit bien claire, parce que je viens d'un petit village, qui a une très belle histoire... nous avons ici, par exemple, le Cabo Orange, qui fut créé dans les années 80. Grace à Dieu le parc est encore ici, mais, il a expulsé qui y vivait... ils nous ont obligé à sortir sans avoir droit à rien. Par exemple, mon père, jusqu'à aujourd'hui avait son terrain là-bas. Même notre ferme y était... mais je ne vais pas prendre l'exemple de notre ferme, je vais prendre l'exemple de l'eau. A un moment, même pour prendre de l'eau, on devait demander une licence pour prendre de l'eau pour boire. De l'eau potable, parce qu'à cette époque l'eau salé se mélangé à l'eau douce, on mettait plus ou moins deux ou trois heures en pirogue, juste pour y aller, et trois de plus pour y revenir. On entrait dans un bayou pour pouvoir prendre de l'eau... nous étions plus de trois cents familles dans cette zone, et aujourd'hui plus que trois, dont un de mes cousins. Et où se trouvent les personnes qui ont été expulsés ? Au bout de la rue Joaquim Caetano da Silva, dans une zone de bidonville près des ponts. Et qu'est-ce qu'il s'est passé ? Elles vivaient de l'agriculture et de la pêche, et quand elles sont venues ici, sans aucune structure, les parents venaient en premier, en laissant leurs enfants dans la maison d'un familier, parce qu'ils devaient y retourner pour pouvoir résoudre tout ce qui était pendant dans le Cassiporé, et leurs enfants ont été attirés par la prostitution, par la drogue, et ils se sont perdus, je pense qu'ils n'ont même pas terminé le CM2. Donc c'est une situation très difficile pour ceux qui y habitaient. Et les autorités n'en savent rien ».

Parlant couramment le Français et le Portugais, Genivaldo a d'abord salué les français et a demandé la permission pour faire son exposition en portugais. Il a remercié l'invitation puis a félicité le SINDSEP pour la réalisation de cette évènement tellement important pour les Oiapoquens et les Guayanaï, qui de la même manière manquent de technologies pour augmenter leur production d'aliments dans la région frontière. Pour lui – qui différemment de la plupart de ses amis d'enfance, est en train

de faire une licence en lettres à l'Université Fédérale de l'Amapá (UNIFAP) et occupe actuellement le poste de Secrétaire de l'Agriculture de la commune – la principal entrave à l'Agriculture à Oiapoque sont les mauvaises conditions des extensions. En Guyane Française, pour lui, le modèle de production, comme elles sont importées de l'Europe, n'est pas adéquates aux conditions naturelles de la Guyane.

Il a rappelé aux auditeurs que de la même manière que la musique traverse la frontière librement grâce aux onde radio, les relations entre les personnes à la frontière aurait pu être comme celles qui ont marquées leur adolescence et jeunesse, quand on se réuni avec d'autre jeune guyanais pour traverser la rivière Oyapock à la nage, ou en bateau jusqu'à Cayenne en emmenant de la nourriture comme des haricots, du riz, de la farine (de manioc), en Guyane Française qui a besoin de ces aliments, ignorant les restrictions de la frontière.

Le Secrétaire a terminé en réclament du fait que la commune ne dispose ni d'un accès à internet haut débit guyanais, ni de ne pas pouvoir utiliser le pont binational.

Ce fut au tour du Technicien Chico Mendes de la Biodiversité – ICMBIO – de la Réserve du Cabo Orange, Ivan Vasconcelos, qui en citant un Géographe nommé Carlos Walter Conçalves a illustré son aversion au terme développement – interférer dans la « participation » naturel entre les être vivant, terminer avec la participation : *« ...puisque notre thème est la Réforme Agraire, l'Agriculture Familiale et la Politique environnemental, à la frontière, comment nous allons participer ici à la frontière entre l'Amapá et la Guyane Française, avec notre vie, avec notre terre, avec notre alimentation, avec notre travail ? Et c'est là que je pense que la Réforme Agraire, l'Agriculture Familiale et la Politique environnemental sont des outils pour nous puissions participer plus avec nos propres choses, participer avec notre propre vie, avec notre propre territoire, avec notre propre alimentation, avec la rivière, avec la forêt... pour éviter des activités économiques dites « libératrices », conduites par des entreprises qui exploitent tous et après s'en va, comme ce fut le cas avec ICOMI, avec Jarí Celulose, et maintenant, l'agro commerce et le Pétrole ».*

Pour lui, les zones protégées de l'Amapá, qui sont 70% de son territoire – des zones de conservation, des terres indiennes, des communautés de quilombolo, et arrangement de réforme agraire –sont des outils très importants pour la « **participation** » de la population locale dans les décisions de la gestion du

territoire, dans la décision de son alimentation, dans la décision du chemin à choisir, conclut-il.

Ayant la même perspective, les expositeurs Français Renauld Viguie, Elio Moriero et Benoir Scohy, défenseurs de l'agroécologie et intégrant du Groupe Colibris Guyane, ils partagent quelques expériences du groupe, aussi en Guyane que dans l'Amapá. Benoir développe un travail dans la zone de Protection Environnemental de la Fazendinha, à Macapa, inspiré d'un projet du sud du Brésil, où il a cherché à « impliqué » la communauté et les étudiants universitaires de pratiques agroforestières.

Viguie a précisé qu'il faut récupérer des habitudes de comment bien vivre avec la forêt, en ayant autour de sa maison un petit potager, quelques poules, un petit composteur, un moyen pour réutilisé l'eau dans sa plantation de maïs, de bananier, de papayer, de patate douce, pour que les personnes de l'Amazonie puissent vivre indépendantes, sans se préoccuper de payer autant de facture. *« Vivre de cette manière, pour lui, c'est vivre tranquillement, en donnant l'exemple aux enfants sur le partage et la durabilité : » « ...la forêt est notre mère, par conséquent je pense que le partage en famille peut aider la nature... pour moi le plus important est de respecter la nature, si nous ne la préservons pas, je ne sais pas ce qu'il sera de nous dans quelques années », conclut-il.*

Le président de l'Association Colibris, Elio Moriero, a présenté quelques expériences de Colibris qui visent à répandre de nouvelle pratiques/manières de penser sur les habitudes alimentaires des habitant de Cayenne, avec l'agriculture urbaine comme autosuffisance alimentaire. Les projets de Colibris Cayenne ont commencé par une personne qui a transformé sa propriété en un espace d'agriculture organique pour accueillir des personnes intéressées à répandre cette pratique. Pour lui, au Brésil cette idée/manière de vivre est très peu accepté, et on dirait même qu'il y a une force contraire à trouver un aliment vivant pour le manger.

Moriero a commenté qu'il est venu à Macapá à la recherche d'appui pour implanter un centre technologique à Cayenne dans la perspective de construire des techniques adaptables au milieu tropical car beaucoup de chose ne sont pas permises à Cayenne, comme par exemple, les machines agricoles brésilienne qui ne sont pas aux normes européennes. *« ...Il y a des projets que nous pourrions faire comme l'utilisation de plantes, la vente de graines organiques, la reforestation... les expériences de nos voisins du Brésil et du Suriname nous intéresse. C'est pour cela*

que je suis venu vous présenter différents projets. Possiblement il y a des personnes intéressées à faire la même chose, ou à faire quelque chose qui y ressemble au Brésil et cela me rendrait très heureux. Merci. »

Le secrétaire Juridique du SINDSEP, Edivaldo Azevedo, a contesté fortement la thèse des réserves et des parcs environnementaux défendus par le technicien du ICMBIO et par les expositeurs français, se fondant sur sa propre expérience comme technicien agricole et agrandisseur rural amapaen. En demandant pour quoi et pour qui est destiné la préservation environnementale de l'Amazonie, il a utilisé le témoignage de Génival (qui é témoin de l'expulsion de 300 familles du Parc du Cabo Orange) pour montrer son indignation avec le Brésil qui ne lève pas le petit doigt pour la régularisation des terres, alors il ne faut même pas penser au réforme agraire, sans laquelle il est impossible de renforcer l'agriculture familiale et la politique environnementale.

Edvaldo a exprimé sa révolte avec le Président Fernando Henrique Cardoso pour avoir créé, sans opinion publique, le Parc National Montagne du Tucumaque, pour, selon lui, exécuter un protocole d'intentions.

Le technicien agricole et ingénieur agronome, Wesley, il y a quatre ans qui travaille dans l'organe publique de développement rural de l'Amapá (RURAP) à Oiapoque, a exprimé sa tristesse en remarquant que les familles d'agriculteurs dans la région continuaient sans perspectives et sans appui du gouvernement, même en ayant, l'Etat, employant à travers du concours public de 2010 de nombreux nouveaux fonctionnaire para combler le manque de personnel du RURAP. Selon lui, les techniciens employés ne disposent d'aucune structure pour faire une extension rurale, même si au Brésil il y a deux Ministère de politiques agricoles : Le Ministère de l'Agriculture et le Ministère de politiques agricoles : le ministère de l'Agriculture et le Ministère du Développement Agraire.

Il a répondu à la question d'Erroflynn Paixao sur la durabilité agricole de la Guyane, Moriero a dit : *« ...je dirais que nous produisons 62% des fruits et les légumes que nous consommons aujourd'hui, mais nous avons un stock très bas de pomme de terre, de pâtes et d'autre produits... la Guyane produit très peu de riz, et les guyanais mangent beaucoup de riz, et nous importons 80% de la viande que nous consommons... le problème à résoudre c'est d'augmenter la zone de terre cultivable, qui appartient à l'Etat... et augmenter les motivations agricoles. Peu à peu l'Etat essaye d'appuyer les agriculteurs, mais les personnes ne veulent pas habita*

en forêt parce qu'elles ne savent pas développer des projets agricoles dans les forêts tropicales. Une autre difficulté c'est la consommation car il y a beaucoup de produits de toute l'Amérique du sud et de l'Europe... l'Agriculture familiale en Guyane n'a pas un niveau très élevé », conclut-il.

Le représentant de l'ICMBIO, Ivan, a appuyé la thèse d'Edvaldo qui dit que sans Régularisation des terres il est impossible aux communautés, indiennes, riveraines, quilobolas, ou même les résidant des terres protégées, d'avoir une gestion environnemental participative sur leur territoire, et c'est le principal problème de l'ICMBIO (qui ne dispose que de trois professionnels pour une région de 619.000 hectares) pour fournir des améliorations aux communautés des zones protégées. Quand à la contestation du principe protectionniste environnementale, Ivan a précisé que malgré les contradictions sur l'élevage dans les zones de préservation, il y a aujourd'hui, dans le parc du Cabo Orange de grandes possibilités en relation à l'élevage de poisson qui sont depuis longtemps épuisés dans l'état du Pará et aux côtes amapéens, ce qui a provoqué la signature d'un terme autorisant aux percheurs des colonies de pêche d'Oiapoque à pêcher dans le parc, malgré l'interdiction du Système National des Unités de Préservation (SNUC). Selon lui les pêcheurs d'Oiapoque, au contraire de ce qu'on en pense, ils veulent beaucoup que l'ICMBIO fiscalisent, parce qu'ils le considèrent comme un allié dans la lutte contre la piraterie des bateaux à pêche paraens.

Le Secrétaire de l'Agriculture Genival a fait remarquer l'absence de l'ANVISA et la présence de la mouche du carambolier à la frontière, deux facteurs qui rendent difficile le développement agricole dans la commune. Il est pour la cultivation de l'açaï dans la région pour renforcer l'économie à la frontière, dû à sa haute valeur commerciale.

Benoir Scohy, à son tour, est pour la permaculture (concept qui considère les plantes, animaux, constructions, infrastructure – eau, énergie, communications – pas comme des éléments isolés, mais comme un tous, qui fait partie d'un grand système intrinsèquement connecté) comme alternative à la préservation/sauvetage de l'équilibre environnemental dans l'Amapá/Guyane.

Devant la demande d'aide du Secrétaire Génival Campos, pour élargir le débat sur le thème de la commune, le Secrétaire des Finances du SINDSEP Marcos Nunes, qui servait de médiateur dans le débat, s'est étendu sur la structure administrative du SINDSEP et de la CUT, et a promis de s'efforcer pour organiser un

autre évènement de cette nature à Oiapoque, comptant sur la présence des nouveaux Députés Fédéraux, pour discuter sur les besoins des populations locales.

Durant la rencontre de Macapá la Directrice de l'IEF, **Ana Margarida Euler**, qui fut convié pour ce débat à cause du projet polémique sur les Forêts de l'Etat de l'Amapá – FLOTA, créé par la loi n°1.028, du 12 juillet 2006, qui avait provoqué de grands débat entre le mouvement syndical rural, pastoral de la terre, des organes du gouvernement lié à l'environnement et à la législation ferblantière, et, au secteur de l'exploitation forestière.

Avant d'aborder historiquement l'intervention du gouvernement agraire dans l'Amazonie, Ana a exprimé sa satisfaction et sa surprise à l'invitation du SINDSEP/AP en précisant l'importance du rôle syndicalisme dans la défense des hommes et des femmes travaillant dans les champs et les forêts.

Elle a classifié comme prédatrice la conception du développement agraire dans l'Amazonie, principalement à partir du régime militaire dont l'héritage à altérer perversement le biome amazonien.

Elle a examiné la régularisation ferblantière à partir de l'insécurité juridique qui a retardé l'implantation de la FLOTA de l'Amapá, qui a reçu des opinions contradictoires du Suprême Tribunal Fédéral par rapport à la jouissance des terres par l'Etat de l'Amapá pour effectuer la régularisation ferblantière : « *...un juge a émis en 2012 une opinion contraire au transfert des terres de l'union à l'Etat de l'Amapá, alors qu'un autre juge en 2013 a émis une opinion favorable à l'Amapá* ».

Cette insécurité juridique, selon elle, a permis la jouissance illégale des terres dans l'Amapá, en favorisant la concentration des terres pour l'agro négoce en nuisant à l'agriculture familiale et à l'utilisation durable des ressources forestières.

Ana Euler a affirmé que la FLOTA, avec sa zone géographique de 2.369.400 d'hectares, réparti entre 10 communes de l'Etat, dont celle d'Oiapoque, qui fait frontière avec la Guyane Française, à l'inverse des critiques qu'elle a reçu, elle privilégie l'agriculture familial et l'extraction durable des ressources de la forêt, puisque l'exploitation des produits et des services de gestion des forêts, comme c'est le cas dans la forêt de l'Etat de l'Amapá, ne seront faites que par des entreprise ayant reçu la permission, qui sont déjà sous contrat depuis 25 à 30 ans, en d'autres termes, l'Etat fera valoir la loi n°11.284/06, de gestion des forêts Publiques.

Pour une plus grande transparence, une participation sociale et une unification des informations de l'Etat avec les nationales, la FLOTA a un registre de l'Etat des

Forêts Publiques – CEFAP, qui aident aux procédures destinées aux forêts publiques ayant pour but l'utilisation communautaire, la création d'unités de conservations et de réalisation de concession forestier, au profit de ceux qui y habitent et de laquelle ils en vivent.

Pour Ana Euler : « ...le gouvernement fédéral a garanti des ressources pour le développement régional, mais les mairies n'arrivent pas à soutenir le mouvement... ce n'est plus possible de continuer à créer des règlements qui n'ont aucune utilité durable et un véritable titrage d'utilisation... nous avons besoin de nous demander quel modèle de développement nous voulons pour l'Amapá. »

Le représentant du Ministère de Développement Agraire dans le Amapá **Nadielson Gonçalves** a présenté un bilan positif et progressif des investissements du Ministère en faveur des règlementés en ce qui concerne les projets de réforme agraire de l'INCRA. Il a cité que des « Millions de réals » investies par le gouvernement Dilma dans l'Amapá dans des programmes comme l'Acquisition d'Aliments (PAA), l'Alimentation scolaire (PNAE), le PRONAF des femmes, et bien d'autres, au renforcement des projets du gouvernement de l'état, selon lui.

Nadielson a mis l'accent sur le projet Territoire de la Citoyenneté comme modèle d'articulation institutionnelle des territoires fédérés avec la société civile pour le développement de l'agriculture familial avec une durabilité environnementale. Un tel projet, selon lui, renforce le travail des organes du gouvernement du développement rural dans trois zones territoriales – Le Territoire Centre-ouest (englobant les communes de Serra do Navio, Ferreira Gomes, Porto Grande et Pedra Branca), le Territoire sud (Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí et Mazagão), le Territoire Nord (Oiapoque et Calçoene), et le Territoire des lacs (Amapá, Pracuúba et Tartarugalzinho).

Pour le Maître en Gestion de Ressources Naturelles de l'UFPA **Elielson Pereira da Silva** l'assistance technique pour le développement économique et social des familles agriculteurs de l'Amazonie est tellement importante que cela a conduit le Gouvernement Fédéral à créer récemment l'Agence Nationale de l'Assistance Technique et de l'agrandissement rural, instaurée par la loi n°12.897 du 18/12/2013, comme stratégie de qualifier le service d'assistance technique offert aux travailleurs brésiliens en milieu rural.

Son approche de ce panel a couvert les différentes conceptualisations données au travail rural tout au long des années et la normalisation de cette activité

productive par l'Etat, notamment pour la confirmation de l'agriculture familial comme politique publique à partir des luttes des mouvements sociaux sur le terrain – Le MST, le Pastoral de la Terre, le Conseil National des saigneurs d'hévéas, la Confédération des travailleurs de l'agriculture – CONTAG – qui ont conduit le gouvernement à augmenter les investissements publics aux productions familiales, cultivées ou extractives.

Il a conclu son exposition en disant : « ... *l'invisibilité et le traitement d'assistance imposé aux réglementés de la réforme agraire ont besoin d'être surmontés par le biais d'un nouveau contrat social, qui garantit aux réglementés les services constitutionnels de l'éducation, de la santé, des loisirs et du travail, et toute l'infrastructure offerte aux régions urbaines, comme l'assainissement de base, l'électricité et le transport, indispensables à la productivité agricole satisfaisante* ».

De l'assemblée, Herroflynn Paixão a rajouté quelques réflexions sur la lutte du mouvement syndical dans les acquis sociaux des travailleurs dans le milieu rural.

Le Secrétaire Général du SINDSEP et fonctionnaire de l'INCRA Amapá, Hedoelson Uchôa, a fait une réflexion sur les difficultés du processus de la production agricole de l'Amapá, petite, selon lui, car ce n'est pas encore mécanisé et il y a encore un écoulement précaire, due à des extensions terriblement difficiles d'accès.

05 Le rôle du Fonctionnaire Public dans le processus de Développement

Ce thème a compté avec la participation du Directeur de la Fédération Syndicale Unitaire ¹³, du professeur de technologie Paul-Henri Rochat, Du Fonctionnaire Public amapéen et secrétaire adjoint du SINDSEP Edvaldo Azevedo, et des syndicalistes Cassia Ceres Evangelista et Marta do Socorro Nascimento, du Syndicat National des Travailleurs dans des Fondations Publiques Fédérales de Géographie et Statistiques – ASSIBGE/Amapá. La coordination du débat a été fait par le président de la CUT Amapá Geovane Grangeiro.

Paul-Henri Rochat a commencé en affirmant que débattre sur ce thème demande que nous nous demandions si les fonctionnaires publiques participent vraiment des luttes syndicales dans leur pays, ou si c'est possible d'imaginer le développement d'un pays sans participation des fonctionnaire publiques de l'éducation, de la santé, de la justice, de la culture (culture de base comme la littérature, le cinéma, le théâtre).

La grande question pour lui, fonctionnaire public français et syndicaliste, c'est que tous les services doivent être des services de l'Etat, qui ont besoin d'être bons pour obtenir une meilleure qualité de vie. « ... *D'où l'importance du fonctionnaire public de participer aux discussions des mouvements pour l'amélioration de ces services et ne pas être un simple auditeur dans ce grand service, ensemble avec leurs représentants de leur classe et les gestionnaires publiques* ».

Comme exemple de contribution à l'amélioration de l'enseignement de base en Guyane, Rochat a cité les mesures prises par les professeurs à partir d'une recherche de l'université de Cayenne identifiant les difficultés de l'apprentissage des élèves de langue brésilienne, créole et *buchenengué* (indigène), des écoles se trouvant sur les marges des rivières Oyapock et Maroni, conséquence de la méconnaissance de la langue française. L'alternative fut d'embaucher des personnes de chaque communauté pour aider les professeurs français à comprendre les langages des élèves et à partir de ça, apprendre avec leurs élèves, dans la langue standard de la scolarisation, qui est la langue française, et dans les autres

¹³ La Fédération Unitaire (FSU) c'est la première Fédération Syndical de l'enseignement de la France. Sa zone de syndicalisation est restreinte essentiellement à la fonction publique () et quelques entreprises privées. C'est le cinquième plus grand syndicat français en relation au numéro de syndiquais.

langues maternelles : «...*donc, ces intervenants en langue maternelle s'associent au professeur en salle de classe, permettant à celui-ci de participer systématiquement au langage des enfants, et donc éviter de devenir un professeur traditionnel, qui ne correspond pas à leur réalité dû à fait que cela vient de la métropole... c'est de notre culture que les intéressés sur le thème participent des décisions car seulement eux savent comment ils vivent, et il faut donc créer des milieux hospitaliers pour pouvoir prendre soin de tous. »*

Selon lui, ces décisions prises par les agents de l'éducation peuvent altérer la qualité des services publics, et il y a déjà plusieurs personnes de l'administration qui ont changé leur façon de penser. Une administration engagée, capable de créer ses propres codes qui permettent d'absorber de manière permanente dans le service public (et pas seulement de temps en temps) ces intervenants des langues maternelles et française.

Rochat a dit que les fonctionnaires publics français doivent respecter la loi, qui dit que tout enfant vivant sur le territoire français doit être scolarisé jusqu'à ses 18 ans, en d'autres termes, régularisé sa situation, indépendamment de sa nationalité. De la même manière, les fonctionnaires de la santé ne peuvent en aucun cas s'opposer aux soins d'urgences de n'importe quelle personne, cela inclut, les transférer dans des hôpitaux spécialisés de la France, si nécessaire.

Il a terminé en affirmant que l'Etat a besoin d'investir dans les conditions de travail et de salaire des fonctionnaires publics car il faut franchir l'idée que le service public coûte cher, parce que c'est la qualité des services publics qui nous intéresse et pas leurs coûts.

Le secrétaire Edvaldo Azevedo, fonctionnaire public depuis 40 ans dans l'Etat de l'Amapá, a commencé son discours en critiquant l'Etat brésilien, qui selon lui et basé sur sa propre histoire fonctionnelle, ne valorise pas les fonctionnaires publics, en leur payant des salaires insuffisants, en leur refusant des formations professionnelles pour le bon fonctionnement des services à la population, et le pire, en imposant des règles à son principal outil de négociation qui est le droit de grève. Tandis qu'aux autres professionnels faire la grève (à partir du moment où le chef a été avisé, dit-il en ironisant) est permis, ce droit a été refusé aux fonctionnaires publics car les législateurs ont compris que puisqu'ils sont l'Etat, le chef, leurs employeurs ne peuvent en aucun cas se retourner contre eux. « ... *le droit de grève pour quelques constitutionnalistes est un droit sacré (clause immuable), en d'autres*

termes, pour tous les employés, (y compris ceux du services publiques) »... quelqu'un qui fait parti du service publique depuis plus de 40 ans comme moi, pardonnez-moi d'utilisé mon propre cas comme exemple, qui a suivi pendant quelques années par pure besoin un cours de droit environnemental, qui après cela a fait quatre spécialisations et un master, et continue comme technicien agraire de l'Etat. Donc je me demande quel avantage salarial cela peut rapporter ? Rien... par manque de ce parcours... je vais vous dire encore une chose: dans l'Amapá, depuis quatre ans nous avons commencé un combat... donc ; mes chers collègues, quand vous verrez un fonctionnaire publique, acclamer-le, car ce sont de vrais guerriers ». a affirmé Edivaldo Azevedo

Il a continué en affirmant que les fonctionnaires publiques subissent des prejudices pour ne pas avoir un parcours professionnel qui lui garantisse une ascension professionnelle dans son entreprise-Etat, qui dit ascension professionnelle dit augmentation salarial, et en accord avec ceux qui font les lois, le INSS ne tiendrait pas dû aux retraites (ironisa-t-il).

Cássia Ceres et Marta do Socorro, représentante du ASSIBGE, ont abordé le thème sous deux aspects : la réduction de plus de 70% des budgets prévus aux recherches de l'IBGE et au combat des fonctionnaires de l'IBGE pour une valorisation professionnelle, et, la résultante compromis du recensement agropéculaire et de la population prévue pour 2015,.

Cássia a rappelé que la crise économique mondial, qui a débuté en 2008, n'est pas l'unique facteur de dévalorisation du salaire des employers(ères), mais aussi la politique budgétaire du gouvernement pour 2014, 'qui se dit en faveur des employer', qui se réserve 42% du PIB pour l'amortissement et les intérêts de la dette publique, tandis qu'il reste 3% pour la santé, 3% pour l'éducation, pour les recherche de l'IBGE, fondamentaux pour l'aménagement des services publiques a la population, il restera seulement R\$200.000.000,00 des R\$700.000.000,00 initialement prévus.

Pour Cássia, le rôle du(de la) fonctionnaire publique dans le développement du Brésil va au-delà de ses fonctions que lui ou elle fait quotidiennement sur son lieu de travail (et pour l'IBGE, spécifiquement, 'relater les réalités économique, éducationnelle, populationnelle sans dissimuler ces réalités') parce que l'organisation syndical des fonctionnaires fédérale est aussi un composant essentiel au développement du pays, par la responsabilité social de chaque fonctionnaire publique de la santé, de la sécurité, de l'éducation, etc... dans la defence des

interessés de la société malgré les pressions que subissent celles et ceux qui s'y risquent à défendre ce droit. Elle se lamente que la direction de l'IBGE Amapá a émis une note interdisant que les fonctionnaires se réunissent sur leur lieu de travail pour discuter de sujets liés aux conditions de travail et de salaire, et a demandé l'appui de tous et toutes sur le manifeste pour la réadmission de collègues congédiés dû à la dernière grève.

Marta do Socorro a arrêté la grève des fonctionnaires de l'IBGE durant trois mois en 2014 contre la 'démolition' de l'institution et pour les droits de ses fonctionnaires publiques (où ceux qui étaient des fonctionnaires temporaires aujourd'hui sont des effectives).

Selon Marta la grève en question fut historique pour l'ASSIBGE car même les fonctionnaires temporaires ont participé activement avec les fonctionnaires effectives, démontrant que même en ayant aucune garantie de la loi (ils ne sont pas statutaires ni CLT car ils sont régis par la loi 8.745/93), ils ont pris part à ce combat pour améliorer les conditions de travail et les salaires : « ... à cause de cette loi très mal formulée, ce fut les fonctionnaires temporaires qui ont souffert d'harcèlement moral de la présidente de l'IBGE, en plus avoir vu 186 collègues congédiés sans que le Syndicat puisse y faire quelque chose ».

En parlant aux représentantes de l'ASSIBGE/Amapá, le Secrétaire municipal Genival leur a demandé pourquoi les chercheurs de l'IBGE ne vont pas dans les zones les plus reculées de la commune d'Oiapoque, comme certaines zones fluviales et les terres indigènes ? Cassia a répondu qu'il y a deux raisons empêchant les fonctionnaires de trouver et voir tous les brésiliens pour qu'ils puissent finir leur recherche : d'abord, parce que le budget est petit ce qui empêche que le fonctionnaire aille aussi loin (et certains même dû au manque de chauffeurs, s'aventurent eux même à conduire nos voitures de fonctions pour réaliser leurs activités professionnelles au vu de répondre à la hauteur des attentes de la population) ; puis la deuxième raison est que le fait que les fonctionnaires temporaires ne reçoivent que R\$1.020,00 alors que les effectifs reçoivent 5 fois plus soit quelque de très décourageant pour ces derniers. Les fonctionnaires de l'IBGE, selon elle, font leur maximum pour aller les zones fluviales et les terres indigènes, mais il leur faut l'infrastructure que le gouvernement leur offre pas.

Le secrétaire du SINDSEP, Marcos Nunes, a cité le combat de la fédération des fonctionnaires fédéraux (CONDSEP) et de la Central unique des travailleurs

(CUT), pour un parcours de poste et de salaire à la catégorie pour éviter l'embauche de fonctionnaire temporaire comme ceux de l'IBGE, et, pour d'autres droits aussi.

En parlant de la situation politique française Paul-Henri ROCHAT a abordé les difficultés du président François Hollande, en ce qui concerne les caractéristiques socialistes, sur les conséquences de la politique économique-libéraliste des gouvernements prédécesseurs. Selon lui, l'actuel gouvernement socialiste donne priorité à son programme de régularisation de la situation des fonctionnaires publics, une option de classe qui en ce moment, les élections d'octobre 2014, est délaissée, comme la question des jeunes, qui a fait quelque progrès, avec quelques opportunités dans les universités ou les masters : « ...*donc, le syndicat cherche à négocier avec le ministère des finances, qui place toujours l'économie avant l'éducation, pour améliorer les conditions d'enseignement... tout est un processus de dialogue, basé sur nos rêves de réalisations car dans le dialogue nous comprenons que nous pouvons toujours plus, et même en sachant que cela soit une discussion sensible, ça nous préoccupe, mais nous n'abandonerons pas* ».

Edvaldo Azevedo a terminé en convoquant les fonctionnaires publics fédéraux ici présents à visiter et à renforcer l'organisation syndicale des Fonctionnaires Fédéraux, les Centrales Syndicales comme la CUT, et, par conséquent les syndicalistes comme les secrétaires du SINDSEP Errol Flynn Paixão, Hedoelson Uchôa, Marcos Nunes, Idelcy Nunes, comme aussi Cassia Ceres, Marta do Socorro et beaucoup d'autres qui combattent pour de meilleures conditions de travail, de salaire et de vie. Il a salué aussi les Guyanais(es) en leur demandant de traiter les brésiliens résidents en Guyane de la même manière comme ils aimeraient être traités dans l'Amapá, pour que les relations qui se tissent sur la frontière ne soient pas limitées par des lois créées à des kilomètres de distance de là.

Marta do Socorro a remercié l'invitation du SINSEAP et a fait appel à la CUT pour intercéder avec la Direction de l'IBGE et le Gouvernement Fédéral en faveur des 186 travailleurs(euse) licenciés.

Durant cette rencontre à Macapá le thème ***le rôle du (de la) fonctionnaire publique dans le processus de développement*** a eu comme exposants : L'ingénieur sanitaire de la Guyane Française Benoit Van Gastel, le Prof. Docteur de l'université Fédérale de l'Amapá Adalberto de Carvalho, le Secrétaire de Technologie et Science de l'Amapá Dr. Antônio Cláudio Almeida de Carvalho, et le Secrétaire de travail et d'entrepreneuriat de l'Amapá Sivaldo da Silva Brito.

Dans la condition de fonctionnaire public de la Guyane Française l'ingénieur Sanitaire Benoit Van Gastel se dit (traduit par Josiane Ferreira) préoccupé avec le bien être de la population Guyanaise. Toujours vigilant en ce qui concerne les changements provoqués par la globalisation de l'économie, je crois que les fonctionnaires publics de tous les pays ont besoin de se défendre contre la vague de privatisations caractéristiques du capitalisme actuel. On remarque que la plupart des fonctionnaires publics de la France cultive les principes humanitaires, même si la-bas la tradition de mouvements sociaux comme au Brésil n'existe pas, mais on remarque certaines stratégies communes entre l'organisation des travailleurs des deux pays, parce qu'en France les fonctionnaires publics ont combattu aussi les précarités des services publics, la globalisation de l'économie et le renforcement du mouvement syndical.

En Guyane, Selon lui, il y a des inégalités dans la qualité des services à la santé et l'assainissement, et comme fonctionnaire public lié à la branche sanitaire je propose des actions au gouvernement local et j'essaie d'encourager les gens à prendre soin de leur environnement.

Le fonctionnaire public Adalberto Carvalho a continué cette réflexion en mettant l'accent sur l'importance du service public pour l'économie locale, puisque c'est le salaire de ces fonctionnaires qui soutient les autres activités économiques de l'Etat de l'Amapá. « ... dans l'Amapá, environ 50% du revenu des amapéens vient du salaire du service public, et qu'à cause de ladite stabilité d'emploi et des problèmes d'emploi des entreprises privées par la globalisation de l'économie, cela a attiré beaucoup de brésiliens à faire des concours publics, » s'arrêta-t-il à dire.

Etant un instituteur et actuellement responsable de l'Ecole de Formation de fonctionnaires publics de l'Etat, il attribue le mérite du développement de l'Etat à la qualification de ses fonctionnaires.

Aux syndicalistes ici présents, il a fait appel à une plus grande responsabilité coopérative. De son point de vue le syndicalisme a reculé devant la pression du néolibéralisme. Et Même Lula, qui selon lui est la plus grande biographie politique de ces 50 dernières années a reculé, mais, il peut grâce à son histoire politique récupérer le caractère combatif du mouvement social. Il a été vu que sans une formation appropriée les syndicalistes perdent leur capacité à formuler de bonnes propositions à l'Etat et négocier de bons salaires pour les travailleurs.

Le secrétaire de technologie et Science de l'Amapá Antônio Cláudio Almeida de Carvalho a commencé son discours en félicitant le SINDSEP/AP pour l'initiative du thème et en faisant référence à la réclamation faite par l'intégrante du Conseil de la Citoyenneté Brésilienne en Guyane Française Rosilene Socorro Palheta.

Il a aussi félicité la Députée Dalva Figueiredo pour l'appui au combat des fonctionnaires amapéens et pour la création d'un Département à Brasilia qui traite spécifiquement toutes les questions des fonctionnaires de l'ex-territoire. Pour lui, l'Etat brésilien a besoin d'appuyer tous (toutes) les travailleurs/euses de l'ex-territoire et valorisé leur salaire.

Pour un développement raisonnable à partir du fonctionnaire, le Secrétaire a proposé une lutte pour la création d'objectifs de productivité avec une progression fonctionnelle, avec une forte éducation scientifique et technologies des fonctionnaires et le changement urgent de la condition brésilien d'exportateur de produit non agrégés. « *...l'agriculteur amapéen doit aussi tirer profit de la Science et de la Technologie car pour améliorer la productivité de l'agriculture familière il faut des ustensiles et des machines.* » afirma-t-il.

Sivaldo da Silva Brito a partagé son expérience acquise dans le Secrétariat du travail d'entrepreneuriat de l'Amapá, plus spécifiquement en ce qui concerne la qualification professionnelle, dont le fonctionnaire public n'en bénéficie pas encore. Il défend aussi que la création de travail et de revenu dépend de la qualification de l'institution de l'Etat, en d'autres termes, ses fonctionnaires publics ont besoin de comprendre la micro et macroéconomie, et les impacts respectifs de leur travail sur le PIB de l'Etat.

En plus de cela, il défend que le fonctionnaire public a besoin de se rendre compte combien cela coûte, à l'Etat, le manque de compétitivité de l'économie amapéenne, l'absentéisme scolaire et l'oisiveté des jeunes.

En citant la constitution fédérale comme instrument directeur du pacte fédératif, de la libre initiative, des garanties sociales, de la dignité de la personne humaine, de la souveraineté et de la citoyenneté, puis il a terminé son discours sur la pensée suivante : « *le rôle du Travailleur Public est vital pour le développement du Brésil, parce qu'en fin de compte, la société fait appel aux services publics pour répondre à leurs besoins, mais avec la globalisation et les avances technologiques, un parcours actualisé et stratégique de formation continue est demandé et exigé à tous fonctionnaires publics, dans l'intention pour former des spécialistes (agent*

publique) en science du Gouvernement, en d'autres termes, des politiques publiques avec une connaissance systémique et intégratrice, ayant un résultat efficace pour le bien commun ».

Du plénier, Marcos Nunes a souligné l'intence participation des Syndicats de Fonctionnaires Fédéraux dans la lutte pour des garanties aux fonctionnaires de l'ex-territoire, en rappelant au public qu'en août 2013 le SINDSEP/AP a accueilli des syndicalistes de tous les ex-territoires pour une rencontre régionale sur le thème.

Edivaldo Azevedo (Meré) a demandé : « ...comment se peut-il qu'un Etat ayant autant de richesse végétal et minéral, et de terres disponibles, se permet-il de vivre en ne comptant que sur la feuille de paye des fonctionnaires publiques ? » Pour lui les fonctionnaires publiques amapéens n'ont jamais voulu de par le fait faire face à ce problème, lui y compris, affirma-t-il.

Pour répondre à la question de Meré, Adalberto de Carvalho a pris comme exemple le commerce de la châtaigne du sud de l'Amapá, très grand potentiel économique, mais qui continue sous le régime du troc, mais d'une manière un peu plus moderne. Faisant référence à sa recherche sur le thème, il a dit comment la figure de l'intermédiaire se renouvelle dans la relation : « ...aujourd'hui le 'boss' fait parti de la communauté en question, c'est quelqu'un qui a réussi à changer ses vieilles habitudes en venant de Belém... la relation est la même qu'avant, sauf que maintenant le 'boss' est un ami intime du vendeur de châtaigne, et qui en plus de lui garantir l'achat de toute sa production, lui offre un cadeau le jour de son anniversaire, achète pour son fils tous le matériel scolaire en début d'année et est toujours présent même dans le moment difficiles... comment changer cela ? » demanda-t-il.

Errolflynn Paixão croit que la plus grandes difficultés du développement brésilien et des autres pays de l'Amérique Latine est la dette publique qui oblige les gouvernements populaires à faire des réductions de budgets. Et cela devrait être un débat pour les travailleurs.

Etant d'accord avec les interventions de Meré et d'Errolflynn, Antônio Cláudio a dit : « ...de par le fait les fonctionnaires publiques ont besoin d'avoir plus de courage et prendre des décisions pour changer les structures ». Sur la Science et Technologie, il se dit content qu'il n'y ait pas eu de réduction de budget dans ce secteur comparé aux ajustes budgétaires de l'union pour 2014. Considérant cela comme un grand pas car les ressources ne sont pas énormes.

06 Education : Droit de tous et de toutes

Le premier à présenter ses considérations sur l'Education comme droit fut le professeur de collégialité de Géographie de L'UNIFAP Oiapoque Dr. José Mauro Palhares, qui pour lui le plus important durant cette occasion était de débater la situation des deux villes frontalières – Oiapoque et Saint-Georges – Où il y a des personnes intelligentes, capables de trouver des solutions pour leurs problèmes, que cela soit sociaux, économiques ou politiques. Pour lui l'Education est la base pour le développement de la région, avec encore peu de connaissances, de constructions, mais avec d'importantes institutions de recherche comme l'Université Fédéral de l'Amapá et l'Institut Fédéral, qui durrant ces desniers jours réalisèrent la 50^e rencontre Régional de l'Astronomie avec la participation des élèves de la comune.

Alan Ribeiro, de l'ONG Conseil de la Citoyenneté Brésilien de la Guyane, a commencé son explication en félicitant le travail des intégrants de la CIMADE qui ont durement travaillé pour les imigrants brésiliens à Cayenne, la plupart n'ayant pas fini leur scolarité et travaillant dans la construction civil. Il a aussi félicité l'attention des autorités guyanaises par rapport à l'éducation des enfants et adolessants brésiliens. Selon lui, les brésiliens résidents en Guyane n'étudissent pas s'ils n'en ont pas l'envie car l'éducation est gratuite, de la maternelle au master, information contesté par la jeune franco-brésilienne Neci Torres, qui pour cette dernière ce n'est pas aussi facil pour eux les jeune d'avoir accès au système d'éducation guyanais pour plusieurs raisons : a) le poids de la responsabilité que la famille brésilienne met sur le jeune quand celle-ci rêve qu'il étudisse dans une école française est incompatible avec la réalité, car une fois qu'il ait étudié trois ans dans sa localité, il a encore besoin de faire deux ans en plus à la capital Cayenne, et il faut de l'argent pour y vivre ; b) En général ces jeunes, de 13 à 14 ans, doivent habiter dans de petits pièces pour réduire les coûts que la familles ne dispose pas, souffrant l'impact de la culture de la capital, étant obligé de parler le français et souffrant du manque de la famille. Pour Neci, très peu de jeunes arrivent à terminer leurs études, se sentant frustrés pour ne pas pouvoir réaliser le rêve de leurs familles et se sentent humilié à cause de cela.

Né en France et résident en Guyane Française depuis 29 ans, Francis Trisch a un Centre de Formation Professionnelle appelé Equinoxe Guyane, en l'honneur au nom de la Guyane au XVII siècle, ce qui veut dire 'la nuit égal le jour' en d'autre

termes, où le jour a exactement la même durée que la nuit. La formation continue pour que les jeunes puissent avoir un diplôme, apprendre la langue française, où trouver du travail tel est la mission d'Equinoxe, qui emploie 80 personnes en Guyane, et en 2013 a accueilli 6.200 élèves dans de nombreux cours de 280/formation. Francis Trisch s'est dit content avec le travail fait par Equinoxe car c'est plaisant pouvoir associer, dans un même apprentissage, un président ou un directeur de Centre spatial français, et un haïtien habitant en Guyane : « *...tout le monde est important à Equinox, et tout le monde a droit au respect... nous nous devons d'offrir le savoir à tous, aller toujours plus loin avec la connaissance... il faut que nous commençons à donner plus d'importance aux jeunes, les encourager, dans n'importe quel lieu, car généralement ils n'ont pas vraiment confiance en eux-mêmes... il faut commencer depuis le début et travailler à partir du savoir des personnes... Et nous travaillons pour qu'il puisse avoir confiance en lui-même car ça c'est le moteur pour arriver où nous voulons... est-il possible d'avoir une éducation de qualité avec des classe de 30 élèves ?... un 'modèle difficile' que nous nous devons d'abandonner.* »

Un autre plaisir, selon le directeur d'Equinoxe, viens d'un projet d'aide humanitaire qui englobe les jeunes apprentis. En 2010 après un voyage avec quelques jeunes, pendant trois semaines jusqu'au sud du desert du Marroques pour construire une salle de classe, nous avons décidé qu'à chaque année nous irons en Afrique avec ces jeunes aider les enfants à lire, écrire et calculer.

Se référant aux différences entre Brésil, France et Afrique, Francis Trisch a terminé sur la pensée suivante : « *ont dit que la France est un pays développé, que le Brésil est un pays en 'voie de développement' et que l'Afrique est un pays sous-développé. Moi, je dis que c'est le contraire, Vous qui venez du Brésil et de l'Afrique sont développés en matière de chaleur humaine, savoir accueillir, être gentil et souriant. Vous savez vous amuser. Même sans avoir beaucoup de chose vous êtes capable d'offrir. En France il y a des gens avec un travail bien rémunéré, avec une ou deux maisons, 3 ou 4 voitures, une épouse et plusieurs amantes, et même avec tous cela ils se sentent déprimés* ».

Le médiateur du débat Denis Belloiseaux a profité de la contribution du professeur Arnaldo José Ballarini (qui demanda : 'même avec la meilleure de toute la bonne volonté des personnes des deux côtés de la frontière, jusqu'à quand nous, qui aimons les gens, allons être soumis à d'autres personnes qui n'aiment personne ?')

pour contextualiser les acquis des professeurs français dans l'éducation, y compris l'éducation dans les colonies françaises comme dans son propre cas : français né dans une colonie de la Martinique, dans les Caraïbes.

Denis a informé qu'en 1880 les professeurs français ont décidé de se réunir pour, d'abord défendre le droit des élèves, et après batailler pour de meilleurs salaires et conditions de travail. Grace à cette organisation, depuis 1946 toute personne a le droit de défendre ses intérêts grâce à l'aide d'un syndicat, de choisir son syndicat (il a donné comme exemple en disant que là où il travaille il y a cinq syndicats), faire la grève (à partir du moment où qu'ils préviendront qu'ils feront la grève) sans suspension de salaire (il va de soi qu'il n'y a grève que quand les conversations n'ont pas résolu le problème), et montrer sa condition de syndicaliste durant un événement comme celui-ci la 1^o rencontre internationale sur le travail à la frontière : « ... *un droit garanti dans la législation française qui ne peut être refusé par votre chef* ».

Comme syndicaliste et fonctionnaire public français, Denis parle du livre « les obligations du fonctionnaire public français » comme une 'bible' pour revendiquer ses droits et le respect des obligations des autorités françaises.

07 Jeunesse : Perspectives et emploi décent, e Protection de la santé des travailleurs(euse) :sécurité et prévention.

Ces thèmes furent abordés dans un même débat, médiée par la Secrétaire de Politiques Publiques du SINDSEP, Edelcy Maria dos Santos Nunes, avec les jeunes Neci Torres (franco-brésilienne) et Marie-Cécile Ruiz (française) de l'inst. Colibris Guyane, Davi Gallibi (indigène de la région) de la jeunesse Citoyenne (RECID/AP) et Paulo Rômulo Gomes (Macapaense) de l'Espace ninho. Ediellen Gardenha, Assist. Social de l'Hopital d'Oiapoque, et le Prof° de l'UNIFAP d'Oiapoque Arnaldo José Ballarini, comme expositeurs.

Nerci Torres a raconté ses expérience de jeune paraenne ayant migré à Oiapoque à la recherche d'un travail en 2001, où elle a travaillé comme éducatrice social dans le Programme d'Erradication du Travail Infantil (PETI), dans les Secrétariats municipals d'Assistance Social et de Santé. Seul à la frontière, sans perspective, elle a été forcé à retourner au Pará où elle a été formé comme Educatrice Social, elle reussi à partir en France pour étudier et est revenu en 2008 à Oiapoque puis en Guyane Française.

Davi Gallibi a commencé en exprimant son mécontentement de l'organisation de l'évènement pour la réduciton de temps des jeunes expositeurs (la programation a été intérrompue à cause de la remise des certificats aux participants des ateliers d'artisanat et le temps de chaque expositeur a été réduit réduit de 20 à 15mn). Il a dit que les jeunes indigènes de la régions rencontres beaucoup de difficultés pour avoir droit aux avantages que certains jeunes ont déjà aquis, d'abort à cause de la distance des centres d'apprendissage, puis à cause de l'apathie des personnes dites 'évoluées' qui voyent encore l'indigène comme un sauvage. Il a fait l'éloge de quelques iniciatives, comme la Rencontre du SINDSEP et la RECID, qui ont proportionné le dialogue des jeunes indigènes qui ont laissé leurs familles pour étudier à Macapá.

Pour Paulo Zab, la jeunesse a créé des espaces alternatifs aux grandes difficultés créées par de vieilles notions bourgeoises qui ne les ont que comme consomateurs de leurs produits et qui utilisent des moyens de communication (comme la Rede Globo) pour 'vendre' des illutions et augmenter leurs profits. Il a critiqué l'éducation professionnelle qui, selon lui n'encourage pas l'inventivité, et si pour que les jeunes travaillent dans ce qui existe déjà, obéissant à des ordres.

Contre cela, ils ont créé 'des espaces d'activités collectives', comme les réseaux de communication libre, les expériences agroécologiques, les rencontres sur la culture et les échanges culturels jeunes.

Il a cité les expériences de l' 'association Fora do Eixo' (Articulation de groupes culturels périphériques pour se promouvoir et être financièrement autonome) et de 'l'Espace Ninho' (changement de mentalité avec la production d'aliments sans pesticides et engrais chimique pour la consommation personnelle) comme des propositions de média indépendante et d'économie solidaire autogestionnaire : deux concepts avec une tendance à se fixer parmi les jeunes.

Il y a une collaboration commune entre les participants de ces expériences, stimuler l'alimentation saine, l'échange de produits et de savoirs, grâce à la 'monnaie sociale' créée par les groupes pour éliminer celle 'qui vaut plus', et créer de nouveaux concepts. Des étudiants de différentes branches et institutions se sont mélangés dans les 'ateliers' et les 'cercles de conversation', aussi physique que sur internet, dans une diffusion de principes et de constructions collectives de nouveaux concepts.

Durant la rencontre de Macapá l'Educatrice Populaire Thalita Coelho, de l'Ecole de Formation Sindical Chico Mendes de la Central Unique des Travailleurs – CUT , et le président de l'Etat de cette Central, le jeune Geovane Grangeiro ont contribué des réflexions sur le thème.

Thalita a abordé la jeunesse comme résultante du processus de construction sociale du jeune, qui se fait à partir du temps et de l'espace dans lequel le jeune est intéressé, de manière que, le jeune, est et intervient dans un monde influant et est influencé par sa réalité sociale. De cette manière, elle a utilisé le terme au pluriel, 'jeunesses', pour considérer que ce groupe populationnel n'est pas universel et homogène, mais, fortement marqué par la pluralité et les singularités, accentués par quelques différences, comme le sexe, la race ou la couleur, et, la classe sociale.

Elle a en plus averti sur les distinctions de l'âge, du statut du jeune qui considère jeune une personne entre 15 et 29 ans, et des directives de la CUT comme critère pour son organisation interne, qui étendent la limite d'âge à 35 ans.

Mais pourquoi c'est important de discuter sur ce thème, 'jeunesses' ? demanda Thalita et répondant de manière synthétique : « ...trois raisons justifient l'importance de cette question aujourd'hui : la question démographique ; la question des politiques publiques et la question de la diversité et des singularités de cette population.. nous vivons, au Brésil, une phase de transition démographique, dans

laquelle nous avons une considérable population jeune dans le pays, comptant plus de 50 millions de personnes entre 15 et 29 ans, mais qui est en train de vieillir. De cette manière, presque un tiers de la population brésilienne est composé de jeune, qui a lui seul est un important facteur à faire attention. Et justement en parlant de cette question démographique, il faut garantir à cette population des conditions adéquates d'insertion dans les divers dimensions du monde social, comme dans l'éducation/développement scolaire, le travail, les loisirs etc. Et penser sur la question des politiques publiques qui exige de penser sur la multiplicité et les singularités du jeune d'aujourd'hui. Ces jeunes ne sont pas égaux et n'ont pas les même besoin, pourtant, les politiques publiques ont aussi besoin d'être penser en accord avec ces particularités, elles ont besoin d'être transversales et même intersectorielles ».

Le travail est l'un des thème central connecté aux 'jeunesses'. Selon elle, trois aspects montrent cette importance pour les jeunes : *« le premier aspect est objectif, et est connecté à la question la plus relevante de cette relation, qui est justement celle de l'insertion professionnelle et de la création de revenu, les deux sont directement connectés, dans la plupart des cas, la maintenance des conditions basiques de survies des jeunes. Le deuxième aspect est subjectif, et est connecté au besoin de prendre conscience du travail dans sa dimension formative, comme un espace privilégié pour le développement des habilités et de la connaissance de soi-même, la construction de l'autonomie par rapport à la famille, l'accès à d'autres formes de socialités, de réalisation personnel et les expériences de la condition juvénile. Et pour terminer, l'autre aspect pertinent est de penser aux variations de l'insertion des jeunes dans le marché du travail, qui ne se fait pas de la même manière pour tous les jeunes et change à partir de quelques différences, comme la classe social, la couleur ou la race, le sexe, l'orientation sexuelle, la scolarité, de manière que, quelque jeune ont de terrible difficultés à avoir accès au monde du travail et/ou se retrouve dans des conditions plus ou moins précaires par rapport aux autres ».*

C'est en pensant à ce dernier aspect, qu'elle a mis le point sur l'importance de réfléchir sur comment on construit cette relation entre 'les jeunes' et le travail, dans la région amazonienne : *« En accord avec la dernière synthèse des indicateurs sociaux (SIS 2013), de l'institut Brésilien de Géographie et Statistiques (IBGE), la région nord du pays (composé de sept Etats) : Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima et Tocantins), a une population de 49 millions de jeunes*

brésiliens. Quand nous analisons le pourcentage d'occupation professionnelle (moyenne de jeune travaillant) de la population jeune de la région nord, nous remarquons une variation selon les sous-groupes auxquels ils appartiennent : dans le sous-groupe de 15 à 17 ans, c'est de 25,1% ; dans le sous-groupe de 18 à 24 ans, c'est de 55,8% et dans celui de 15 à 29 ans, c'est de 72,2%. Ces Pourcentages d'occupation professionnelle sont inférieur aus porcentages du reste du pays (25,3%, 62,1% et 75,8%, respectivement). Ces données nous font réfléchir sur cette nouvelle face des jeunesses brésiliennes, comme une jeunesse qui travail. Cependant, comme nous l'avons déjà affirmé, l'insertion des jeunes dans le monde du travail ne se fait pas de manière homogène pour tous, cela se fait à partir de différences (sexe, race ou couleur, classe social, scolarité etc.) Et cette perpective, le groupe appelé IBGE de 'ne-ne' reflète une préoccupation. « Ne-ne », selon l'IBGE, c'est un groupe composé de jeune qui ne travaillaient pas et qui ne fréquentaient pas l'école durant la semaine de l'enquête en question. Au Brésil, ce groupe est composé d'environ 19,6% de la population jeune, ce qui représente 9,6 millions de jeunes dans cette condition. Dans la région nord, ce groupe « ne-ne » représente 21,9% de la population jeune, supérieur à la moyenne national. L'Amapá est l'état ayant le plus grand groupe de « ne-ne » de la région, 27,8%, suivit de l'Azonas (22,8%), Pará (22,5%), Roraima (22%), Acre (20%), Tocantins (18,8%) et Rondônia (18%) ».

Dans ce groupe de 'ne-ne' il y a des situations très difficiles selon Thalita : « l'incidence de jeune 'ne-ne' est plus grande dans le sous-groupe de 18 à 24 ans, phase dites approprié pour qu'un jeune ait déjà terminé le lycée et ait commencé un cours dans une université ; 70,3% de 'ne-ne' est composé de femmes, et cette incidence va en augmentant en relation avec l'âge des sous-groupes; la plus parti de ces jeunes ont à peine terminé le lycée (38,6%); et, 58,4% de ces jeunes ont un ou plusieurs enfants. L'analyse de ces indicateurs ratifie le besoin de penser aux aspects objectifs, et principalement, aux aspects subjectifs qui marquent la relation entre jeunes et travail ».

Ce groupe est composé surtout de femmes ayant au moins un enfant, et ayant à peine terminé le lycée, donc , je me demande : « Ne pas fréquenter l'école et ne pas entrer dans le monde du travail est une option ou une imposition de la réalité des 'ne-ne' ? Pourquoi ces jeunes finissent le lycée et ne vont pas à l'université ? qu'est-ce qui empêche aux jeunes femmes ayant des enfants de fréquenter l'école et d'entrer dans le marché de travail ? Investir dans l'éducation et la qualité

professionnelle, empêchant l'entrée précoce et prémature dans le monde du travail nous paraît un impératif évident, termina-t-elle.

08 Protection de la Santé des Travailleurs (euses)

Arnaldo José Ballarini, professeur du cours d'infirmier à l'Université Fédéral de l'Amapá à Oiapoque, est parti du principe que les questions sanitaires de la région résultent comme dans les autres régions frontalière de par le monde, de sa condition de périphérie, où depuis que la colonisation servait à peine à 'exiler' les dissidents politiques, devenant ainsi un territoire d'isolement social, comme le cas de la Guyane qui continue à 'ne pas exister' pour la France, et Oiapoque pour le Brésil.

En utilisant les sens du mot Frontière du vocabulaire français – la frontière physique et la frontière comme un défi – Ballarini a affirmé que la frontière de l'Amapá avec la Guyane étant comme une frontière de diversités, devrait avec une extrême urgence remédier aux problèmes de bureaucratie et des soins hospitaliers, car c'est une région complètement insalubre, sans aucune installations sanitaires et de traitement d'eau potable, où les aliments viennent presque périmés à cause du temps et des conditions de transport. *« ...ce n'est pas seulement les travailleurs, mais tous les habitants de cette région méritent recevoir un avantage d'insalubrité parce qu'ici les oeufs viennent complètement périmés, la décharge est à ciel ouvert et au plein milieu de la ville, jetant tous types de résidus dans la rivière Oyapock, qui est utilisée pour la consommation humaine... imaginez quel type de lieu c'est, avec d'excellentes conditions, y compris climatiques pour les moustiques transmetteurs de maladies et de toutes formes de bactéries, et une prolifération extraordinaire », dit-il.*

Le professeur Ballarini a aussi fait mention aux risques des activités productives à la frontière comme un facteur de particularité des travailleurs. Ses propres mots étaient : *« quand je parle du travailleur d'Oiapoque j'ai de la peine. Regardez le pêcheur, je ne sais pas comment ils font pour aller et venir sur ces petits bateaux... et beh, c'est pas de la tarte. Quand ils ne meurent pas en pleine mer eux, jeunes, femmes, enfants, meurent en filetant du poisson sans équipement de protection, dans des usines sans aucune conditions de travail... l'orpillage, sans commentaire. Ici l'orpilleur n'est pas traité comme un être humain, mais comme un transmetteur de palu, au même niveau qu'un moustique... la prostituée est traitée comme un agent transmetteur de SIDA, de la même manière qu'un bandit, et j'en passe. Nous avons besoin de changer notre mentalité, nous avons besoin de les*

traiter comme des être humain, parce que les deux sont des victimes, ainsi comme l'agriculteur qui souffre à cause du manque de soins médical dans sa localité quand celui-ci a souffert d'un accident de travail. Tout est tellement loin que quand le temps d'arriver à l'hôpital l'organe sera déjà irrécupérable et il faudra l'amputer. »

Ballarini a terminé en s'interrogeant sur la légitimité de la représentativité des conseillers municipaux (celui d'Oiapoque travaille selon lui), qui devraient prendre d'importante décision sur la santé, puisque dans le conseil il y a , ou devrait y avoir, les bénéficiaires du système de la santé et les fournisseurs de ce dernier. Toutefois, on a parié sur la conscience critique que l'Université Fédéral de l'Amapá pourrait reléguer aux citoyens d'Oiapoque, quipour lui, pourrait garantir une véritable transformation sur la réalité de la région. Il a convoqué, aussi bien les guyanais que les Amapéens, à être plus audacieux, pour pouvoir casser ces barrières bureaucratique et diplomatiques pour avoir une meilleure région.

La directrice de l'Hôpital Général d'Oiapoque Ediellen Gardenha a contribué sur le même thème en parlant du travail préventif sur les accidents du travail que l'hôpital pratique depuis quelque temps avec leurs fonctionnaires avec l'aide des élèves du cours d'infirmier et de biologie de l'UNIFAP d'Oiapoque, qui a beaucoup ouvert pour la réduction des risques de contamination sur le lieu de travail, et aider aussi les universitaires à remarquer sur le terrain la réalité hospitalière. Ce partenariat qui inclut aussi le secrétariat municipal de la santé atteint les communauté reculé, y compris les indigènes, avec des campagnes de prévention d'accident contre les scorpions, les serpent, et les chiens, qui ont de grandes incidences à l'hôpital. Elle est d'accord avec ce que dit Ballarini qu'Oiapoque a un besoin urgent d'un CEREST(Centre de référence en santé du travailleur).

Le secrétaire du SINDSEP Marcos Nunes a proposé que le mouvement syndical cherche un soutien auprès des parlementaires amapéens pour la construction du CEREST dans la région. A Narcis Torres il lui a demandé quel est la valeur de l'aide financière que le gouvernement français offre au jeune. Elle lui a répondu que cela dépend. Un mère célibataire qui a des enfants déclarés reçoit une aide du gouvernement sous forme de bourse qui varie entre 150 et 200. Cette mère célibataire se par hasard elle a 4 ou 5 enfant elle aura droit à € 800,00 (huit cents euros) par mois, en sachant qu'elle paye un loyer de 300 euros et finance aussi les études de ses enfants.

Edavaldo Azevedo a aussi demandé aux jeunes ce qu'ils pensaient sur le dilemme de la réduction de la majorité pénal, quelles seraient leurs propositions pour la commune et comment ils voyent la situation que la plupart des jeunes qui, en général, à cause de leurs difficultés financières finissent dans le monde de la drogue, de la prostitution, etc..., et voici leurs réponses : *« Je pense que les jeunes ont besoin d'aide comme celle du SINDSEP et de la CUT pour grandir, je crois qu'à partir de cette rencontre d'aujourd'hui ce va changer, et que nous pouvons compter sur votre aide là-bas à Macapá, et aussi de l'aide venant de la Guyane... je crois que ce n'est pas le bon chemin (réduire la majorité pénal)... il faut se baser sur des études de la réalité de chaque local pour résoudre les problèmes. C'est ça. (Davi) »*... *« tout le monde sait que la criminalisation de la jeunesse est due à l'absence de politique publique de l'Etat, qu'on ne peut pas blâmer les jeunes et changer une loi (réduction de la majorité pénal) juste pour les punir (Paulo Zab) »*. *« ...Je pense que c'est une erreur (la réduction de la majorité pénal), on sait que le système pénitentiaire n'est même pas apte à recevoir des adultes, imaginez emprisonner des enfants. Les enfants de 14, 15 et 16 ans ont besoin d'opportunités, d'éducation, un accompagnement psychologique pour contenir sa révolte de cette société qui veut l'emprisonner (Nerci Torres). »*

Errolflynn Paixão s'est dirigé aux jeunes en leur suggérant que les projets de garantie alimentaire qui sont expérimentés depuis quelque temps, où de nouvelles technologies agroalimentaires ont été utilisés, qui devraient être divulgués comme solution contre l'utilisation des pesticides, des engrais chimiques qui continuent à être vendus comme si cela n'était pas malsain. Paulo Zab a dit que le groupe recherche des moyens de pouvoir divulguer ces initiatives dans les médias sociaux et à la radio universitaire de l'UNIFAP.

Leslie Gantus, professeur technique et agricole, a félicité les expositeurs de la table pour l'audace de proposer des alternatives à certains problèmes de frontière. Sous les applaudissements du plénier, il s'est disponibilisé à apporter une contribution pour les activités du groupe « espace Ninho » et a promis de leur faire cadeau d'un recueil audio-visuel particulier relatif au travail que ces jeunes ont fait.

Avec d'importante contribution du plénier, la I Rencontre Internationale sur le travail à la frontière du l'Amapá et de la Guyane française, termina à 21 heures et 30 minutes, 20 septembre 2014, avec la remise des Certificats de la Participation de tous ceux et toutes celles qui ont eu le courage de rester jusqu'à la fin.



Margem brasileira do Rio Oiapoque
Foto de Ramiro Esdras (2016)




Editora
MultiAtual

ISBN 978-656009077-4



9 786560 090774